

A frente gay no paredão do Congresso

Vencedor do programa BBB, o deputado Jean Wyllys tenta criar uma bancada em defesa dos direitos dos homossexuais, mas esbarra na resistência dos parlamentares com aversão ao tema **(ANA ARANHA)**

A chegada do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), primeiro gay assumido a levantar a bandeira do movimento, provocou agitação no Congresso. Liderado pelo deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), um grupo começa a se alinhar em uma bancada informal antigay. Ela é formada por deputados da Frente Evangélica, somados aos da Frente da Família e a outros que compartilham a contrariedade em ver a discussão sobre direitos homossexuais avançar.

Wyllys começou seu mandato na ofensiva. Ele vai propor um projeto de lei que institui o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, em vez de insistir apenas na regulamentação da "união civil" – termo adotado por alguns integrantes do movimento gay, para evitar a discussão no campo religioso. "Tem de ser casamento civil porque é o mesmo direito para todos", afirma. "Quando um cônjuge morre, o parceiro da união estável só tem direito a herança se não houver nenhum herdeiro direto. Já no casamento, ele é herdeiro direto." Sua primeira ação, como deputado, foi recolher assinaturas para a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

Na semana passada, Wyllys sentiu uma pequena demonstração do incômodo gerado por sua movimentação. Menos de 24 horas depois de ter começado a percorrer a Câmara pedindo assinaturas para a Frente, sua página no [Facebook](#) foi bloqueada. Isso ocorreu porque uma série de usuários da rede fez uma ação coordenada para denunciar a página como falsa. Wyllys diz que sabia que sua presença iria provocar reação e que está preparado para o embate. Jornalista e professor universitário, ele demonstrou habilidade para o debate público quando ganhou o programa Big Brother, em 2005, contra um grupo de participantes que tinham em comum o orgulho da masculinidade. Na arena política, porém, vai enfrentar opositores mais experientes.

A principal voz na Câmara contra a discussão sobre direitos dos homossexuais é a de Bolsonaro, deputado no sexto mandato e capitão do Exército. Enquanto os representantes da Frente Evangélica e os da Família medem as palavras ao tecer críticas aos projetos que combatem a homofobia, Bolsonaro é desabrido e promete enterrar os projetos do colega (*leia as entrevistas de Wyllys e Bolsonaro abaixo*).

Segundo João Campos (PSDB-GO), líder da bancada evangélica, o grupo respeitará as posições de Wyllys e de sua Frente. Um dos pontos de atrito entre eles é o material contra a homofobia, a ser distribuído pelo Ministério da Educação nas escolas. "Somos contra discriminação, mas não queremos que o governo faça apologia da homossexualidade", diz Campos. No Senado, a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT é liderada pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), que desarquivou o projeto de lei que torna a homofobia crime. Marta e Wyllys começam a procurar parlamentares simpáticos a seus projetos. "Vamos atrás dos que se inclinam a nos apoiar, mas não têm coragem por questões eleitorais", diz Marta. Não foi difícil mapear o inimigo. Wyllys precisa, agora, encontrar os aliados para o dia do paredão.



Jean Wyllys: "O movimento GLBT chegou"

O deputado estreado pretende propor o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, uma evolução da união civil

ÉPOCA – Qual é a pauta da Frente GLBT?

Jean Wyllys – Primeiro, a defesa do projeto Escola Sem Homofobia. Depois, também vou protocolar o projeto de casamento civil [entre pessoas do mesmo sexo]. Vou propor e protocolar no dia do lançamento da frente. Existe um projeto tramitando de união estável, nós vamos propor outro. Não é "casamento gay". Quando a imprensa coloca assim, provoca um equívoco quanto à noção do sacramento do casamento. Não estamos tratando disso, mas de um direito civil. O Estado é laico e o casamento é um direito civil, ele tem que ser estendido ao conjunto da população, independente da orientação sexual e identidade de gênero. Se os homossexuais têm todos os deveres civis, então têm que ter todos os direitos. É assim que funciona uma república democrática de verdade.

ÉPOCA – E o projeto que criminaliza a homofobia?

Jean Wyllys – O projeto que criminaliza a homofobia foi desarquivado agora pela senadora Marta Suplicy, que faz parte da Frente no Senado. Esse projeto altera a lei do racismo e inclui discriminações por identidade de gênero e orientação sexual. Essa lei não vai proibir ninguém de continuar odiando homossexual, para aqueles que odeiam. Quem quiser que continue alimentando seus ódios, privadamente. É um direito. Agora, publicamente ela não pode

impedir um homossexual de acessar um direito e nem de expressar publicamente a sua sexualidade. E quase sempre o homossexual é impedido de acessar um direito e expressar sua homossexualidade de maneira violenta.

ÉPOCA – Como é a reação a suas ideias?

Wyllys – Meu Facebook foi tirado do ar em uma ação orquestrada. É natural que minha presença na Câmara provoque uma reação. O movimento GLBT chegou ao Congresso. Por enquanto, não tive muito contato com os deputados da bancada evangélica e cristã. Vou ter esse contato porque estou reestruturando a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT. Ela existiu com o nome Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, mas como a maioria das frentes aqui, não tinha uma agenda de atividades e ação concreta. A primeira decisão que tive, depois de uma conversa com a Associação GLBT, é que a frente vai funcionar de verdade. Acho que há condições de criar um ambiente propício. Mesmo no contato com a bancada evangélica, embora muitos deputados tenham se colocado publicamente. Eu acredito no meu papel pedagógico, de sentar e explicar as questões que merecem ser explicadas para que os preconceitos sejam derrubados. Eu não sei se vai haver terreno fértil do outro lado. Mas para mim o exercício da política é esse.

ÉPOCA – Como vê a reação contra o programa que combate a homofobia na escola?

Wyllys – É uma ignorância que persiste por má-fé. O material não ameaça os valores cristãos. Pelo contrário, ele assegura algo que é valioso para os verdadeiros cristãos: o valor da vida e o respeito ao outro. Quem fala o contrário fala por má-fé, porque não quer ver seus espaços de poder ameaçados.

ÉPOCA – O deputado Bolsonaro diz que o material incentiva a homossexualidade.

Wyllys – Bolsonaro é a caricatura de um deputado nostálgico de tempos sombrios de ditadura e repressão às liberdades. Às vezes penso que nem ele acredita no que diz. É mais para produzir um efeito midiático e despertar o que há de pior nas pessoas para ter ganho eleitoral. Ele faz uso da ignorância popular e dos preconceitos que são reproduzidos e dos quais as pessoas não se livram exatamente porque não há um projeto sério que radicalize na defesa dos direitos humanos no país.

ÉPOCA – Como avaliou o material do kit Escola Sem Homofobia?

Wyllys – O material cumpre a função a que se propõe. Ao contrário do que alguns deputados de orientação evangélica têm falado, cumpre muito bem o que se propõe sem ferir bríos, sem ferir a moral. É um material muito bem elaborado que contribui para construir uma cultura livre de direitos humanos e diversidade na orientação sexual nas escolas, que é hoje o espaço privilegiado de reprodução da homofobia.

ÉPOCA – Como o material vai mudar essa realidade?

Wyllys – Ele é destinado aos formadores de opinião dos alunos, aos monitores e professores. Hoje o *bullying* e a homofobia são praticados largamente pelos alunos, mas também pelos professores que não reconhecem outras sexualidades que a heterossexualidade. Quando reconhecem, é sempre numa perspectiva de discriminação, de algo menor. Por exemplo, os professores de ensino médio tem uma dificuldade enorme de lidar com as transexuais e travestis. Não deixam que usem o nome social e, quando usam, transformam em objeto de injúria – o que faz essas alunas abandonar a escola. Os professores não sabem lidar com os alunos afeminados, que fogem dos papéis de gênero definidos pela sociedade. Eu fui um menino que fugia das normas. Não curti futebol, das brincadeiras de briga. Eu gostava de desenhar e de ler e por isso eu sofria muito e não era protegido pelos meus professores. Muito pelo contrário, eu era constrangido a me enquadrar naquele modelo ali.

ÉPOCA – Alguma vez o senhor sofreu violência por parte dos professores?

Wyllys – Violência física não, mas simbólica constantemente. Os professores sempre me constrangeram. Eles diziam 'tome jeito de menino'. Só não sofria mais porque era um excelente aluno. O material do projeto Escola sem Homofobia incide no imaginário desses professores, sensibiliza-os para outras realidades. Principalmente os vídeos que dramatizam as histórias de vida. Em um país como o nosso, em que a telenovela tem papel preponderante na formação das mentalidades, a dramatização das histórias das vítimas da homofobia é fundamental para sensibilizar o professor para essa outra existência violentada permanentemente. Além disso, tem um material escrito que explica o que é identidade de gênero de maneira didática. Para que as pessoas compreendam, por exemplo, que existem pessoas como as transexuais e que a maneira delas se perceberem não está de acordo com o que a natureza lhes deu. A saúde psíquica dessas pessoas depende da aceitação do outro. O professor tem que entender que existem diferentes orientações sexuais e que o papel de gênero do menino pode ser dilatado. Quem foi que recebeu um fax dos céus dizendo que menino se comporta dessa e não daquela maneira? Que tem que gostar dessa ou daquela cor? A escola tem que ser um campo aberto para a pluralidade de comportamentos e existências.



Prof. Lucas Rocha

Jair Bolsonaro: "Vamos fazer de tudo para enterrar"

Capitão do Exército, o deputado não reconhece a legitimidade da discussão sobre direitos

ÉPOCA – Como vê a criação da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT?

Jair Bolsonaro – O primeiro passo para desgraçar um país é mexer na célula da família. Eles vão atacar agora o ensino fundamental, com o “kit gay”, que estimula o “homossexualismo” e a promiscuidade. Tem muito mais violência no país contra o professor do que contra homossexuais. Quando eles falam em agressões, é em horário avançado, quando as pessoas que têm vergonha na cara estão dormindo. A regra deles é a porrada e querem acusar nós, os normais, os héticos.

ÉPOCA – O senhor não teme estimular a violência com essa retórica?

Bolsonaro – Negativo. Só quero que a opção sexual se revele na intimidade do quarto, não obrigar um padre a casar um gay. O bigodudo vai dar um beijo na boca do careca, na frente dos convidados, e isso é legal?

ÉPOCA – Como vai ser o diálogo com o deputado Jean Wyllys?

Bolsonaro – Vou ter atrito com ele no campo das ideias e dos projetos, que vamos fazer de tudo para enterrar nas comissões. Se depender de mim, e de muitos outros, não vai para a frente. Em nome da família e dos bons costumes. Eles vão querer o quê? Vamos colocar um espanador na orelha? Vão vender os serviços de “homossexualismo” deles, é isso?

ÉPOCA – Se a homofobia virar crime, o senhor vai parar de criticar os gays?

Bolsonaro – Tenho imunidade para falar. Não vou medir palavras. Eu defendo a pena de morte, que é mais grave que criticar homossexual. O pessoal me chama de retrógrado, dinossauro, mas a verdade é que o Brasil está piorando desde o fim do regime militar.

ÉPOCA – O kit contra homofobia nas escolas não é importante para reduzir a violência contra os alunos gays?

Bolsonaro – Não tem nada a ver. Ele está estimulando o homossexualismo e a promiscuidade. Dependendo do público que você permite a informação, vai deturpar. Nesse kit, consta três filmetes, um deles é o “Encontrando Bianca”. A história é esquisita. É um menino, que pinta as unhas, que quer ser chamado de Bianca, que quer frequentar o banheiro feminino. E no final ele passa a ser uma referência na escola. Eles alegam que é da 5ª série em diante, mas não tem como você botar uma linha porque os prédios são de 1ª à 9ª série, como vai dizer que aqui só pode ver quem está na 5ª série para cima?

ÉPOCA – Qual é o problema do filme?

Bolsonaro – É um estímulo ao homossexualismo. É uma porta aberta para a pedofilia. Você vai aguçar a curiosidade dessa molecada numa idade muito precoce. Acho que a garotada vai para escola para aprender matemática, língua portuguesa, história e, se possível, um pouquinho de educação moral e cívica, que hoje não existe mais.

ÉPOCA – Em discurso, o senhor disse que “se um garoto tem um desvio de conduta (de orientação sexual), ele tem que ser direcionado para o caminho certo. Nem que seja pelas palmadas”. O senhor não teme estimular casos de violência dentro de casa, que podem levar a agressões físicas graves e até a morte?

Bolsonaro – Essa política de defender o coitadinho já está aí desde que o Figueiredo saiu e olha como está a situação da educação no país hoje em dia. O professor tem preocupação de dar nota baixa porque ele pode apanhar do aluno. No meu tempo, os meus colegas tinham medo de comentar nota baixa com os pais. Eu não quero abrir mão de dar umas palmadas na minha filha se preciso for. Tem um projeto de lei criminalizando isso aí. O espancamento, que é uma lesão física, está previsto em lei que você não pode, é crime. Mas, quando um filho nosso começa a ter desvios, ter comportamento violento, você pega uma cinta, dá três lambadas e ele se endireita. E se você pode direcionar o comportamento agressivo, porque não o comportamento delicado demais? Eu tenho pavor, Deus me livre um filho meu começar a entrar para esse lado de ser delicado demais.

ÉPOCA – O senhor acha que falar mal de gays publicamente é um direito?

Bolsonaro – Qual o problema? Eu vou continuar criticando porque eles querem ser uma classe de primeira categoria. É o plano do Projeto de Lei 122 [que criminaliza a homofobia] que está no Senado. Se aprovar aquele projeto e um dia eu tiver que aprovar alguém comissionado, eu já nem pego o funcionário se perceber que joga no outro time. Isso porque, na hora de ser mandado embora, você nunca sabe o que ele vai alegar. Olha que absurdo, numa escola, dois moleques de 16 anos começam a trocar beijos e, se o diretor advertir, começa com três anos de detenção. Quer dizer, começa com “kit gay” na escola, uma proibição como do PL 122, mais a lei da palmada, esse país vai virar terra de ninguém.

Revista Época, março de 2011.

O flagelo do crack (GABRIEL CHALITA)

CAMINHAR POR CERTAS RUAS de São Paulo é doloroso. Vemos jovens perambulando como zumbis pela cracolândia, com suas vidas desperdiçadas. Muitos nem sequer viverão para transmitir a nenhuma criatura o "legado de sua miséria", como afirmava Brás Cubas.

Esse cenário desolador não se resume à capital paulista. Um estudo do psiquiatra Pablo Roig, especialista no tratamento de viciados em crack, revela que há 1,2 milhão de usuários da droga no Brasil. O trabalho mostra que, em média, o consumo começa aos 13 anos.

As sombrias constatações são o resultado de escolhas erradas feitas no passado. O problema não foi diagnosticado a tempo de evitar que ele assumisse tamanha dimensão. Para reverter essa realidade, temos de agir imediatamente.

A presidente Dilma Rousseff, ainda em campanha, anunciou que o combate ao crack seria uma das prioridades de seu governo. No último dia 21, cumprindo a promessa, afirmou que serão inaugurados 49 Centros de Referência em Crack e outras Drogas, os quais formarão 15 mil profissionais de saúde para o atendimento aos usuários.

O consumo de crack se expande em progressão geométrica. Por ser muito barato, é facilmente disseminado entre a população de baixa renda. Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul indica que 72,5% da população em situação de rua de Porto Alegre usa a droga.

Mas o crack também ganha adeptos em outros extratos sociais. Uma pesquisa feita em 2009 pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo indicou um crescimento anual de quase 140% no consumo entre pessoas com renda superior a 20 salários mínimos.

Os economicamente desfavorecidos embarcam nessa viagem por não terem condições sociais, materiais e psicológicas de enfrentar as adversidades da vida.

Os demais veem nas drogas uma possibilidade de fugir dos problemas inerentes à condição humana. Buscam o prazer aqui e agora, ilimitadamente. Por caminhos diferentes, uns e outros entram no submundo da criminalidade, destruindo vidas, sonhos e esperanças.

Aterrorizar os jovens com a desculpa de informá-los sobre os perigos das drogas não os afasta delas. Estudos mostram que mais de 90% dos usuários adolescentes conhecem os efeitos e os riscos.

Para prevenir, é fundamental o acesso à educação plena, aos esportes e ao lazer, além de mais e melhores condições de trabalho no futuro. Cabe aos pais dar aos jovens a oportunidade de desenvolver a autoestima, de construir projetos de vida e de estabelecer a percepção de que cada um é responsável pelas suas escolhas e, portanto, pelo próprio destino.

Os jovens necessitam de um tema para viver. Os governos e a sociedade têm a imensa tarefa de tratar aqueles que já estão sob o domínio do vício, reintegrando-os ao convívio social.

Prevenir o uso de drogas significa educar e conscientizar. Para cuidar dos jovens viciados, que se tornam verdadeiros farrapos humanos, temos de aliar políticas públicas efetivas a cuidados especiais.

Fazê-los encontrar um sentido para suas vidas vai além da ação pública; é um ato de amor ao próximo. E isso requer "engenho e arte", como dizia Camões. Ou, nas palavras do psicanalista Erich Fromm, "o amor é uma arte que requer conhecimento e esforço". Esse é o nosso desafio!

GABRIEL CHALITA, professor, doutor em filosofia do direito e em comunicação e semiótica, é deputado federal (PSB-SP). Foi secretário de Estado da Educação de São Paulo (2003-2006).

O bê-á-bá para conviver com a diversidade sexual (TORY OLIVEIRA)

MEC cria kit anti-homofobia para combater o preconceito na escola.

Depois de discutir com uma colega na aula de Educação Física, Alecks- Batista foi abordado dentro dos muros do colégio particular onde estudava pelo pai da menina. "Ele me chamou de bichinha, viado e aidético", lembra, que na época tinha 16 anos.

A diretoria do colégio de classe média alta de Curitiba, no Paraná, não se manifestou sobre a agressão. "E eu me vi ali sozinho." Hoje com 20 anos, estudante de Ciências Contábeis e gay assumido, Alecks ainda se lembra da sensação de isolamento, das piadinhas e da discriminação praticada pela maioria dos professores e alunos durante o Ensino Médio. Na sua época de escola, Alecks não era convidado para festas ou para jogos de futebol – na maior parte do tempo, circulava acompanhado apenas de amigas mulheres ou com dois outros colegas, também gays.

A situação vivenciada por Alecks não é exceção – investigações realizadas pela Unesco e também pelas ONGs Reprolatina e Pathfinder demonstram que há forte presença da homo-lesbo-transfobia (discriminação contra gays, lésbicas, transexuais e travestis) dentro das escolas brasileiras. Publicada em 2004, a pesquisa da Unesco revelou, por exemplo, que um quarto dos estudantes entrevistados não gostaria de ter um colega homossexual na mesma sala. De acordo com a pesquisa qualitativa realizada pela Reprolatina em 2009 em 11 capitais brasileiras, evasão escolar, tristeza, depressão e até casos de suicídio são observados entre a população LGBT (lésbicas, gays,

bissexuais e transgêneros) como consequência de um ambiente escolar homofóbico. “O ambiente escolar é em geral hostil para o exercício da diversidade sexual. Os professores não estão preparados e não têm compreensão maior da sexualidade e da homossexualidade”, explica a pesquisadora responsável pelo estudo, Margarita Díaz.

Diante do quadro, o Ministério da Educação, em parceria com entidades ligadas aos direitos LGBTQs, produziu um kit de material educativo que será distribuído oficialmente para os professores de 6 mil escolas públicas a partir do segundo semestre deste ano. O projeto – batizado informalmente de “kit anti-homofobia” – é uma das ações do programa federal Escola sem Homofobia. Polêmico, o assunto já vem causando celeuma, principalmente na internet, onde grupos se manifestam acaloradamente a favor e (principalmente) contra o material, chamado de “kit gay” pelos seus opositores.



Por Tory Oliveira. Foto: Eduardo - Knapp/Folhapress

O kit

Destinado ao Ensino Médio, o kit é composto de caderno, pôster, carta ao gestor da escola, seis boletins (boleshs) e cinco vídeos. “É um material para a promoção dos direitos humanos, com o objetivo de fazer da escola um espaço de todas as pessoas, onde se possa aprender a conviver com a diversidade”, justifica Maria Helena Franco, uma das coordenadoras de criação do kit de material educativo. Considerado peça-chave do kit, o caderno é um livro de 165 páginas, no qual o educador encontra referências teóricas, conceitos e sugestões de atividades e oficinas para se trabalhar o tema da diversidade sexual nas escolas. “O caderno ensina como fazer um projeto político-pedagógico a ser assumido pela escola como um todo sobre esse enfrentamento da violência homofóbica”, conta

Maria Helena. Escritos em linguagem jovem e acessível, os boletins seriam distribuídos entre os estudantes e também tratam da temática da diversidade sexual, com jogos, depoimentos e sugestões de filmes.

Entretanto, o objeto de maior polêmica é a parte audiovisual do kit, que inclui três pequenos vídeos produzidos especialmente pela ONG Ecos, que trabalha com o tema desde 1989. Produzidos com diferentes estéticas – teledramaturgia tradicional, animação de fotos e desenhos – os vídeos abordam de forma coloquial temas específicos como lesbianidade, transexualidade e bissexualidade. “São temas muito estigmatizados e pouco compreendidos”, explica Vera Lúcia Simonetti Racy, uma das coordenadoras da criação do kit do material educativo. Criado por uma equipe multidisciplinar, o kit completo levou cerca de dois anos para ser pesquisado, construído e validado. Apenas o roteiro de um dos filmes, sobre o namoro de duas meninas, demorou oito meses para ser aprovado.

Ousada e polêmica, a proposta do material educativo atende a uma demanda das entidades que lutam pelos direitos LGBTQs e também dos educadores – que não encontravam subsídios para trabalhar o tema em aula – além de estar articulada com políticas públicas de combate à homofobia de maneira geral. “O que a gente quer é que o professor esteja atento a essa situação de homofobia. A escola precisa ser um espaço de respeito e de formação cidadã.”, conclui Carlos Laudari, presidente da ONG Pathfinder.

Preconceito velado

Realizada em Manaus, Porto Velho, Recife, Natal, Goiânia, Cuiabá, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, a pesquisa da Reprolatina procurou investigar qual era o conhecimento e a atitude prática de educadores e alunos a respeito da homofobia nas escolas. Foram entrevistadas 1,4 mil pessoas, desde secretários da Educação até pessoas que fazem parte do cotidiano da escola, como merendeiras e porteiros, passando por diretores, coordenadores, professores e estudantes.

Foi detectado um ambiente altamente homofóbico – resultado semelhante em todas as cidades – uma realidade, porém, em geral negada pela comunidade escolar. Segundo Margarita Díaz, quando perguntados sobre a existência de homofobia na escola, a resposta dos participantes da pesquisa era quase sempre negativa. Entretanto, quando se começava a discutir sobre o que acontecia quando havia a presença de um menino gay ou uma menina lésbica na escola, os relatos mostravam muitas piadas e atitudes potencialmente ofensivas. Tais reações não eram catalogadas como homofobia. “Elas são enxergadas como brincadeiras. Na verdade, essa ‘brincadeira’ é, sim, uma reação homofóbica, mas ela está muito naturalizada”, explica Margarita.

A ausência de aulas sobre educação sexual que contemplem a diversidade também é apontada como um dos fatores que contribuem para a permanência da homofobia nas escolas. Segundo especialistas, a educação sexual disponível para a maioria dos estudantes é essencialmente heteronormativa, ou seja, reproduz um modelo que coloca a heterossexualidade como norma, o que acaba classificando outras manifestações de gênero, amor e sexualidade como desvios. “É uma educação sexual baseada no senso comum da sociedade, e não uma educação

sexual antenada com as políticas públicas”, conta Margarita Díaz. Outro ponto percebido durante a pesquisa era o desconhecimento pelos educadores da existência de políticas públicas voltadas ao combate da homofobia.

Evasão escolar

Além de casos de violência física, uma forma quase invisível de violência nas escolas – que inclui o isolamento, rejeição, brincadeiras e piadas – também costuma marcar os jovens homossexuais para a vida toda. “Especialmente na adolescência, a gente quer se enturmar. Quando você é rejeitado pelos seus pares, é um sofrimento horrível”, conta a terapeuta especializada em diversidade sexual e questões de gênero, Edith Modesto, que também é fundadora do Grupo de Pais de Homossexuais (GPH) e do Projeto Purpurina, que atende jovens de 14 a 24 anos. “Eles falam da escola com muita mágoa, lembram da discriminação, do desprezo e da rejeição.”

O quadro é ainda mais grave quando se analisa a situação de estudantes transexuais e travestis. Segundo especialistas, não há espaço para eles na escola. Além de o preconceito ser maior, questões como o uso do nome social na chamada ou até mesmo situações prosaicas como qual banheiro o jovem travesti deve usar pesam e acabam contribuindo para o abandono da escola. “Existe uma porcentagem dos nossos jovens que está sendo socialmente discriminada e forçada a assumir um papel sexual que não é dela”, lamenta Carlos Laudari. “A gente pretende que a escola seja uma escola cidadã, em que o aluno brasileiro aprenda a viver com a diferença.”

“Outro aspecto importante da necessidade de esse tema estar na escola é que certos jovens acabam saindo, porque o sofrimento é tão grande e o ambiente é tão agressivo que a criança ou o adolescente acaba desistindo de estudar. Os índices de evasão escolar são significativos para essa população”, explica Vera Lúcia. Segundo ela, o papel mais importante do kit anti-homofobia é informar e contribuir para erradicar a violência e o preconceito. “Na medida em que você trabalha esse tema na escola e consegue criar uma convivência melhor e mais respeitosa, isso acaba se refletindo nas relações sociais como um todo.”

Revista CARTA NA ESCOLA, março de 2011.

25 gangues apavoram gays e negros nas ruas da cidade

Polícia Civil de São Paulo identifica 200 integrantes de grupos extremistas

Skinheads entre 16 e 28 anos são investigados por "crimes de ódio" que deram origem a 130 inquéritos policiais - LAURA CAPRIGLIONE - DE SÃO PAULO - Folha de São Paulo, abril de 2011

Eles são jovens, com idades entre 16 e 28 anos. Têm ensino fundamental e médio. Pertencem, em sua maioria, às classes C e D. Usam coturnos com biqueiras de aço ou tênis de cano alto, jeans e camisetas. São brancos e pardos - negros, não. Cultuam Hitler, suásticas e o número 88.

A oitava letra do alfabeto é o H; HH dá "Heil, Hitler", a saudação dos nazistas. Consomem baldes de álcool. As outras drogas têm apenas uso marginal. Ostentam tatuagens enormes em que se leem "Ódio", "Hate", ou "Ame odiar". A propósito, odeiam gays e negros. São de direita. Gostam de bater, bater e bater. E de brigar. O perfil dessa turma, auto-denominada skinheads por influência do movimento surgido na Inglaterra durante os anos 1960, quem traçou foi a Decradi (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância), da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

No total, a Decradi já identificou 200 membros de 25 gangues com nomes como Combate RAC (Rock Against Communism- rock contra o comunismo, em português) e Front 88 (sempre o 88). São integrantes desses grupos que aparecem com mais frequência como agressores de negros, gays e em pancadarias entre torcidas organizadas, quando encarnam a faceta "hooligan". Também a exemplo do que ocorre na Europa, skinheads são especialistas em quebra-quebra entre torcedores.

"FAIXA DE GAZA"

A delegada Margarette Correia Barreto, titular da Decradi, é quem lidera o esforço de identificação dessas gangues. Atualmente, na delegacia, há 130 inquéritos envolvendo os "crimes de ódio"- motivados por preconceito contra um grupo social.

"O alcance e a repercussão desses ataques, entretanto, é muito maior do que em um crime comum. Se um homossexual é atingido, todo o grupo sente-se atingido", exemplifica a delegada do Decradi. "É uma comoção."Pelo levantamento

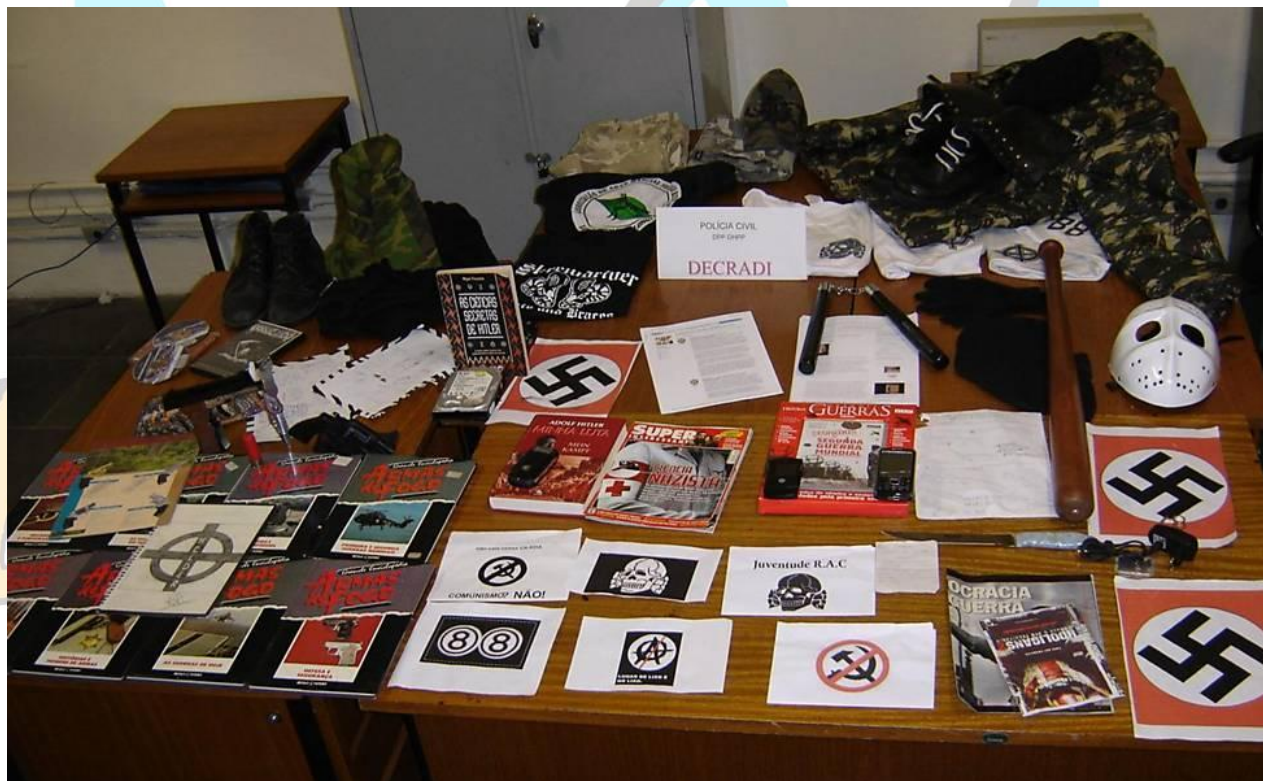


Prof. Lucas Rocha

da polícia, o foco dos "crimes de ódio" é a região da avenida Paulista e da rua Augusta, na região central da cidade. Segundo a delegada, ali é "a nossa faixa de Gaza". O motivo é que a área tem a maior concentração de bares frequentados por gays e por skinheads - cada turma no seu reduto, mas todos muito perto uns dos outros. "Eles acabam se encontrando pela rua", diz a delegada.



Foto de grupo neonazista investigado pela polícia de São Paulo



Material neonazista apreendido pela polícia de São Paulo



Tatuagem inspirada no filme "Laranja Mecânica", de Stanley Kubrick



Tatuagens com motivos neonazistas registradas pela polícia de São Paulo

Bolsonaro diz "se lixar" para críticas de gays

Deputado, porém, nega ser racista; Câmara abre processo para investigar declarações dadas em programa de TV

Para tentar mostrar que não tem preconceito em relação aos negros, ele afirma que sua mulher é "afro" e o sogro, "negão" - CRISTINA MORENO DE CASTRO - DE SÃO PAULO

IRRITADO COM A REPERCUSSÃO de suas declarações a um programa de TV, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) voltou à carga ontem ao ser questionado se é homofóbico. "Estou me lixando para esse pessoal aí", disse, após acompanhar o velório do ex-vice-presidente José Alencar.

"Agora criaram a Frente Gay [na Câmara]. O que esse pessoal tem para oferecer? Casamento gay? Adoção de filhos? Dizer pra vocês, jovens, que se tiverem um filho gay é legal, vai ser o orgulho da família? Esse pessoal não tem nada a oferecer." Na segunda-feira, a cantora Preta Gil perguntou no programa "CQC", da TV Bandeirantes, como o deputado reagiria se seu filho se apaixonasse por uma negra.

"Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados. E não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu", respondeu Bolsonaro. O deputado, porém, diz que entendeu errado a pergunta. Afirmou que, na realidade, pensou que a cantora se referia a um relacionamento homossexual.

A lei brasileira pune crimes de racismo com penas de até cinco anos de reclusão. Não versa, porém, sobre homofobia -nesse caso, ofensas podem ser enquadradas no crime de injúria, com pena de até seis meses de detenção. Bolsonaro afirma que não é racista. "Minha mulher é afro e meu sogro é negão."

A Câmara já abriu processo para investigá-lo. O presidente da Casa, Marco Maia (PT-RS), enviou à Corregedoria-Geral cinco representações por quebra de decoro.

Após ser notificado, Bolsonaro terá cinco dias para se defender. A decisão da Corregedoria será depois enviada à Mesa Diretora da Câmara, que poderá encaminhar o caso ao Conselho de Ética, podendo iniciar um processo de cassação do mandato.

Folha de São Paulo, abril de 2011

Congresso, gays e negros reagem contra declarações de deputado

Bolsonaro associa namoro com negra a promiscuidade; depois, diz que se referia a homossexuais

Preta Gil, que fez na TV pergunta a deputado, afirma que vai à Justiça; câmara já abriu mais de 20 processos contra ele - CRISTINA MORENO DE CASTRO DE SÃO PAULO

Declarações do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) num programa de TV provocaram uma avalanche de reações no Congresso e entre ativistas do movimento negro e gay.

No quadro "O Povo Quer Saber", do programa CQC, da TV Bandeirantes, a cantora Preta Gil perguntou como ele reagiria se seu filho se apaixonasse por uma negra.

O parlamentar, que tem um extenso histórico de polêmicas relacionado a direitos civis e humanos, respondeu: "Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados. E não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu."

Após o programa ir ao ar na noite de anteontem, Bolsonaro tentou se justificar. Disse que, na realidade, pensou que a pergunta se referisse a um relacionamento gay. "Essa se encaixa na resposta que eu dei. Para mim, ser gay é promíscuo, sim".

"ATÉ O FIM"

A resposta provocou mais polêmica. Preta Gil ameaça processá-lo. Diz que vai entrar com uma ação de indenização por danos morais.

"Sou uma mulher negra, forte e irei até o fim contra esse deputado racista, homofóbico, nojento", escreveu, irada, a cantora no Twitter.

Colegas de Câmara dos Deputados afirmam que vão encaminhar ao Ministério Público Federal e à Procuradoria Geral da República um pedido de investigação sobre o parlamentar eleito pelo Rio. O deputado Edson Santos (PT-RJ) já pediu abertura de processo por quebra de decoro contra o parlamentar. A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Manuela D'Ávila (PC do B-RS), apresentará moção de repúdio.

Manuela D'Ávila ressalta que o racismo aconteceu, independentemente de quem tenha sido o alvo do colega. Ideraldo Beltrame, presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, afirmou que o movimento também vai mobilizar parlamentares para que seja aberto um processo no Congresso contra Bolsonaro.

A OAB do Rio de Janeiro informou que também vai pedir a abertura de um processo por quebra de decoro. A Câmara já abriu mais de 20 procedimentos contra Bolsonaro por suas declarações polêmicas, mas nenhum deles resultou em punição.

Na entrevista, o deputado também disse que não iria a desfiles gays porque não promove "maus costumes", que daria "porrada" se pegasse um filho fumando maconha e que sente saudade dos generais que presidiram o país durante a ditadura militar. Bolsonaro informou ontem que vai protocolar um ofício no Conselho de Ética pedindo para ser ouvido. "Ele [o deputado] mudou o foco [ao dizer que não se referia aos negros], mas está fazendo a mesma coisa, discriminando pessoas", afirmou José Vicente, presidente da Afrobras (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural).

Folha de São Paulo, abril de 2011

As obras para a Copa de 2014 no Brasil estão atrasadas? SIM

É hora de a presidente entrar em campo (JOSÉ ROBERTO BERNASCONI)

O BRASIL FOI ESCOLHIDO PELA FIFA como sede da Copa do Mundo de futebol de 2014, decisão anunciada em outubro de 2007, em Zurique, em cerimônia da qual participaram o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 12 governadores de Estado, representantes de ministérios e do Senado e o presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Desde essa data, já decorreu longo tempo -quase três anos e seis meses. Estamos na metade do prazo, mas longe de termos concluído a metade das obras necessárias à realização da Copa e para deixar legado positivo para a sociedade. Não é boa a radiografia atual das obras da Copa de 2014.

Boa parte das obras de infraestrutura geral ainda não deslanchou; quanto aos estádios, há situações muito preocupantes, como as de Natal e São Paulo. A maior cidade do país é a única que hoje reúne os requisitos e está predefinida para sediar o jogo de abertura da Copa, mas patina na construção do estádio com capacidade e condições para essa abertura.

Lembramos que o compromisso de realizar bem a Copa de 2014 foi assumido, em nome do país, pela

autoridade máxima brasileira, o ex-presidente Lula. É, assim, compromisso de Estado para com a Fifa, com o Brasil e os demais países. Ao assumir a Presidência da República, Dilma tornou-se a fiadora desse compromisso firmado pelo seu antecessor em nome do país. Presidente Dilma: a senhora é a única pessoa com poder decisório e de mobilizar recursos, legitimidade e autoridade em relação aos demais ocupantes de cargos públicos envolvidos com a preparação do Brasil para a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, no Rio de Janeiro.

É, por isso, quem pode cobrar celeridade no desenvolvimento de bons projetos executivos de arquitetura e engenharia, que contemplam as melhores opções técnico-econômicas e definem, entre outros, os cronogramas e os custos das obras. Os projetos executivos permitem aos administradores o total controle do andamento das obras, afastando improvisações e sobrepreços comuns em empreendimentos públicos.

Sem essa cobrança dos responsáveis por parte da Presidência da República, corremos cada vez mais o risco de os eventos de 2014 e de 2016 repetirem o de 2007.

Não pode ser esquecida a lição dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro - quando obras orçadas inicialmente em R\$ 400 milhões transformaram-se em fantásticos R\$ 3,7 bilhões e, pior, gerando só alguns "elefantes brancos" e nenhuma melhoria na infraestrutura. Isso porque faltaram planejamento, projetos executivos e gestão eficiente das obras do Pan-2007. Estamos na metade do prazo para a Copa de 2014, e restam cinco anos para a Olimpíada de 2016.

Ainda podemos ter obras de qualidade, a custos adequados e no prazo exigido, desde que a senhora, presidente Dilma, exercite a sua liderança para que sejam desenvolvidos bons projetos e obras para estádios, aeroportos, portos, saneamento e mobilidade urbana, entre outros, e para que o país tenha um legado pós-eventos.

JOSÉ ROBERTO BERNASCONI, engenheiro civil formado pela USP, é presidente da regional São Paulo e coordenador dos assuntos da Copa do Sinaenco (Sindicato da Arquitetura e Engenharia). **Folha de São Paulo, abril de 2011**

As obras para a Copa de 2014 no Brasil estão atrasadas? NÃO

Faremos a melhor Copa da história (ORLANDO SILVA)

A COPA DO MUNDO DA FIFA 2014 é muito mais que a disputa de 64 partidas de futebol por seleções de 32 países. É um evento que produz oportunidades e que serve como catalisador para o desenvolvimento de quem a realiza. A Copa é excelente plataforma para a promoção de nosso país em âmbito global. O mundo verá uma nação moderna e inovadora. Uma democracia forte. Um lugar marcado pela diversidade, pela tolerância e pela cultura de paz. Uma nação com economia complexa, estável, que permite desenvolvimento sustentado e forte política de inclusão social e distribuição de renda.

A Copa é compromisso de governos. As garantias governamentais oferecidas pelo país à Fifa têm sido cumpridas, inclusive com ajustes na legislação nacional. A governança pública do processo de preparação do evento se funda num pacto firmado entre os entes federativos e fixado em uma matriz de responsabilidades. Essa matriz estabelece as atribuições de União, Estado, Distrito Federal e municípios, define orçamentos e cronogramas e é um documento público, o que permite transparência e acompanhamento por toda a sociedade.

A Copa tem ciclos de planejamento e trabalho. Já cumprimos o primeiro, selecionamos os projetos e viabilizamos o financiamento de ações de infraestrutura. São projetos para estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos que ora são executados. O segundo ciclo incorpora outros temas fundamentais, como segurança, turismo, telecomunicações, energia, saúde e sustentabilidade ambiental. O terceiro ciclo tratará de temas operacionais do evento. A Copa gera empregos. Estudo contratado pelo Ministério do Esporte estima que serão criados 330 mil empregos permanentes até 2014 e que o evento produzirá outros 380 mil empregos temporários.

A Copa tem dia e hora marcados para começar, e esse cronograma antecipa mudanças e investimentos que mais cedo ou mais tarde o país teria que fazer. Aeroportos são um exemplo: além de disponibilizar todo o recurso necessário para a Infraero ampliar a capacidade do sistema aeroportuário, o governo faz ajustes institucionais e de gestão, o que significa reestruturar o comando da área, inclusive absorvendo maior participação do setor privado. Há expectativa, com tais mudanças, de acelerar o ritmo da atividade nessa área e de requalificar 13 aeroportos.

A Copa estimula a melhoria do transporte coletivo nas nossas principais cidades. São 54 projetos para aperfeiçoar a mobilidade urbana. Aqui, o desafio do cronograma é urgente, pois 70% das obras começam neste ano. O governo federal garantiu o financiamento, e a execução está nas mãos de prefeituras e de governos estaduais. A Copa deixará no Brasil estádios mais confortáveis e seguros. Os governos locais escolheram as arenas e o BNDES ofereceu uma linha de crédito para atender aos padrões da Fifa. Em dez cidades-sede, as obras estão em execução.

Natal finaliza a contratação da empresa que fará o seu estádio, enquanto São Paulo terá empreendimento vinculado a um clube local. Prefeito e governador dão garantias de que o estádio paulista estará pronto no prazo acordado. Os preparativos para a organização do mundial de futebol aumentam o ritmo a cada dia. Trabalhamos para organizar a melhor Copa da história, um evento que deixe um legado que orgulhe os brasileiros. O país pode confiar.

ORLANDO SILVA é ministro do Esporte e coordenador do Comitê Gestor de Ações do governo brasileiro para a Copa do Mundo da Fifa 2014. **Folha de São Paulo, abril de 2011**

Assassino não atirou a esmo, dizem ex-colegas

Para eles, atirador procurou em vítimas características específicas. Amigos de colégio se reúnem e lembram como Wellington Oliveira era "zoad" pela turma da escola. - LAURA CAPRIGLIONE

ENVIADA ESPECIAL AO RIO

"A gente chorou pensando que Wellington matou as crianças em represália pelo que aconteceu quando estudávamos juntos", disse ontem à **Folha** o hoje assessor cultural Thiago Costa da Cruz, 23, que conviveu com ele na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries na escola Tasso da Silveira, onde ocorreu o massacre.

Um grupo de cinco amigos desde os tempos de colégio reuniu-se em um churrasquinho nas imediações da Tasso. Lembraram-se de como o garoto esquisito era "zoad" pela turma da escola, em especial pelas meninas. "Estávamos na 7ª série, os hormônios a milhão, e uma das meninas mais malvadas, a C., ficou pegando no Wellington, se esfregando, e dizendo "vem cá". O Wellington entrou em pânico. Gritava "não", "não", "não", desesperado. Ele empurrava a C. e ela gritava cada vez mais alto que queria ficar com ele. Foi assustador", diz Thiago, espécie de porta-voz do grupo.

O ataque de C. contra Wellington causou surpresa, pois ela também era uma vítima da classe por estar longe de ser das meninas mais bonitas, e por ser gordinha. "Mas ela sabia que zoar com o Wellington era um jeito de ficar do mesmo lado dos bonitos e inteligentes da classe."

Ninguém gostava de Wellington, dizem os antigos colegas, a não ser Bruno, um menino fanho e de voz fina, com a cara do personagem cômico Mister Bean. Bruno era destroçado pelo meninos, que o chamavam de "bicha". A dupla Wellington e Bruno era ridicularizada todo o tempo, inclusive com segredinhos que todos compartilhavam, menos eles. Para compensar, os dois fingiam possuir também segredos e maldades sobre a classe. Para evidenciá-los, soltavam gargalhadas fora de tempo e lugar. "Parecia coisa satânica, mas era só um jeito de se defenderem", diz Thiago.

O grupo dos cinco jovens debruçou-se sobre as notícias na internet. Mas desligaram o computador quando um dos amigos notou a semelhança física entre as vítimas e os antigos colegas. "A gente teve certeza de que ele não matou a esmo. Wellington procurou em cada vítima uma característica pessoal das pessoas com quem ele teve uma rixa na escola. A L., que falava direto pra ele "Sai daí, seu feio", quando queria sentar em um lugar que ele estivesse ocupando, é idêntica a uma menina que ele matou. Outras meninas têm um olho, uma boca, um jeito que parecia muito com as meninas da nossa classe", afirma Thiago.

"Tinha um menino, que ele poupou, dizendo "Fica frio, gordinho, que eu não vou te matar". Pois bem, esse gordinho é a cara, cuspida e escarrada, do R., que mora aqui no beco. Era assim que toda a classe chamava o R., que de fato era gordinho."

"Nós temos certeza de que, quando subia aquelas escadas, ele viajava no tempo, até dez anos atrás, quando estudávamos juntos", afirma. A cor das paredes ainda é a mesma, bege por cima e, embaixo, mostarda. O mesmo primeiro andar, a mesma 7ª série das piores chacotas. O mesmo turno matutino. "Nós que devíamos ter morrido. Não era para ninguém ter pago por uma coisa que nós fizemos", diz, entre lágrimas, Thiago, ele mesmo discriminado nos tempos de escola por ser homossexual.

Wellington morreu depois de despir-se de sua humanidade

ANNA VERONICA MAUTNER - COLUNISTA DA FOLHA

DESDE A PRIMEIRA LINHA da carta-testamento, percebe-se que Wellington não consegue distinguir um indivíduo de muitos indivíduos. Para ele, matar um ou matar muitos pode ser a mesma coisa. Dada a dificuldade que confessa ter com a diversidade, ordena que só deveriam tocá-lo seres iguais a ele, virgens. Pede para ser enterrado sem suas roupas. Quer ser enterrado em uma mortalha, neutra. Quer ficar ao lado da mãe. Quer que rezem por ele. Pelo tipo de ordens que dispara, percebemos sua necessidade de dar ordens. O homem que cometeu a barbaridade a qual nos referimos era uma criatura atolada numa crise de impotência. Sua companhia mais fiel eram máquinas que comandava (computador, dia e noite). Sua necessidade de comandar segue ao dar destino a seus bens, que quer que sejam doados a instituições que cuidam de animais, pois esses, como ele, não se comunicam com palavras, não sabem pedir socorro. Ele se identifica não com criaturas humanas abandonadas, mas com bichos.

De repente, uma dúvida perpassa a sua consciência: ele pode não ser atendido pelos seus irmãos! Termina dizendo que só os pais o entenderam e concordariam com o destino que resolveu dar a sua casa, deles herdada. Wellington morreu depois de despir-se de sua humanidade. Ao escolher a mortalha, deixou de ser homem, abandonou o masculino e espelhou-se em animais de estimação, tão parecidos entre si.

Matou mais meninas talvez por não serem como ele e atraírem sua atenção para a diversidade. Os jornais falam que Wellington foi adotado. Donde viria o seu sangue? Ele e os bichos abandonados, para quem ficaria sua casa, são vira-latas sem pedigree.

Wellington, eu diria, não morreu só. Matou e se matou entre virgens, semelhantes.

Provavelmente achou que na escola reencontraria seus pares, junto dos quais escolheu morrer e subir aos céus. Entendo, mas não perdoo. Perdoemo-lo, ele não sabia o que fazia?

ANNA VERONICA MAUTNER é psicanalista - **Folha de São Paulo**, abril de 2011.

Bolsonaro e a Cova Rasa (MALU FONTES)

O DEPUTADO FEDERAL Jair Bolsonaro é um personagem recorrente da direita galhofeira nacional. Desde que ingressou na vida parlamentar, Bolsonaro nunca atravessou um mandato, ou um ano sequer, sem aparecer nos jornais e telejornais defendendo algo de muito grosso calibre ou de muito baixo calão. A defesa da pena de morte e da tortura como método são alguns dos temas mais delicados do repertório parlamentar e corriqueiro de Bolsonaro.

A sorte de quem até hoje sabia que ele não passava de um surtado com mandato era o alívio de saber, também, que quase ninguém Brasil afora sabia da existência do deputado. O diabo é que, desta vez, por ter pegado carona na fama de Preta Gil e do CQC de Marcelo Tas, Bolsonaro ficou famoso nacionalmente. E fazendo exatamente o que lhe faz experimentar orgasmos múltiplos: ofendendo e discriminando. Desta vez os alvos foram os negros e os homossexuais.

LIMÃO - O barulho feito em torno de Bolsonaro e de suas últimas falas discriminatórias, episódio encontrável a um mero clique em qualquer site de buscas na web, talvez merecesse ser completamente ignorado pelos mais sensatos, dado o absurdo do seu teor. No entanto, apesar da cantilena de certos setores da sociedade e da intelectualidade brasileira, segundo a qual nunca fomos nem somos racistas, e da escala crescente de crimes violentos e assassinatos registrados nos últimos anos contra homossexuais, é bom que o preconceito manifesto, venha ele de onde ou de quem vier, seja rebatido e tratado como se deve, para não criar limo nem estimular plateias insanas ávidas por um porta-voz de ideias turvas e enviesadas.

Um dia, um grupo de garotos bem nascidos, em plena Avenida Paulista, São Paulo, espatifa o vidro de lâmpadas fluorescentes, usadas como bastão de açoite, contra o rosto de rapazes nos quais enxergaram comportamentos homossexuais. No outro, a torcida de vôlei de um ginásio inteiro em Minas Gerais hostiliza um jogador xingando-o de bicha a cada vez que ele tocava na bola. Antes, durante e depois, jogadores de futebol brasileiros e negros são reiteradamente chamados de macacos em campos da Europa. Aí, vem um deputado falando de negros e homossexuais como se falasse de uma epidemia maldita. Ou pega-se o limão e faz-se uma limonada, aproveitando o preconceito para constranger e punir quem o promove, ou faz-se de conta que é assim mesmo e opta-se explicitamente pela tolerância diante da violência explícita cometida por quem tem mais poder e, consequentemente, direito de abusar contra toda e qualquer pessoa a quem julga diferente de si.

100 DIAS - Na mesma semana em que Bolsonaro divertiu-se, orgulhoso, ao ser retratado como Hitler em um cartaz de um grupo de manifestantes no Congresso, argumentando que só se irritaria se a retratação lhe inserisse um brinco, na mesma semana em que o jogador Michael resolveu levar os xingamentos que recebeu à Justiça, o corpo de uma menina de 17 anos foi encontrado, de cabeça para baixo, esfaqueada, numa cova rasa, no interior de Goiás. Um fazendeiro e seu filho são acusados de assassiná-la em janeiro, pelo fato de a vítima manter um relacionamento amoroso com a filha do acusado, também adolescente. O Jornal Nacional, tão cioso em noticiar casos de violência contra o adolescente, parece ter preferido silenciar sobre o caso, mesmo porque, na edição do dia em que a notícia veio à tona nas outras emissoras, o jornal de Fátima e Bonner estava por demais feliz em anunciar solenemente, e com antecedência de quatro anos, a campanha eleitoral em torno da candidatura de Aécio Neves à Presidência da República.

A popularidade de Dilma Rousseff em seus primeiros 100 dias de mandato deve ter precipitado o alvoroço tucano. E, até onde se sabe, para o lançamento oficioso da campanha tucana, certamente ninguém se deu ao trabalho de perguntar a José Serra, o candidato canônico do PSDB, o que ele achava. O discurso de Aécio, como lhe chamam os íntimos globais, foi o assunto político dos bastidores e da cena do telejornalismo político durante a semana. O fato é que, do ponto de vista televisivo, o telespectador, coitado, quando sequer tinha se dado conta que uma campanha eleitoral havia acabado, eis que outra já começou.

MELANINA DO CUNHADO - E voltando a Bolsonaro, incomodado por demais em ser chamado de racista e nem um pouco por ser taxado de homofóbico, trouxe a seu favor para a imprensa e para os movimentos sociais que o acuaram a velha prova clássica das elites brasileiras quando precisam de provas para jurar que amam os negros e a negritude. Apresentou o retrato de um cunhado, cujo tom de pele tem alguma melanina a mais e lançou ao país uma pergunta que, para ele, calaria os argumentos de um país inteiro duvidante da sua tolerância. Apontando para o tom de pele do cunhado, inquiria seus interlocutores: "como eu posso ser racista se esse cara é meu cunhado?". Diante de argumento tão incontestável, quem haverá de contradizê-lo?

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 10 de abril de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

Reflexão sobre a legalização do aborto (JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)

MUITO SE FALA sobre legalização do aborto, sendo diversos os argumentos favoráveis: o número de mulheres vitimadas, a ineficácia da proibição, o direito da mulher sobre o próprio corpo, o viés íntimo de decidir ser mãe, a origem religiosa dessa vedação. Na esfera jurídica, respeitáveis estudiosos sustentam ser direito fundamental da mulher abortar.

No Brasil, a lei permite o aborto quando a gravidez decorre de estupro e quando a mãe corre risco de vida. Tramita no STF a ADPF (ação de descumprimento de preceito fundamental) nº 54, visando regularizar o aborto também em casos de anencefalia, para que gestantes e profissionais de saúde tenham um pouco de segurança quando deparados com tão difícil situação.

Permitir à mulher a escolha, nas três circunstâncias acima, é justo e tem um condão humanitário. Nenhuma mulher pode ser condenada à morte em prol da gravidez. Nenhuma mulher pode ser condenada à tortura de, no caso de estupro, conviver com o fruto da violência a que foi submetida e, na hipótese de anencefalia, passar nove meses programando a cerimônia fúnebre do próprio filho. O Estado não tem esse direito. Espera-se que o STF tenha sensibilidade para perceber que, em casos de anencefalia, o aborto é mais sentimental que no de estupro, pois neste a mulher ainda pode escolher ter e viver com seu filho.

Mas os defensores da legalização não se contentam com essas possibilidades: entendem ser um direito fundamental chegar a um hospital público e ter o aborto praticado. Desejam, portanto, mais que a descriminalização, que implica não submeter a mulher que aborta às agruras de um processo-crime. Com todo respeito, não há direito fundamental a ceifar uma vida. E o reconhecimento de que existe vida intrauterina não tem esteio apenas em crenças religiosas, trata-se de constatação científica. Antes de pensar em legalizar o aborto, cumpre rever a lei nº 9.263/ 96, que regula o planejamento familiar e limita consideravelmente a esterilização.

Hoje, se um médico, a pedido da paciente, a esteriliza durante uma cesariana, estará sujeito a pena de dois a oito anos de reclusão, com aumento. A punição para quem realiza aborto com consentimento da gestante é metade disso.

Também é crime esterilizar pessoa casada sem que haja anuência do seu cônjuge. Se tiver sucesso o pleito de legalização, estaremos diante de paradoxo: a mulher não tem direito a ser esterilizada, mas pode fazer quantos abortos julgue necessários. O Brasil elegeu uma mulher presidente da República. Que esta mulher tenha a firmeza que lhe parece característica para implementar medidas menos invasivas e mais efetivas que a alardeada legalização do aborto.

Dentre tais medidas, toma-se a liberdade de sugerir, além da revisão da lei de planejamento familiar:

1) Instituir o parto anônimo, possibilitando à gestante fazer o pré-natal e o parto sem se identificar, deixando a criança para adoção;

2) Intensificar as campanhas de prevenção à gravidez e à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, utilizando, inclusive, a televisão, que é concessão pública. Pesquisa do Cebid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) mostra que muitas mulheres acreditam que sexo anal previne gravidez e Aids;

3) Popularizar todos os métodos contraceptivos, sobretudo a distribuição e educação para o uso de preservativos. O Brasil é mais carente dessas medidas, polêmicas, porém menos que a legalização do aborto. Estamos nos distraindo discutindo o mais e deixando de fazer o menos.

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, advogada, é professora associada de direito penal na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - **Folha de São Paulo**, abril de 2011.

Uns poucos oportunos e muitos oportunistas (MALU FONTES)

A culpa é do Congresso Nacional. É dos filmes violentos. É dos jogos de vídeo game que fazem crianças e adolescentes divertirem-se com a morte. É do computador. É da Internet. É da impunidade no Brasil. É da indústria bélica. É da omissão dos poderes públicos. É da corrupção. É da falta de segurança nas escolas. É da falta de valores. É da família que não dá limites. É do bullying. É da religião. É da falta de religião, é do ateísmo, do fundamentalismo, da fé, da falta de fé, da novela das nove, da sociedade de consumo e da Rede Globo. Todas essas explicações oportunistas foram durante esta semana, lidas, ouvidas em algum programa de televisão, algum veículo de imprensa, uma conversa social ou postadas em timelines de redes sociais e tinham o mesmo objeto: o massacre de Realengo, no Rio de Janeiro.

Auto-convencidas de sua certeza diagnóstica, as pessoas usaram as redes sociais durante a semana como um megafone do senso comum, onde atribuíam a (ir)responsabilidade desse tipo de evento até mesmo à imprensa, pois, se esta fosse censurada, argumentavam, os violentos não cometeriam crimes, pela certeza prévia de que seus atos não teriam repercussão. E eis o diagnóstico mais enviesado de todos, entre os ouvidos: "a Rede Globo realizou o sonho de Wellington, pois ele conseguiu o que queria: ficar famoso". Ah, tá. A Globo deve ter inventado o rapaz e ensaiado seu desatino no Projac. E o resto da imprensa, inclusive a internacional, foi atrás?

CARPIDEIRAS - Diante da tragédia de Realengo, inaugural nesta categoria no Brasil, o senso comum, os picaretas de plantão e até alguns especialistas pareciam munidos de megafones e dispostos a gritar para o mundo, sempre diante de uma câmera, seus diagnósticos apressados e absurdos sobre o que teria motivado o atirador

Prof. Lucas Rocha

Wellington Menezes a repetir no Brasil um tipo de crime até então inédito na história da violência brasileira. É verdade que, diante de um crime da escala do massacre de Realengo, torna-se mais complexo afirmar quais são os limites da cobertura sensata por parte da imprensa e sobretudo da televisão, cujas câmeras parecem padecer eternamente de uma atração arrebatadora e fatal por lágrimas em close. Se forem de mães e professoras de 12 crianças entre 12 e 14 anos, a tentação está posta e não há professora, Patrícia Poeta ou câmera triste que não se transforme na mais autêntica das carpideiras eletrônicas e leve um país de telespectadores junto.

Diretamente proporcional à hipocrisia rasteira que depois de um massacre dessa natureza emerge parecendo saber tudo sobre a sua etiologia, é a hipocrisia cega que, no cotidiano, fecha completamente os olhos, prática inclusive da própria televisão de suas câmeras que dizem a tudo ver, e recusa-se a tomar conhecimento dos trancos e barrancos que fazem parte da rotina de toda e qualquer pessoa que não tenha recursos financeiros e tenha algum problema de saúde mental. Embora, para alguns, seja quase uma tentação recorrer ao Código Internacional de Doenças e parar na seção dos transtornos mentais para dar um verniz médico e patológico ao ato de Wellington de Oliveira, cadê a preocupação social, para além e aquém das tragédias e do sensacionalismo que as cercam, para após seu acontecimento, com as pessoas que têm doenças mentais severas e não encontram tratamento nas redes públicas de apoio da área de Saúde, conforme garante a Reforma Psiquiátrica?

Tanto quanto dizer que a culpa é do ateísmo ou da religiosidade, é patético associar diretamente e de forma exclusiva o massacre a uma (ainda) suposta esquizofrenia do atirador. Os esquizofrênicos existem, mas não saem por aí invadindo escolas e cometendo assassinatos em massa. Vincular o ato criminoso exclusivamente à suposta esquizofrenia é estigmatizar ainda mais quem precisa mais de tratamento e menos de reforço do preconceito que leva ao medo público. Nunca é tarde para lembrar que, na história dos transtornos mentais no mundo, as pessoas com esses distúrbios sempre foram muito mais maltratadas do que causadoras de maus tratos. Casos como o de Wellington, seja no Brasil, nos Estados Unidos, no Canadá ou em qualquer esquina do mundo, são exceções e não regra.

MATADOR - Antes de responsabilizar a Internet, os mulçumanos, o islamismo, o fundamentalismo religioso ou o ateísmo, é bom pensar que o crime arquitetado pelo atirador de Realengo trata-se de algo impossível de ser explicado pela racionalidade humana. Um garoto com um forte componente de transtorno psíquico (diga-se de passagem nunca notado por ninguém, ignorado na prática por todos que conviveram com ele duas décadas de vida) disposto, de forma doentia, a cometer um ato desta escala, o cometeria com ou sem revólver, numa escola ou numa feira, com bala ou com fogo, em 2011 ou 2017. O fato de a sociedade ficar atônita porque a violência, quando 'gratuita' e cometida contra a sacralidade da infância, precisa urgente de uma explicação para que a vida em sociedade continue fazendo algum sentido não é desculpa para oportunistas de plantão venderem diagnósticos medíocres e rasos de quem mal leu uma manchete de jornal e sai por aí explicando com quantos defeitos se produz um assassino em massa.

Nas mesmas edições noturnas em que os telejornais exibiam uma emocionante e concorrida missa de sétimo dia na escola do massacre, foi preso no Rio um vereador da cidade, André Ferreira, o Deco, apontado como chefe de uma milícia que assassinou pelo menos 30 pessoas nos últimos quatro anos e explora cinco bairros pobres. A pergunta é delicada e incômoda, mas aos oportunos e aos oportunistas, ei-la: quais os elementos que fazem de Wellington o monstro da capa vermelha da revista semanal e de Deco, igualmente matador e em nome não de um transtorno ou sofrimento psíquico solitário, mas por enriquecimento pessoal, ser objeto de aplauso de milhares de eleitores? A propósito, durante esta semana, houve, em Salvador, uma passeata organizada pelos próprios pacientes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Salvador, inconformados com a precariedade do atendimento, gerada pela crise na saúde municipal. A imprensa veiculou? Se um deles, ao invés de organizar um protesto público reivindicando tratamento, puxasse uma faca num ônibus, certamente seria manchete.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 17 de abril de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

Realengo (CONTARDO CALLIGARIS)

1) EM MARÇO de 2009, em Wendingen, Alemanha, um jovem de 17 anos entrou no colégio do qual ele tinha sido aluno e começou uma matança que terminou com seu suicídio e custou a vida a 15 pessoas.

Na época, notei que, para os suicidas-assassinos de massa, encarnar o anjo da morte é sempre uma demonstração pública. E perguntei: uma demonstração de quê? Pois é, num mundo dominado por máscaras e aparências, talvez os únicos eventos que se destaquem por serem indiscutivelmente reais sejam o nascimento e a morte. Nessa ótica, as meninas, para nos obrigar a levá-las a sério, podem engravidar e dar à luz. Quanto aos meninos, o que lhes sobra para serem levados a sério é morrer ou matar. Por isso as meninas pensam no amor, e os meninos, na guerra; as meninas sonham em ser mestres da vida, os meninos sonham em ser mestres da morte.

Em suma, atrás da singularidade das razões de cada um, os suicidas-assassinos (todos homens) parecem agir na tentativa desesperada de se levarem a sério e de serem, enfim, levados a sério: "O mundo me despreza e me desprezará mais ainda, mas, diante de meu ato mortífero, não poderá negar que sou gente grande, um "macho de respeito".

Mais um detalhe. Cada vez mais, a preservação da vida parece ser nosso valor supremo. Todos estão dispostos a qualquer coisa para não morrer; não é estranho que, de repente, aos olhos de alguns, a verdadeira

Prof. Lucas Rocha

marca de superioridade pareça ser a facilidade em matar e se matar.

2) É possível que a vida escolar de Wellington, o assassino de Realengo, tenha sido um suplício. Mas a simples vingança pelo bullying sofrido não basta para explicar seu ato. Eis um modelo um pouco mais plausível (e infelizmente comum).

Durante sua adolescência, um jovem é zombado pelos colegas e, sobretudo, pelas meninas que despertam seu desejo. Para se proteger contra a recusa e a humilhação, o jovem se interdita o que ele deseja e que lhe está sendo negado: "As meninas que eu gosto riem de mim e de meu desejo por elas; para não me transformar numa piada, farei da necessidade virtude: entrarei eu mesmo em guerra contra meu desejo. Ou seja, transformarei a exclusão e a gozação num valor: não fui rechaçado, eu mesmo me contive - por exemplo, porque quero me manter ilibado, sem mancha".

Wellington, o assassino de Realengo, na sua carta de despedida, pede para não ser contaminado por mãos impuras. Difícil não pensar no medo de ele ser contaminado por suas próprias mãos, e no fato de que a morte das meninas preservaria sua pureza, libertando-o da tentação. A matança, neste caso, é uma maneira de suprimir os objetos de desejo, cuja existência ameaça o ideal de pureza do jovem. Ora, é graças a esse ideal que ele transformou seu fracasso social e amoroso numa glória religiosa ou moral. Como se deu essa transformação?

Simples. Para transformar os fracassos amorosos em glória, o fanatismo religioso é o cúmplice perfeito. Funciona assim: você é isolado? Sente-se excluído da festa mundana? Pois bem, conosco você terá uma igreja (real ou espiritual, tanto faz) que lhe dará abrigo; ajudaremos você a esquecer o desejo de participar de festas das quais você foi e seria excluído, pois lhe mostraremos que esse não é seu desejo, mas apenas a pérfida tentação do mundo. Você acha que foi rechaçado? Nada disso; ao contrário, você resistiu à sedução diabólica. Você acha que seu desejo volta e insiste? Nada disso, é o demônio que continua trabalhando para sujar sua pureza.

Graças ao fanatismo, em vez de sofrer com a frustração de meus desejos, oponho-me a eles como se fossem tentações externas. As meninas me dão um certo frio na barriga? Nenhum problema, preciso apenas evitar sua sedução -quem sabe, silenciá-las. Fanático (e sempre perigoso) é aquele que, para reprimir suas dúvidas e seus próprios desejos impuros, sai caçando os impuros e os infiéis mundo afora.

Há uma lição na história de Realengo -e não é sobre prevenção psiquiátrica nem sobre segurança nas escolas. É uma lição sobre os riscos do aparente consolo que é oferecido pelo fanatismo moral ou religioso. Dito brutalmente, na carta sinistra de Wellington, eu leio isto: minha fé me autorizou a matar meninas (e a me matar) para evitar a frustrante infâmia de pensamentos e atos impuros.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, abril de 2011.

"School shooting in Realengo" (DANIEL MACK e MELINA RISSO)

TENDO IMPORTADO O MODELO do "school shooting" com o massacre em Realengo, o Brasil parece replicar outro aspecto desse tipo de tragédia. Com registros na Finlândia, no Iêmen, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Argentina, no Canadá, na Escócia e na China, esse fenômeno já vitimou cerca de 300 pessoas desde 1996. Nesses casos, sempre há mais fascinação pelo "por quê?" do que pelo "como?". Falar em "sociedade enferma", em "bullying" e em "esquizofrenia" não explica a história toda. Wellington é o grande culpado e o único que poderia revelar o "por quê?". Mas falharemos se não analisarmos e reagirmos contra aspectos do "como" que podem evitar outras tragédias. O que permitiu que Wellington lograsse tamanha letalidade? Como alguém sem histórico criminal nem envolvimento com drogas conseguiu as armas de fogo e o recarregador?

Se hoje choramos, como fez comovida a presidente Dilma, amanhã devemos pressionar as autoridades públicas para melhorar o controle sobre as armas produzidas e em circulação no Brasil. A maioria das armas de fogo usadas em homicídios no país -e a tragédia de Realengo é uma parte do problema que vitima anualmente mais de 30 mil pessoas- é brasileira! O revólver calibre 38 (como um dos que o atirador tinha), fabricado e vendido legalmente, é o vetor da epidemia de violência armada. Segundo a CPI do Tráfico de Armas, 76% das armas usadas em crimes na cidade do Rio de Janeiro ao longo de dez anos eram nacionais.

A segunda arma usada pelo atirador, calibre 32, tinha proprietário legal e foi roubada; aqui, o mercado legal abastece o ilegal. Nos EUA, na maioria das tragédias escolares, as armas foram compradas legalmente, dada a permissividade do país no tema. No Brasil, comprar arma legalmente ficou mais difícil com o Estatuto do Desarmamento, mas outras medidas previstas no estatuto ainda não saíram do papel. É preciso melhorar a qualidade das informações sobre armas em circulação e fiscalizar com mais rigor grupos e locais vulneráveis a desvios: colecionadores, atiradores, caçadores e empresas de segurança privada, além dos estoques em fóruns, corporações policiais ou batalhões das Forças Armadas. É essencial também reduzir o número de armas no país, estimado em mais de 16 milhões. A campanha de desarmamento voluntário deve voltar, assim como ações policiais de apreensão de armas ilegais.

No Congresso Nacional, muitos se manifestaram pelo fortalecimento do controle de armas. Legislar a partir de tragédias nunca será uma boa solução para a segurança pública, mas, em momentos em que a legislação pode ser decisiva, o Congresso não deve se calar. Portanto, os parlamentares preocupados com a segurança dos brasileiros devem ser os maiores defensores do Estatuto do Desarmamento, impedindo que a "bancada da bala", cujas campanhas são financiadas pela indústria de armas, desvirtue o estatuto, tentando conceder porte para várias categorias e flexibilizar requisitos para comprar armas. Nossa comoção deve ser o combustível para ações concretas nas esferas administrativas, políticas e legislativas.

Não à toa, na Alemanha, na Escócia e no Canadá medidas mais rígidas de controle de armas foram tomadas após ataques em escolas. Não devemos eximir nenhum dos partícipes ocultos da tragédia - nem permitir que nossa apatia prevaleça. É hora de agirmos para reverter o quadro de homicídios que entristece o país.

DANIEL MACK é coordenador da área de controle de armas do Instituto Sou da Paz. **MELINA RISSO** é diretora do Instituto Sou da Paz. Folha de São Paulo, abril de 2011

O país deve promover um plebiscito sobre a proibição da venda de armas de fogo? SIM

Adeus às armas (RENAN CALHEIROS)

O BRASIL ENFRENTA o drama recorrente da insegurança pública. Nos últimos anos, assistimos a sequestros-relâmpago, chacinas, explosão de homicídios, extermínios, assassinato de inocentes, assaltos cinematográficos e outras barbáries.

Todos se lembram do ônibus 174, no Rio de Janeiro, e de seu trágico desfecho. Quem consegue se esquecer da jovem alagoana Eloá Pimentel, assassinada em São Paulo de maneira covarde pelo namorado? Quem pode apagar da memória o serial killer que invadiu o cinema no shopping Morumbi, matou quatro pessoas e feriu outras três? Casos que provocaram grande comoção e aos quais se soma, agora, a monstruosidade de um facínora em Realengo, no Rio. Uma tragédia sem precedentes, causada por um psicopata que ceifou a vida de 12 crianças e arruinou muitas famílias. Nunca estaremos imunes às ações dos fanáticos e desequilibrados, mas temos todas as condições de dificultar o acesso deles aos meios que potencializam a tragédia. Por trás desses casos está um só problema: a banalização e o fácil acesso à arma de fogo no país. Propus no Congresso a proibição da venda de armas e munições.

Evoluímos para um referendo que, por 64% a 36%, optou pela continuidade da venda de armas. Uma campanha marcada pela desinformação e por distorções, em que o direito à propriedade, à liberdade individual, foi confundido voluntariamente com o acesso às armas. A partir do referendo houve uma lamentável mudança de comportamento. O número de armas comercializadas dobrou, de perto de 65 mil para 120 mil unidades ao ano. A última radiografia feita pelo Ministério da Justiça registrou a existência de 16 milhões de armas, sendo que 87% delas estão nas mãos da sociedade. Metade das armas está na ilegalidade.

As campanhas de devolução, indenizações e a própria fiscalização, infelizmente, se mostraram insuficientes. É preciso, portanto, propostas mais arrojadas, que tiveram êxito em países que adotaram leis de desarmamento. Por isso, o colégio de líderes do Senado aprovou a votação em urgência-urgentíssima de um plebiscito para autorizar o Congresso a proibir a venda de armas e munições no Brasil.

Fui autor do primeiro referendo brasileiro e, conseqüentemente, respeito as consultas à sociedade, mas isso não as transforma em cláusulas pétreas, imutáveis e sagradas. A sociedade muda, e as leis, que sofrem a erosão do tempo, devem acompanhar as mudanças. Proibir a venda de armas é combater o mal maior, mas é só o primeiro passo. Em seguida, é preciso enfrentar o problema da insegurança e mudar o modelo para combater a criminalidade ascendente. Não é possível mais acumular as reações indignadas a cada tragédia nacional. Precisamos de definições claras de competências e, principalmente, da indicação das fontes de financiamento da segurança. Propus a criação de uma vinculação orçamentária, ainda que temporária, para a segurança pública. Dessa forma, perto de R\$ 1 bilhão/ano seria investido em segurança. Os recursos viriam de 10% das receitas da União, 7% dos Estados e 5% dos municípios. Recursos para investimentos em inteligência, modernização dos equipamentos e treinamentos das polícias; tais recursos, claro, seriam impossíveis de serem contingenciados.

As estatísticas são assustadoras. Nos últimos 20 anos, o número de assassinatos cresceu aterrorizantes 273%. Não temos 11% da população mundial, mas respondemos por 11% dos crimes do planeta, segundo a ONU. Triste estatística, para não dizer vergonhosa. Não dá mais para acumular a indignação, acomodar tanta dor. A falência desse modelo exige soluções que não podem ser adiadas.

RENAN CALHEIROS é senador pelo PMDB-AL. Foi presidente do Senado, deputado federal pelo PMDB-AL (1983-91), líder do governo na Câmara (governo Collor) e ministro da Justiça (governo FHC). Folha de São Paulo, abril de 2011

O país deve promover um plebiscito sobre a proibição da venda de armas de fogo? NÃO

Consulta não será remédio para a violência (LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO)

O MASSACRE COVARDE de crianças indefesas dentro da escola pública Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, mereceu o repúdio de todos os brasileiros e abriu um importante debate sobre a necessidade de a sociedade buscar respostas que possam aplacar esta dor, motivada por uma brutalidade tão desmedida. O debate sobre o desarmamento é importante e a nova campanha para desarmar o povo brasileiro, proposta pelo ministro da Justiça, deve ter um impacto positivo na população, principalmente porque não se resume a uma edição episódica, mas ganhará caráter permanente, contando desde já com nosso apoio. Nesse esforço, talvez consigamos retirar de circulação milhares -talvez milhões- de armas de fogo que servem apenas para municiar os criminosos.

Prof. Lucas Rocha

De acordo com o que se apurou até o momento, uma das armas utilizadas pelo assassino das crianças no Rio de Janeiro estava entre as roubadas de civis, a demonstrar que o país ainda carece de medidas adicionais às previstas no Estatuto do Desarmamento para controlar de forma mais eficaz o registro e o porte de armas de fogo. Atualmente, o Brasil tem em circulação 16 milhões de armas, sendo que 14,5 milhões estão nas mãos de civis.

Historicamente, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de São Paulo sempre trabalhou pelo desarmamento da população, promovendo inúmeras campanhas nesse sentido, por acreditar na sua efetividade e na construção de futuro de paz para o povo brasileiro. A primeira de uma série de campanhas ocorreu no ano de 1996, e buscava conscientizar e educar a população sobre os riscos de se possuir armas dentro de casa.

Em 2005, o povo brasileiro foi ouvido sobre o comércio de armas de fogo por meio da maior consulta popular de sua história, da qual participaram quase 100 milhões de cidadãos, que majoritariamente decidiram pela manutenção da venda de armas de fogo. O resultado foi surpreendente, uma vez que as pesquisas de opinião davam ampla vitória à proibição do comércio de armas e munição. Agora, sob o impacto da brutalidade do massacre dos estudantes no Rio de Janeiro, propõe-se um novo plebiscito, formulando a mesma pergunta ao povo brasileiro em um espaço de tempo de apenas seis anos, o que não se justifica.

Entendo, também, que uma nova consulta popular não será o remédio tão esperado para combater os males decorrentes da violência, que cresce, toma novas formas e, muitas vezes, nos deixa perplexos diante de um ato de barbárie que até então desconhecíamos, perpetrado pelo fácil acesso a uma arma de fogo, ceifando vidas inocentes. Além disso, os recursos para uma nova consulta - a anterior custou R\$ 250 milhões - poderiam ser aplicados em outras áreas mais prioritárias para o país, como a própria segurança pública, no setor de inteligência e de prevenção ao crime, para equipar melhor as polícias federal e estaduais e combater o ingresso de armas ilegais.

Temos, sim, de encontrar respostas para o massacre das crianças no Rio de Janeiro, para a banalização da violência, para as mídias que nos colocam entre os países em que mais se morre por arma de fogo; mas isso terá de ser feito por políticas públicas voltadas à segurança pública e pelo envolvimento consciente da sociedade nesse ideal de desarmamento e pela paz.

LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO, advogado criminalista, mestre e doutor em direito penal pela USP, professor honoris causa da FMU, é presidente da OAB-SP (seccional paulista do Ordem dos Advogados do Brasil). Folha de São Paulo, abril de 2011

Bullying e incivilidade (ROSELY SAYÃO)

O "bullying" não é um fenômeno moderno, mas hoje os pais estão bem preocupados porque parece que ele se alastrou nos locais onde há grupos de crianças e jovens, principalmente na escola. Todos têm receio de que o filho seja alvo de humilhação, exclusão ou brincadeiras de mau gosto por parte dos colegas, para citar exemplos da prática, mas poucos são os que se preocupam em preparar o filho para que ele não seja autor dessas atividades.

Quando pensamos no "bullying", logo consideramos os atos violentos e agressivos, mas é raro que os consideremos como atos de incivilidade. Vamos, então, refletir a respeito desse fenômeno sob essa ótica. Por que é que mesmo os adultos que nunca foram vítimas de atos de violência, como assalto ou furto, sentem uma grande sensação de insegurança nos espaços públicos? Simples: porque eles sentem que nesses locais tudo pode acontecer.

A vida em comunidade está comprometida, e cada um faz o que julga o melhor para si sem considerar o bem comum. Outro dia, vi uma cena que exemplifica bem essa situação. Em uma farmácia repleta de clientes, só dois caixas funcionavam, o que causou uma fila imensa. Em dado momento, um terceiro caixa abriu e o atendente chamou o próximo cliente.

O que aconteceu? Várias pessoas que estavam no fim da fila e outras que aguardavam ainda a sua vez correram para serem atendidas. Apenas uma jovem mulher reagiu e disse que estavam todos com pressa e aguardando a sua vez. Ela se tornou alvo de ironias e ainda ouviu um homem dizer que "a vida é dos mais espertos". Essa cena permite uma conclusão: a de que ser um cidadão responsável e respeitoso promove desvantagens. É esse clima que, de um modo geral, reina entre crianças e jovens: o de que ser um bom garoto ou aluno correto não é um bem em si.

Além disso, as crianças e os jovens também convivem com essa sensação de insegurança de que, na escola, tudo pode acontecer. Muitos criam estratégias para evitar serem vistos como frágeis e se tornarem alvo de zombarias. Tais estratégias podem se transformar em atos de incivilidade. A convivência promove conflitos variados e é preciso saber negociá-los com estratégias respeitadas e civilizadas. Muitos pais ensinam seus filhos a negociarem conflitos de modo pacífico e polido, mas muitos não o fazem.

É preciso estar atento a esse detalhe. Aliás, costumo dizer que é nos detalhes que a educação acontece. Faz parte também do trabalho da escola esse ensinamento. Aprender a não cometer atos de incivilidade diminuiria muito o "bullying". Para tanto, não se pode abandonar crianças ou jovens à própria sorte: é preciso a presença educativa e reguladora dos adultos. Isso vale, principalmente, nos horários escolares em que o fenômeno mais ocorre: na entrada, na saída e no recreio.

Folha de São Paulo, abril de 2011.

Homossexuais lutam por direitos em universidades religiosas nos EUA (ERIK ECKHOLM) – THE NEW YORK TIMES – Waco (Texas, EUA)



Taylor Schmitt (o terceiro a partir da direita), se assumiu gay no ano passado. Na imagem, ele participa de festa com amigos na Universidade Cristã Abilene, no Texas

A luta pela aceitação de alunos homossexuais surgiu nos lugares que menos a esperavam: nos vários colégios e universidades cristãos evangélicos que, em suas crenças fundamentais, veem a homossexualidade como um pecado.

Décadas depois que o movimento pelos direitos homossexuais varreu as escolas seculares do país, mais gays e lésbicas de colégios cristãos estão começando a sair do armário, exigindo o direito de proclamarem suas identidades e formar clubes nos campi, e rejeitando as sugestões de buscarem ajuda

para suprimir seus desejos homossexuais. Muitos dos novos militantes cresceram como cristãos e desenvolveram consciência de suas identidades sexuais só depois de começar o colégio, e anos depois de conflitos internos. Eles vêm de uma nova geração de jovens evangélicos que, acima de tudo, tem visões bem menos rígidas sobre a homossexualidade do que os mais velhos.

Mas em seus esforços de afirmação, quer seja nos clubes no campus ou mais publicamente no Facebook, os alunos homossexuais estão batendo de frente contra os administradores que defendem aquilo que descrevem como a lei de Deus sobre a moralidade sexual, e que por sua vez precisam responder aos conselhos e alunos conservadores. Enfrentando proibições vagas contra o "comportamento homossexual", muitos alunos se preocupam com que tipo de atitude – andar de mãos dadas com um parceiro, por exemplo, ou colocar uma foto num site gay – pode prejudicar suas bolsas de estudo ou levar à expulsão.

"É como uma força incontrollável que se depara com um objeto imóvel", disse Adam R. Short, calouro de engenharia na Universidade Baylor que é gay assumido e lutou, sem sucesso, para o reconhecimento de um clube no campus para discutir a sexualidade e lutar contra a homofobia.

Poucos colégios religiosos mais liberais, como a Universidade Belmont em Nashville, que tem origens batistas, permitiram, relutantemente, a formação de grupos de alunos gays. No caso de Belmont, após anos de um aquecido debate, e logo depois que a universidade obrigou uma técnica de futebol lésbica a pedir demissão. Mas a resposta mais típica veio de Baylor, que com 15 mil alunos é a maior universidade batista do país, e que se recusou a aprovar o fórum sobre sexualidade.

"Baylor espera que seus alunos não participem de grupos que promovam uma compreensão da sexualidade contrária aos ensinamentos bíblicos", disse Lori Fogleman, porta-voz da universidade.

Apesar da rejeição, mais de 50 alunos continuam a realizar encontros semanais do Fórum de Identidade Sexual, e continuarão buscando a validação moral que seria fruto do status formal, disse Samantha A. Jones, veterana e presidente do grupo.

"O corpo de estudantes é grande e está pronto para isso", disse Saralyn Salisbury, namorada de Jones e também veterana da Baylor. "Mas a administração e os regentes não." Na Universidade Cristã Abilene no Texas, vários alunos são homossexuais assumidos, e muitos mais estão pressionando, nos bastidores, por uma mudança. Na última primavera, a universidade não permitiu a formação de uma Aliança Gay-Heterossexual. "Queremos lidar com esses temas complexos, e oferecer ajuda e orientação para os alunos que estão lutando com a atração pelo mesmo sexo", disse Jean-Noel Thompson, vice-presidente da universidade para a vida estudantil. "Mas não vamos abraçar nenhum grupo de defesa da identidade homossexual."

Na Universidade Harding do Arkansas, que como a Abilene é afiliada às Igrejas de Cristo, meia dúzia de alunos e ex-alunos publicaram uma revista online no começo de março com relatos pessoais sobre as dificuldades dos alunos homossexuais. A universidade proibiu o acesso ao site em seu servidor de internet, o que ajudou a fazer com que o ele se tornasse um produto viral no mundo das universidades religiosas.

Na capela, o presidente da Harding, David B. Burks, disse aos alunos que a universidade "não tentaria controlar o pensamento deles", mas que "era importante bloquear o site por causa do que ele dizia sobre a Harding, quem ela é e no que acredita". Burks disse que o próprio nome do site, huqueerpress.com, era ofensivo. A maioria das faculdades evangélicas dizem que não disciplinam os alunos que admitem ter atração pelo mesmo sexo, apenas aqueles que assumem "comportamento" ou "atividades" homossexuais. (Nos campi evangélicos, o ato sexual fora do casamento é proibido para todos.)

A Abilene vê uma grande diferença, diz Thompson, entre um aluno que está com dificuldades particulares por conta de sentimentos de atração pelo mesmo sexo, e um "aluno que diz em e-mails, no Facebook e outros lugares, que é publicamente gay e que este é um estilo de vida que ele defende independentemente da posição da universidade."

Amanda Lee Genaro diz que foi expulsa em 2009 da Universidade North Central, um colégio pentecostal em Minneapolis, quando foi mais afirmativa sobre sua identidade homossexual. Ela lutou contra seus sentimentos durante anos, disse Genaro, até 2006, quando foi inspirada por uma visita ao campus do SoulForce, um grupo nacional de alunos homossexuais religiosos que tenta levantar a discussão do tema nas universidades.

"Eu pensei, uau, talvez Deus me ame independente de eu gostar de mulheres", lembra-se Genaro. Em 2009, depois que ela deixou a "terapia reparadora", entrou no MySpace e admitiu ter uma relação romântica, mesmo que não consumada, com uma mulher, a universidade a suspendeu, dizendo que ela poderia se inscrever novamente dentro de um ano se deixasse a homossexualidade. Ela se transferiu para uma escola não-cristã.

Alunos homossexuais dizem que costumam ser questionados sobre o motivo porque frequentam colégios cristãos. Mas a questão, dizem eles, é injusta. Muitos foram criados em lares profundamente cristãos com uma expectativa de frequentar um colégio religioso, e lutaram por muito tempo contra sua homossexualidade. Eles chegaram à universidade, como um dos autores do Harding Web disse: "esperando que o colégio nos tornasse heterossexuais, e uma vez lá, percebemos que isso não aconteceria, não havia nada que se pudesse fazer quanto a isso." Os alunos que assumem sua homossexualidade no campus dizem que é um alívio, mas que a vida continua difícil.

"Eu sou sozinho", disse Taylor Schmitt, aluno do segundo ano da Abilene que entrou lá com uma bolsa total e com a esperança de que seu ser interior mudasse de certa forma. No final de seu primeiro ano, disse Schmitt, ele aceitou sua homossexualidade. Ele se transferiu para o departamento de inglês e deixou o departamento de estudos da Bíblia que, segundo ele, "tinha o ar das decepções e falsidades passadas que eu havia criado em torno de mim." Em vez de mudar de universidade e desistir de sua bolsa, ele está fazendo aulas extras para se formar um ano mais cedo. Alguns dos alunos homossexuais acabam desiludidos com o cristianismo, e até se tornam ateus, enquanto outros buscam igrejas mais liberais. David Coleman foi suspenso pela Universidade North Central em seu último ano em 2005, depois que distribuiu panfletos que divulgavam um site de apoio a homossexuais e admitiu ter relações íntimas (mas não sexuais) com outro homem. Ele chama o ambiente da universidade de "espiritualmente violento".

Coleman, 28, está matriculado agora no Seminário Teológico Unido de Twin Cities em New Brighton, Minnesota, que é administrado pela Igreja Unida de Cristo, mais aberta. Ele ainda sonha em se tornar pastor. "Eu sinto o chamado", disse ele.

Tradução: Eloise De Vylder

Estado em questão (MAYSA RODRIGUES)

Instituição fortalecida após as revoluções que "inauguraram" o mundo moderno, o Estado nacional é objeto de intensos debates sobre seu futuro. Estaria o Estado em crise? Ele deixará de existir ou se apresentará sob novas formas?

É por meio de uma série de categorias que cada um de nós se situa em relação à realidade a nossa volta. Idade, etnia, gênero, classe social e nacionalidade são alguns desses marcadores que definem quem somos para nós mesmos e também para os outros. Identificamo-nos como brasileiros, italianos ou dinamarqueses a partir de nosso país de origem. Logo ao nascermos, ganhamos uma nacionalidade que nos acompanhará por toda a nossa história, vinculando a nossa existência a um país e conferindo-nos uma série de restrições, deveres e sentidos. É difícil concebermos um mundo em que o Estado nacional não seja central na formação de nossa identidade e na organização da vida social. Entretanto, o Estado como o conhecemos hoje nem sempre existiu e tão pouco tem sua permanência garantida no futuro das sociedades. "No que diz respeito às criações humanas nada é permanente. Sobre tudo quando não estamos falando de coisas físicas, ou seja, quando nos referimos às instituições sociais - como o capitalismo, a escravidão ou o Estado", explica o professor do Departamento de História da USP, Modesto Florenzano.

Nesta reportagem, o leitor será apresentado para algumas questões e teorias que colocam a fixidez do Estado em debate, ao mesmo tempo em que buscam explicar por que essa instituição nos parece tão inabalável.

O Nascimento do Estado Moderno

Em primeiro lugar, é importante fazer uma distinção entre o Estado em geral e o Estado-nação moderno. Para citar alguns exemplos, na configuração de poder do feudalismo e da **Roma Antiga*** já havia a figura do Estado. Nesse sentido, Max Weber define esse conceito a partir de seus meios e não por seus fins, uma vez que, na prática, os Estados podem ter perfis muito diversos, além de perseguir diferentes finalidades. "O Estado fascista, por exemplo, perseguia os fins próprios à sua ideologia. Da mesma forma, os Estados comunista, comunista, feudal, absolutista ou democrático buscaram fins característicos. O que há em comum é que todos eles detêm o monopólio legítimo da violência, conforme teorizou Weber", explica o professor Florenzano. Segundo o historiador, não haveria um consenso sobre o momento inaugural do Estado. "A documentação que temos a partir de uma determinada época é muito nebulosa e indireta. O que sabemos é que os romanos, os chineses e os egípcios, dentre outros, já tinham criado formas estatais bastante sofisticadas. Antes disso, o que havia era uma situação tribal, em que as sociedades estavam saindo da condição de comunidade primitiva. Já havia poder, mas ele não estava cristalizado em formas estatais", completa.

***Roma Antiga** » Civilização surgida no interior da chamada Península Itálica, deu origem aos sistemas monárquico, republicano e imperial de poder que dominaram boa parte da Europa e da região do Mediterrâneo, ou seja, o Império Romano. Muito do que sabemos sobre leis, formas de governo e organização social - ao menos do modelo ocidental - tem origem ou inspiração nos romanos.

Especificamente em relação ao Estado-nação moderno, é possível pensarmos em um momento de sua formação. "O Estado é anterior à nação, pelo menos ao que diz respeito ao Ocidente europeu, no qual foi a existência prévia do Estado que criou a nação ideologicamente. Podemos pensar em nação como uma ideologia ou como um sentimento. Nesse sentido, o Estado é um arranjo político que contribuiu fortemente para essa ideologia", define Florenzano. Conforme será aprofundado adiante, o professor explica que, para que a nação se constitua e crie uma identidade enquanto tal, dois fatores são fundamentais: "É necessário que haja uma língua e/ou uma religião comum para haver um sentimento de nação envolvendo o Estado", completa. Segundo os historiadores, a formação do Estado-nação moderno ocorreu a partir da decadência do feudalismo. Com a chegada do século 14, começou a emergir uma nova classe social que vivia à margem dos feudos e da atividade agrária. Chamada de burguesia, essa classe era predominantemente comerciante e se fortaleceu devido ao renascimento comercial e urbano que ocorreu na Baixa Idade Média que, por sua vez, ocorreu a partir da revitalização do comércio engendrada pelas guerras das **Cruzadas***. O antigo mundo feudal, marcado por territórios autônomos, agrários e autossuficientes, teve sua economia transformada por feiras e rotas comerciais, que passaram a ser cada vez mais comuns. Em consequência disso, ao redor dos feudos surgiram pequenas vilas - chamadas de burgos - que comportavam um modo de vida ligado ao comércio, bastante diferenciado do interior feudal. Aos poucos, desses burgos emergiram as cidades, nas quais comerciantes e artesões passaram a organizar o seu trabalho reciprocamente.

***Cruzadas** » Movimento militar e religioso de agrupamentos cristãos ocorrido entre os séculos 11 a 13. Tinha o intuito de conquistar dos mouros muçulmanos as terras santas da região de Jerusalém e colocá-las sob domínio da doutrina cristã e seu poder. Classificada como uma "guerra santa", foram nove as Cruzadas, embora algumas fontes considerem apenas as sete primeiras como tal.

"No que diz respeito às criações humanas nada é permanente. Sobretudo quando não estamos falando de coisas físicas, ou seja, quando nos referimos às instituições sociais como o capitalismo, a escravidão ou o Estado" Modesto Florenzano, professor do Departamento de História da USP

Estava nascendo um novo modo de produção que possibilitaria o surgimento da sociedade moderna. Entretanto, esse capitalismo incipiente tinha demandas incompatíveis com a situação daquela época. A fragmentação do poder em feudos e os particularismos em termos de medidas e moedas eram verdadeiros entraves ao desenvolvimento capitalista. A partir disso, a burguesia já fortalecida, em aliança com a antiga realeza - que naquele momento representava apenas um papel simbólico - enfrentou o poder feudal e foi capaz de unificar os Estados nacionais.

Apesar desse modelo ser correntemente apresentado para dar conta do surgimento dos países atuais, o professor Florenzano explica que o Estado-nação moderno se desenvolveu paulatinamente ao longo da história e que esteve diretamente relacionado com a difusão do sentimento nacionalista. "Entre os séculos 16 e 17 surgiram, no Ocidente, os primeiros Estados nacionais modernos, sob a forma de monarquias absolutistas. Portugal e Inglaterra podem ser considerados os primeiros, pois ao mesmo tempo em que esses Estados se constituem como unidades políticas soberanas, apareceram os sentimentos, respectivamente, de uma nação portuguesa e inglesa". Ele completa que no caso da França e da Espanha esse sentimento teria se cristalizado apenas um pouco mais tarde, pois as suas monarquias abrigavam regiões com culturas e etnias que não se identificavam nem com Castela, no caso da Espanha, nem com a região de Paris, no caso da França. "Em um segundo momento, a partir da Revolução Francesa, o sentimento de nacionalismo se difundiu para a Europa", prossegue. Para o professor, é a partir do século 18, com o advento da Revolução na França, que podemos falar com total segurança na existência de Estados nacionais e de ideologias nacionalistas na Europa. Finalmente, conforme completa Florenzano, em um terceiro momento, no século 19, os Estados nacionais teriam amadurecido ainda mais com o desenvolvimento do romantismo e com a força do nacionalismo alemão.

Além disso, o professor argumenta que mesmo os Estados nacionais modernos - desde seus primeiros esboços, nos quais o nacionalismo ainda não estava totalmente desenvolvido, até o seu desenho atual - sofreram e podem continuar a sofrer mudanças em suas configurações.

Max Weber e o conceito de Estado

A definição weberiana de Estado é talvez uma das mais famosas na Sociologia. No artigo Política como Vocação, o autor afirma que o Estado é "uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima)". Assim, na conceituação de Weber, o Estado é um aparato administrativo e político que detém o monopólio da violência legítima dentro de um determinado território, a partir da crença dos indivíduos em sua legitimidade.

Dois pontos são fundamentais na descrição do autor. Primeiramente, o monopólio estatal da violência legítima não significa que apenas o Estado fará uso da força, pois indivíduos e organizações civis poderão

eventualmente fazer uso da violência física. Entretanto, apenas o Estado é autorizado pela sociedade para usá-la com legitimidade. Assim, organizações como a máfia italiana ou o crime organizado no Brasil são exemplos de grupos que fazem uso da força sem, todavia, terem o apoio do resto da sociedade para fazê-lo, de forma que a legitimidade do Estado não é questionada. Já, os grupos separatistas que fazem uso da violência para organizar revoluções de cunho político podem, eventualmente, colocar a legitimidade estatal em questão se obtiverem o apoio da maior parte da população.

Em segundo lugar, essa autorização social do uso da força ocorre porque os dominados aceitam obedecer a seus dominantes. Essa aceitação, por sua vez, tem três possíveis justificativas. Pode ocorrer devido a uma "autoridade do passado eterno, ou seja, dos costumes consagrados por meio de validade imemorial", chamada de dominação tradicional. Outra possibilidade é que ocorra devido ao carisma de um líder (dominação carismática). E, como conhecemos nos Estados modernos, ocorre através da legalidade, ou seja, é "fundada na crença da validade legal e da competência funcional baseada em normas racionalmente definidas" (dominação legal).

"O Estado é anterior à nação, pelo menos ao que diz respeito ao Ocidente europeu, no qual foi a existência prévia do Estado que criou a nação ideologicamente. Podemos pensar em nação como uma ideologia ou como um sentimento. Nesse sentido, o Estado é um arranjo político que contribui fortemente para essa ideologia" Modesto Florenzano , professor do Departamento de História da USP

Apesar das particularidades, nos três casos a dominação fundamenta-se exclusivamente na crença da maior parte das pessoas que fazem parte de um determinado Estado na legitimidade do poder daqueles que a domina. Essa definição implica que um Estado não mais se manteria se, do dia para a noite, a parcela majoritária das pessoas que sustentam a sua existência deixasse de acreditar na validade do sistema que a governa, passasse a fazer uso da força e a acreditar que pode fazê-lo legitimamente. Sendo assim, a instituição estatal somente se sustenta com a aceitação e com o apoio dos dominados. Weber, de certa maneira, se amparara em um elemento psicológico para justificar a dominação estatal. Por causa disso, o Estado tem que se apresentar permanentemente aos cidadãos como legítimo, para manter a crença em sua validade.

No caso do Estado burocrático, sustentado pela dominação legal, estabeleceu-se uma série de normas e limites para a legitimidade do uso estatal da violência. Dessa forma, a força física só poderá ser usada dentro de determinados preceitos, sob o risco de que o Estado perca sua legitimidade se desafiá-los. No Estado contemporâneo, a instituição de leis que prescrevem as situações em que a violência poderá ser usada estabelece uma boa possibilidade de que todas as pessoas sejam tratadas da mesma forma e que tenham algum controle sobre as determinações que os rege. Esses elementos foram fundamentais para que o conjunto da sociedade abrisse mão do uso legítimo da violência e se submetesse a dominação estatal na sociedade moderna.



Estado-nação como uma ideia

Conforme afirma o teórico **Stuart Hall*** em seu artigo A questão da identidade cultural, "as culturas nacionais no interior das quais nascemos são uma das principais fontes de identidade cultural". Longe de ser algo hereditário ou natural, a identidade nacional, assim como todas as outras formas de identificação cultural, seria uma representação simbólica. Da mesma maneira, o Estado nacional não seria apenas uma categoria política, mas também uma ideia imaginada. Nesse sentido, concebe-se a nação como um discurso, ou seja, como uma história que é formulada sobre as origens de um povo e que passa a conferir sentido e a orientar o presente e o futuro daqueles que dela fazem parte.

***Stuart Hall »** Nascido na Jamaica em 1932, Stuart Hall é um ensaísta e teórico cultural associado aos Cultural Studies, tendência surgida na década de 1950 como uma renovação da teoria crítica marxista. Hall estudou e leciona no Reino Unido e é autor de livros como *A identidade cultural na pós-modernidade*.

Inúmeras estratégias conformariam a identidade nacional. Dentre elas, Hall elenca a "narrativa da nação", ou seja, "um conjunto de histórias, imagens, paisagens, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais" que estão frequentemente presentes na cultura popular, na mídia e na literatura. O autor também fala em uma representação nacional que enfatiza uma origem que se mantém imutável atemporalmente. Nesse mesmo sentido, há uma "invenção da tradição", ou seja, é formulado um ponto de partida que é tomado como algo verdadeiro e muito distante, mas que, na verdade, não é necessariamente como se diz ser. Esse ponto de partida pode não ser tão antigo assim ou não ter ocorrido conforme a idealização histórica o remonta. O "mito fundador" é uma dessas narrativas que localiza a nação em um tempo tão antigo que perde sua concretude e aparece como mítico. Entretanto, Hall chama a atenção para o fato de que as identidades nacionais não são culturas naturalmente unificadas, mas um "dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade". Dessa forma, a unificação cultural na maioria das nações só foi instituída a partir do uso da violência em relação a outros povos, inclusive aos habitantes originais daquele território. Ainda assim, os países são sempre compostos de uma diversidade em termo de classes sociais, etnias e gênero. Apesar dessas ressalvas, Hall afirma que a identidade nacional foi a forma preponderante de identificação até o final do século 20. Entretanto, a partir das últimas décadas desse século, a aceleração naquilo que se convencionou chamar de globalização estaria alterando o papel da identidade nacional e do Estado como organizadores da vida social.

"Enquanto houver dominação de classe haverá política e esta assumirá uma forma estatal. Mas, se o comunismo é o fim das classes e da luta entre elas, então ele é também o fim da política e do Estado como forma de dominação" Alvaro Bianchi, professor do Departamento de Ciências Políticas da Unicamp

Evidências de declínio

Ainda do ponto de vista da identidade nacional, Hall afirma que a globalização implicaria em "processos que, operando em uma escala global, atravessam fronteiras nacionais, integram e conectam comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo mais interconectado na realidade e na experiência". Apesar de não se tratar de um fenômeno recente - pois já era presente durante a expansão dos povos antigos, nas grandes navegações do século 15, dentre outros momentos -, a globalização teria se acelerado intensamente a partir da década de 1970, implicando em um impacto na forma como as identidades nacionais são formuladas. Para alguns teóricos, isso significa o enfraquecimento e a fragmentação na representação do Estado nacional, com a contrapartida do fortalecimento de outras referências mais globais. Hall explora essas possibilidades, mas também pondera que, ao mesmo tempo em que a globalização possa de fato levar ao declínio da identidade nacional a partir de uma homogeneização cultural global que realiza, é possível que haja um fortalecimento das culturas locais em resposta ao fenômeno.

Um autor importante que, de uma forma diferente, também sugere o enfraquecimento do Estado é o cientista político **Ronald Inglehart***, para quem um novo conjunto de valores - que nomeou de Pós-Materialistas - tende a se tornar hegemônico nas sociedades contemporâneas e, com isso, mudar as relações das pessoas com a política e com o Estado. Esses novos ideais seriam caracterizados por uma maior valorização da democracia direta, com menos propensão dos indivíduos a aceitarem o controle hierárquico ou as instituições intermediárias entre si e a vida política (como partidos e o próprio Estado). Dessa forma, os indivíduos estariam mais inclinados a uma participação direta e à tomada de iniciativas.

***Ronald Inglehart »** Ronald F. Inglehart é um sociólogo e cientista político da Universidade de Michigan, estudioso da questão do Estado, da modernidade e da globalização. Uma de suas obras publicadas em língua portuguesa é *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*, em co-autoria com Christian Welzel.

Outro estudioso que pensou sobre os possíveis efeitos da globalização no Estado nacional foi o sociólogo francês **Michel Wieviorka***. Em seu artigo *O Novo Paradigma da Violência*, ele afirma que "de muitos pontos de vista, os Estados contemporâneos, ou pelo menos alguns dentre eles estão enfraquecidos". Apesar de seu foco principal ser a realização de um balanço da violência no passado e na atualidade, verificando as mudanças e as continuidades, o autor acaba lidando com a questão da alteração na configuração do Estado

nacional, assim como no seu possível declínio. Isso ocorre porque Wieviorka toma o já analisado conceito de Estado weberiano como ponto de partida e, com isso, pensa nas relações entre as novas formas de violência e o Estado. A partir disso, o Estado (pensando como exclusivo possuidor do direito ao uso da força) estaria em xeque, pois as formas mais antigas de violência, e que tinham os países como referência, teriam se enfraquecido, dando lugar a outras forças que o ameaçam.

Michel Wieviorka Autor de vasta obra que contempla temas como movimentos sociais, racismo, violência e globalização, o sociólogo francês Michel Wieviorka foi presidente da International Sociological Association (ISA) e dirige pesquisas na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

De maneira semelhante a Hall, o autor enfatiza que a aceleração da globalização culminou em economias estatais cada vez mais interdependentes. Além disso, entende que do ponto de vista cultural, a mundialização significa uma homogeneização das particularidades locais. Assim, os Estados se tornam integradas, especialmente a partir do consumo de bens físicos e simbólicos. Da mesma maneira, os quadros territoriais, administrativos e políticos da vida econômica dos países se constituem e se diferenciam menos facilmente. Os governos nacionais passam a ser cada vez menos capazes de controlar a economia, não apenas por deixarem de serem os proprietários dos meios de produção, cada vez mais nas mãos de empresas civis, mas também devido ao enfraquecimento em suas funções reguladoras contra o capital civil, que pressiona os governantes em torno de seu interesse. Pela mesma questão da independência da economia, os Estados tornam-se cada vez mais propensos a se omitir em relação a inúmeras atividades ilegais, como mercados negros, trabalho clandestino, tráfico de armas, de drogas e de bens de consumo.

Outro ponto levantado por Wieviorka é a crescente privatização da segurança pública, através de empresas de segurança privada e de milícias que, de certa maneira, ameaçam o monopólio estatal analisado por Weber. O autor também chama a atenção para a massiva desterritorialização dos indivíduos em relação aos seus lugares de origem, de forma que os laços entre o território e a cultura local são rompidos. Com a soma desses elementos, o Wieviorka analisa que "é cada vez mais difícil para os Estados assumirem as funções clássicas". Dessa forma, "a nação não pode tão facilmente como antes reclamar para si o monopólio ou o primado absoluto da identidade cultural das pessoas reunidas no seio da comunidade imaginada que ela constitui". Sem encerrar a questão, o autor traz a interpretação de um possível retorno aos impérios antigos ou à Idade Média, com o declínio do Estado: "As fórmulas podem variar, o fato é que elas tanto marcam a ideia de uma superação da forma contemporânea do Estado, como, ao mesmo tempo, uma reinvenção do que foi experimentado no passado".

O fim do Estado?

Economias e culturas cada vez mais interligadas; desvinculação entre territórios e culturas locais; novas formas como as pessoas se relacionam com a política; predominância de empresas civis na economia mundial; enfraquecimento do controle estatal sobre a economia; além da crescente privatização da segurança e da proliferação de atividades ilegais no campo internacional, com pouco controle governamental, são alguns dos elementos que sugerem o enfraquecimento do Estado, pelo menos no formato como o conhecemos. Ainda assim, a instituição estatal sobrevive por milênios. "Ao que diz respeito às sociedades ditas complexas, todas se viram obrigadas a criar o tipo de poder estatal. E, uma vez criado, não houve nenhuma outra configuração paralela", explica Modesto Florenzano.

Entretanto, o professor reafirma que o desenho específico dos Estados ao longo da história variou bastante. Com isso, podemos pensar que talvez esteja sendo esboçado um novo contorno estatal, com a característica de ser mais abrangente e universal que os antigos. "A Europa vive um momento crucial nesse sentido, pois aprofundar a comunidade europeia significa enfraquecer o poder dos Estados-nação que a constituem. Para que o poder supranacional europeu possa se completar, será preciso, necessariamente, enfraquecer e desmontar o poder estatal nacional", aposta o professor.

Revista Sociologia, maio de 2011

As mãos da violência (TATIANA MARTINS, BRUNA SERAPIÃO E TWANNI ZISCHEGG)

O termo "violência" abrange inúmeras tipologias que, muitas vezes, não são identificadas como tal. "A violência se define no sentido escrito como um comportamento que visa causar ferimentos às pessoas ou prejuízo aos bens." (MICHAUD apud GRAHAM; GERR 1989, p.10). Apesar de uma definição verdadeira, abre-se a questão de que a violência não é simplesmente algo focado somente no sentido de machucar ou prejudicar alguém, violência sintetiza-se na visão abrangente com um sentido mais amplo, que significa qualquer tipo de força que impeça o livre arbítrio do próximo.

A violência engloba tudo o que diz respeito à liberdade do outro; existem diversos tipos, como a violência contra a mulher, o abuso sexual, violência física, psíquica, social, contra animais, patrimonial, moral, institucional, jurídica, social, bárbara, por conflitos estruturais, etc. Um dos conceitos é que ela muda de acordo com a sociedade e não é dada como algo nato e, sim, colocado pela sociedade. "O conceito de violência não é dado a priori, ou seja,



não é natural. Sendo socialmente construído, ganha diferentes conotações e significados em épocas e culturas diferentes" (RICAS; DANOSO, 2010, p. 214). Além de várias definições e tipos, a violência também se encaixa como algo objetivo ou subjetivo. Para a objetividade, ela é um termo mais amplo que ultrapassa barreiras particulares e para a subjetividade torna-se algo relativo, dependendo da interpretação ou julgamento social/pessoal.

"A violência é objetiva ou subjetiva? Objetiva, ela deveria poder ser definida em termos que transcendem as perspectivas particulares e adquire uma validade universal. Subjetiva, ela não passa de um ponto de vista, necessariamente relativo, daquele que a descreve ou sofre; [...] a violência jamais é redutível à imagem da pura objetividade simplesmente porque o que é concebido ou percebido como "violento" varia no tempo e no espaço; [...] mas por outro lado, a violência não pode ser redutível aos afetos, às representações e às normas que dela propõem tal grupo ou tal sociedade; [...] a percepção de violências reconhecidas como tal oscila constantemente entre o excesso e a falta, entre a tendência à dramatização e à amplificação e a propensão à banalização e à indiferença" (WIEVIORKA apud PORTO, 2006, p. 08).

A sociedade se fundamenta em vários parâmetros, entre eles podemos citar o contexto dos jovens. Nesse contexto também pode ser inseridos os homicídios, abusos sexuais, más condições de vida, etc. É indigno o jovem que tem o direito à melhoria de vida estar submetido à violência ligada a más condições de vida e sobrevivência. O menor que tem seus direitos negados, não por falta de capacidade, mas, sim, por exclusão de sua família já problemática, acaba muitas vezes entrando na marginalidade, no sentido de estar à margem da sociedade. A noção de limite é definida por condições culturais e históricas diversas, e o reconhecimento do ato violento também é determinado por essas. Não sabendo lidar com seus sentimentos de revolta, pode se tornar agressivo e, por vezes, agir com impulsividade. A violência, assim, pode ser definida em geral como "todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força" (SPOSITO, 1998, p.3).

A violência engloba tudo o que diz respeito à liberdade do outro; existem diversos tipos, como a violência contra a mulher, o abuso sexual, violência física, psíquica, social, contra animais, patrimonial, moral, institucional, jurídica, social, bárbara, por conflitos estruturais, etc.

Segundo Eisenstein e Souza apud Meneghel, Giugliani e Faceto (1998, p.1). "Conceitualmente, a violência pode ser considerada toda ação danosa à vida e à saúde do indivíduo, caracterizada por maus-tratos, cerceamento da liberdade ou imposição da força." As expectativas exigidas pela sociedade muitas vezes se realizam no processo escolar. As amizades estão relacionadas à capacidade de estabelecer boas relações, assim, estruturam grupos e condutas para construir reconhecimento do outro nas interações cotidianas, mas em muitas situações as amizades estão relacionadas a um mau comportamento de um grupo, o que pode gerar violência. A violência também é gerada por tipologias nas quais as diferenças e expectativas ocasionam atributos bons e pejorativos. Assim, o descontentamento com estes levam em muitos casos à violência (SPOSITO, GALVÃO, 2004). "Entre os jovens, são comuns os relatos do envolvimento com gangues, tráfico de drogas, violência sexual e prostituição. Membros de vários projetos nas experiências estudadas têm ficha policial resultante de delitos como roubos e agressões físicas."

O adolescente, da classe alta ou da classe baixa, em proporções diferentes, sofre constantes desafios das ameaças diárias, o que pode se configurar em violência. Essa violência tem relação com a vitimização provinda dos contextos familiares, interpessoais e contextos sociais em geral. Por muitas vezes as políticas governamentais não os incluem, os valores sociais não são favoráveis ao desenvolvimento e os problemas vivenciados são indiferentes. Essa falta de interesse político vem ocorrendo em longo prazo, o jovem que, por muitas vezes, já não tem uma base familiar segura, sentese acuado e constrangido por seus colegas, o que configura um julgamento dentro das instituições escolares.

Estes impulsos agressivos e libidinosos precisam encontrar uma espécie de descarga. Considerando a violência fruto da cultura e de relações sociais, ela será expressa em meio a comunidade. Os jovens são mais vulneráveis às influências sociais, e em algumas ocasiões, buscam integrar a sua realidade fora dos padrões familiares e despejar seus impulsos no processo primário, que são vias diferentes para concretizar uma aparente "satisfação imediata, sem passar pelos critérios de avaliação, simbolização e linguagem que caracterizam o processo secundário" (LEVISKY, 2007, p.18). Ao buscar fora do lar influências para si, o jovem está à procura de autoafirmação, que faz parte de seu desenvolvimento para adentrar na vida adulta. Essa autoafirmação muitas vezes transparece em forma de rebeldia, revolta e agressividade.

Da infância à adolescência

As crianças têm necessidade de testar a confiabilidade dos pais. Estas verificações se perpetuam e, quando adultas, passarão da mesma forma para seus filhos como um ciclo, neste pode-se incluir também a violência. Atualmente, a transição da infância para a adolescência marca o desenvolvimento de cada indivíduo, não só a imagem corporal, mas a personalidade e seu caráter. Dessa maneira, o indivíduo passa ser uma unidade pessoal, passa a reconhecer-se diferente dos outros; a identidade vai sendo formada diante dos três conceitos: integração

espacial, temporal e social. Segundo OSÓ- RIO (1992), a integração espacial é sua imagem corporal e formas que o tornam único; já a integração temporal é a capacidade de lembrar do passado e proteger-se, projetar-se no futuro, onde ele vai se sentir o mesmo com todas as mudanças de sua vida. Já a integração social apresenta o vínculo entre os vários grupos sociais pertencentes ao cotidiano do indivíduo em transição, entre eles a família.

As causas da violência são diversas: pobreza, desigualdade social, desemprego, fatores hormonais, químicos, psíquicos, disputas, concorrência acirrada, almejo instantâneo por riqueza, entre outros.

Todos são de uma forma englobados em grupos socioeconômicos, psicológicos e biológicos

Devido à gama de emoções, medos e sentimentos fortes, os jovens procuram saber se os controles externos ainda existem, querendo mostrar que podem se tornar pessoas autônomas, "quebrando" controles e regras impostas. Por essa grande dificuldade de lidar com seus sentimentos maiores, acabam se sentindo perseguidos. Essa perseguição vem das pessoas que dão a disciplina, podem ser amados ou odiados, este relacionamento é o que confere um crescimento verdadeiro do adolescente com o sentido de responsabilidade ligado à condição de segurança (WINNICOTT, 2001). É nesse contexto que, na maioria dos casos, pode-se proporcionar focos de violências, vindas propriamente desses jovens.

E o que as drogas têm a ver com isso?

A droga é uma espécie de fuga para os jovens; os que se entregam a esse vício tornam-se totalmente dependentes para não sentir fome ou mesmo para esquecer más situações. Muitas vezes sem apoio, sem educação, não tendo nenhuma expectativa de algo diferente de vida, presos a esse vício, não têm mais condições psicológicas e físicas de irem a uma escola ou procurar um trabalho. Eles acabam entrando cada vez mais nesse mundo sem volta, algumas vezes entram para o crime e muitos morrem por brigas do tráfico, acreditando sempre que aquilo era o melhor; numa questão de sobrevivência é matar ou morrer. Entretanto, além do mundo das drogas ilícitas, existe também o problema do alcoolismo. O alcoolismo tem um alto efeito na vida do jovem, quando ele se torna dependente é uma grande ameaça à vida, até por ter uma facilidade grande e de custo menor. O alto índice do alcoolismo acaba com a autoestima, com a autoconfiança da família, atinge a estrutura emocional e social e a família, por sua vez, apresenta uma grande dificuldade em aceitar o dependente em sua casa. Entretanto, cabe aqui ressaltar que a probabilidade de influência e da negação entre drogas e violências não pode ser generalizada, não é todo usuário de drogas que tem problemas familiares e se torna um jovem rebelde e problemático. Muitos jovens que usam as drogas não têm problemas vindos da família.

O que se viu na prática?

A busca pela concretização dos problemas e das influências sociais com relação à formação da personalidade dos jovens, das relações sociais e das representações sociais dos jovens fez com que se fundamentasse a presente busca e uma investigação se concretizasse. Após o cumprimento das suas respectivas penas na Fundação Casa, alguns jovens são encaminhados ao Programa CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social, integrante do Sistema Único de Assistência Social, que constitui-se numa unidade pública estatal, polo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade.

Ele é responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva). A busca do projeto é, entre outras, promover a reinserção do jovem na sociedade, com medidas socioeducativas. No presente caso, a busca foi feita na cidade de São José dos Campos - interior de São Paulo - onde jovens integrantes dos projetos foram pesquisados.

O familiar quando é usuário de drogas pode tornar-se um espelho que reflete no jovem e ele o simboliza por diversos motivos. Por outro lado pode gerar uma aversão às drogas devido à problemática causada dentro de um lar. No caso da instituição pesquisada, a maioria dos jovens respondeu que não havia envolvimento dos familiares com relação a drogas, porém esse número não está tão distante do de usuários dentro da família; a resposta negativa ficou com 54,8% e a afirmativa em 45,2%. A primeira porcentagem pode representar que não é só por motivos de exemplos familiares que o jovem adentra no mundo das drogas, já que em outro parâmetro analisado o envolvimento dos próprios jovens com drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Na maioria, concretizou-se em um total de 83,3%, esses afirmaram que utilizavam algum tipo de entorpecente, enquanto 16,7% não usavam drogas. O que mais chamou a atenção foi quando foram questionados a respeito do tipo de drogas. No início, ao responderem, ficavam receosos, porém ao verem a veracidade e discrição da entrevista, respondiam sem medo e a tratavam com seriedade.



A violência, as drogas e a desestruturação familiar são problemas sociais que afetam a cada dia mais os jovens, que estão sendo privados de sua liberdade por cometerem atos ilícitos. A presente pesquisa seguiu com intuito de saber o quanto esses problemas sociais (convívio com a violência, drogas e disfunção da família) interferem na vida do menor agressor

Quando as opções de drogas utilizadas foram dadas responderam sem entraves, permitindo uma análise mais detalhada desse assunto. No momento da resposta, o usuário indicava sempre a droga, considerada socialmente mais "pesada" como a droga de uso. Entretanto, ao se questionar se não usavam álcool ou maconha, afirmavam que sim, como algo óbvio, deixando claro que estas eram irrelevantes. Dentre as respostas positivas, a de maior incidência foi a maconha, a qual apresentou 59,5% dos entrevistados, entretanto algumas pessoas usavam mais de um tipo de droga; já para o crack, obteve-se apenas 2% dos entrevistados. Esse número restrito de usuários de crack pode ser explicado devido à existência de um programa de liberdade assistida, na própria instituição pesquisada, no caso, a CREAS II, que exige uma certa disciplina de autonomia, cumprindo obrigações, o que fica mais difícil a um usuário de crack.

Por outro lado, o álcool e maconha foram os mais respondidos, isso se deve por, segundo Herbert (2002), em pesquisas realizadas, a maconha e o álcool serem drogas utilizadas antes de se experimentar qualquer outra, que pode se dar pela facilidade, descriminalização e difusão delas. A relação dada aqui é devido ao grau de ligação da droga com o jovem que possui algum desacordo com as leis. Na presente pesquisa foi constatada que a maioria dos entrevistados utilizava algum tipo de alucinógeno. Assim, pode-se dizer que neste caso a droga tem uma interligação e exerce um grau de influência para atos ilícitos, ou pode ser uma consequência deles, devido a diversos fatores biológicos, emocionais, distorções da realidade, etc. A violência, as drogas e a desestruturação familiar são problemas sociais que afetam a cada dia mais os jovens, que estão sendo privados de sua liberdade por cometerem atos ilícitos. A presente pesquisa seguiu com intuito de saber o quanto esses problemas sociais (convívio com a violência, drogas e disfunção da família) interferem na vida do menor agressor.

Programa CREAS II

A instituição pesquisada em São José dos Campos, no ano de 2010, foi o Programa CREAS II, antigo Projeto ADOLESER, no qual se encontra o menor que entra em desacordo com a lei. Este é encaminhado pelo juiz diretamente para o CREAS I ou II, ou dependendo do grau do crime e julgamento, para A Fundação Casa. Após o cumprimento da pena na Fundação Casa, ele é encaminhado para o CREAS estando lá por liberdade assistida (L.A.), ou prestação de serviços à comunidade. São trabalhadas medidas socioeducativas para reinserção deste jovem na sociedade. Lá são encontrados profissionais capazes para auxiliar e orientar o adolescente e acompanhá-lo na medida socioeducativa.

A faixa etária pesquisada foi dos 12 aos 18 anos, entretanto a maioria respondeu que tinha entre 16 e 17 anos. Os pesquisados eram de classes urbanas e populares, o que indica que são mais vulneráveis à falta de políticas públicas, escolarização e profissionalização. Os fatores socioeconômicos dizem respeito a "[...] exclusões sociais, raciais e de gênero, à perda de referencial entre jovens, surgimento de galeras e gangues, tráfico de drogas, desestruturação familiar, à perda de espaços de sociabilidade" (FANTE, 2005, p. 168). É uma classe desfavorecida e mais suscetível a injustiças, já que são desprovidos de fatores formadores de cidadãos, como uma escola com bons profissionais e forte influência social, antes até que isso, fatores primários fisiológicos como a saúde e a alimentação.

Um dos itens avaliados foi a respeito da presença do núcleo familiar na vida do jovem com o intuito de investigar o quanto existe a participação da família na vida desses menores, já que é de grande importância para os estágios de desenvolvimento a presença dos pais. Porém, foi analisada a questão: presença física dos pais, que por sua vez apresentou-se em maioria, entretanto isto não é sinônimo de famílias funcionais. Para proporcionar esta segurança de lar é preciso união e flexibilidade para trabalhar com o objeto de seu cuidado, neste caso sem aplicar mecanicamente teorias e sem estabilidade, presença e coerência no agir. (WINNICOTT, 2001). O que na realidade nem sempre ocorre, mesmo se tendo a presença dos pais. O jovem infrator não possui só o papel de causador da violência, ele também é uma vítima social. Muitas vezes, para conseguir destaque social e sobreviver, entra no mundo do tráfico, das drogas, assaltos, etc. A maioria pesquisada possuía histórico com parentes presos, ou que já foram. Como tinham passagens pela polícia e julgamento, torna-se um espelho social, em que a violência é passada de pai para filho, tornando-se algo não tão incomum entre as famílias. A maioria, quando questionada, afirmou não ter sofrido violência doméstica, na concepção deles violência é apenas o ato físico, mas para diversos autores violência não se restringe apenas ao ato de machucar externamente. "Conceitualmente, a violência pode ser considerada toda ação danosa à vida e à saúde do indivíduo, caracterizada por maus-tratos, cerceamento da liberdade ou imposição da força."

Quanto ao envolvimento com drogas, a maioria era usuária. Este é um problema que recorre a todas as classes sociais. O jovem tenta destacar-se socialmente, ou refugiar-se, fazendo uso dos entorpecentes o que os leva muitas vezes a um mundo sem volta. São diversos os motivos para o menor tornar-se usuário, e a droga é um grande fator para a causa da violência. A necessidade da sustentação do vício, a desvirtuação da imagem real, as sensações que lhe causam enquanto faz efeito no Sistema Nervoso Central do indivíduo e os levam para um mundo sem regras, são fatores que tornam as drogas como contribuintes e convidativos dos jovens para a violência. O que se conclui é que faltam políticas públicas para reinserção do jovem na sociedade sem que tenham chegado a ponto de cometerem um delito ou ato infracional. Faltam escolas, valores, saúde, bons exemplos, alimentação adequada, esportes, segurança, etc. Na presente pesquisa constatou-se que o uso de drogas e a realidade familiar podem ser fortes geradores de infratores, assim, família presente ajuda, não como um objeto de presença, mas sim com participação ativa e salutar na vida dos menores. O que leva a crer que não está somente nas mãos do Estado a

diminuição da violência social, afinal, nós formamos a sociedade, e a violência está literalmente em nossas próprias mãos.

* **Tatiana Martins Alméri** é socióloga pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Sociologia e Política e professora na Unip e Fatec (taalmeri@hotmail.com) * **Bruna Cornélio Serapião e Twanni Mancini Zischegg** são pedagogas formadas pela Universidade Paulista - Unip.

Referências

FANTE, Cléo. Fenômeno Bullying. Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: VERUS, 2005.
LEVISKY. Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
PORTO. Crenças, valores e representações sociais da violência. Sociologias no.16 Porto Alegre Jul/Dez.2006. ISS N 1517- 4522. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi_d=S1517-45222006000200010
RICAS; DONOSO. Aspectos históricos da educação no Brasil versus violência física na infância: reflexões. Minas Gerais: UFMG. 2010. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/rmmg/index.php/rmmg/article/viewFile/236/219> - **Revista Sociologia, maio de 2011**

STF aprova união gay em sessão histórica

Supremo decide que não há mais no país diferença entre as relações estáveis de heterossexuais e homossexuais. Decisão dá segurança jurídica em relação a direitos como herança e compartilhamento de planos de saúde

Simpatizantes da causa gay (na foto ao lado) comemoraram resultado do julgamento do Supremo na avenida Paulista, na noite de ontem - FELIPE SELIGMAN - DE BRASÍLIA

Em julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, de forma unânime, que não há diferença entre relações estáveis de homossexuais e heterossexuais. Os ministros disseram que ambas formam uma família.

A decisão dá a casais gays segurança jurídica em relação a direitos como pensão, herança e compartilhamento de planos de saúde, além de facilitar a adoção de filhos. Mesmo assim, os casais podem ter de ir à Justiça para ter tais direitos reconhecidos. Em São Paulo, um grupo de cerca de 150 foi até a avenida Paulista para comemorar. O local é palco da maior parada gay do mundo. Também é um local onde vários homossexuais já foram agredidos. O texto formal da decisão, chamado de acórdão, não tem prazo para ser publicado, mas o resultado do julgamento já vale a partir de hoje. O documento será redigido pelo relator, para quem a decisão engloba todos os direitos.

AÇÕES

Em dois dias de julgamento, o tribunal superior julgou procedente duas ações que pediam a equiparação das uniões homoafetivas à união estável entre heterossexuais. Uma foi movida pelo governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), que incorporou a bandeira após instituir pensão a companheiros de servidores gays no Estado. A outra foi movida pela Procuradoria Geral da República.

Sete ministros disseram que casais gays têm os mesmos direitos e deveres, sem ressalva. Assim votaram o relator, Carlos Ayres Britto, e os colegas Luiz Fux, Cármen Lúcia, Joaquim Barbosa, Ellen Gracie, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello. "Por que homossexual não pode constituir uma família? Por força de duas questões que são abominadas pela Constituição: a intolerância e o preconceito", afirmou Fux. Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cezar Peluso, apesar de reconhecerem a união gay como uma família, fizeram algumas ressalvas.

Peluso, por exemplo, afirmou que a decisão não encerra todos os temas, que precisarão ser regulamentados pelo Congresso Nacional. "A decisão convoca o Legislativo para colaborar com o Supremo Tribunal Federal", disse. "A equiparação [entre casais homossexuais e heterossexuais] é para todos os fins e efeitos, mas o legislativo está livre para fazer o que quiser. Foi um abrir de portas para a comunidade homoafetiva, mas não um fechar de portas para o Poder Legislativo", afirmou o ministro Ayres Britto, ao final do julgamento.

Diferentemente de sessões recentes, como o caso da Lei da Ficha Limpa, repleto de discussões e impasses, ministros concordaram entre si e criaram clima de vitória histórica. Alguns se emocionaram, como Ayres Britto e Luiz Fux, que até embargou a voz. Presentes na plateia, representantes da comunidade gay se mostraram satisfeitos com a posição dos ministros. Ainda no primeiro dia de julgamento, o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), por exemplo, aplaudia silenciosamente cada frase dita pelo relator no voto inicial.

O único ministro que não participou do julgamento foi José Antonio Dias Toffoli, que estava impedido por ter atuado no caso quando ainda era advogado-geral da União.

Maconha, uma planta medicinal (RENATO MALCHER LOPES)

HOUVE ÉPOCA em que o uso de determinadas plantas medicinais era considerado bruxaria, e às almas das bruxas restava receber benevolente salvação nas fogueiras da Inquisição. Atualmente, o estigma que a maconha carrega faz, para muitos, soar como blasfêmia lembrar que se trata, provavelmente, da mais útil e bem estudada planta medicinal que existe.

Pior, no Brasil, se alguém quiser automedicar-se com essa planta, mesmo que seja para aliviar dores lancinantes ou náuseas insuportáveis, será considerado criminoso perante uma lei antiética, sustentada meramente

por ignorância, moralismo e intolerância. Apesar de sua milenar reputação medicinal ser inequivocamente respaldada pela ciência moderna, no Brasil, a maconha e seus derivados ainda são oficialmente considerados drogas ilícitas sem utilidade médica. Constrangedoramente, acaba de ser anunciado, na Europa e nos EUA, o lançamento comercial do extrato industrializado de maconha, o Sativex, da GW Pharma.

Enquanto isso, nossa legislação atrasada impede tanto o uso do extrato quanto o uso da planta in natura ou de seus princípios isolados. Consequentemente, pessoas em grande sofrimento são privadas das mais de 20 propriedades medicinais comprovadas nessa planta.

Um vexame para o governo brasileiro, já que, em países como EUA, Canadá, Holanda e Israel, tais pessoas poderiam, tranquila e dignamente, aliviar seus sofrimentos com o uso da maconha e ver garantido seu direito de fazê-lo com o devido acompanhamento médico. Ingeridos ou inalados por meio de vaporizadores (que não queimam a planta), os princípios ativos da maconha podem levar ao alívio efetivo e imediato de náuseas e falta de apetite em pacientes sob tratamento quimioterápico, de espasmos musculares da esclerose múltipla e de diversas formas severas de dor - muitas vezes resistentes aos demais analgésicos.

Pesquisas recentes indicam também o potencial da maconha para o tratamento de doença de Huntington, do mal de Parkinson, de Alzheimer e de algumas formas de epilepsia e câncer. A redução da ansiedade e os efeitos positivos sobre o estado emocional são valiosas vantagens adicionais, que elevam sobremaneira a qualidade de vida dessas pessoas e, por conseguinte, seus prognósticos.

A maconha não serve para todos: há contraindicações e grupos de risco, como gestantes, jovens em crescimento e pessoas com tendência à esquizofrenia. Em menos de 10% das pessoas o uso descontrolado pode gerar dependência psicológica reversível. Mas, ponderados riscos e benefícios, para a grande maioria das pessoas, a maconha continua a ser remédio seguro. A biotecnologia brasileira tem todas as condições para desenvolver variedades com diferentes proporções de princípios ativos, reduzindo efeitos colaterais e aumentando a eficácia das plantas (ou de seus extratos) para cada caso.

Indiferente, contudo, à ciência e à ética médica, a atual legislação brasileira sabota nossa pesquisa básica, clínica e biotecnológica nessa área de ponta e impede por completo a exploração assistida das preciosas e baratíssimas propriedades medicinais dessa planta.

É hora de virar esta página carcomida pelo obscurantismo e pelo desdém com o sofrimento humano, fazendo valer não apenas direitos fundamentais dos indivíduos mas também as próprias diretrizes da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que, segundo o Ministério da Saúde, tem por objetivo: "garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional".

RENATO MALCHER LOPES, neurobiólogo, mestre em biologia molecular e doutor em neurociências, é professor adjunto do departamento de fisiologia da Universidade de Brasília e coautor, com Sidarta Ribeiro, do livro "Maconha, Cérebro e Saúde".
Folha de São Paulo, maio de 2011.

SEXO & SAÚDE - Bullying não é o único vilão em assassinatos (JAIRO BOUER)

OS VÍDEOS e cartas divulgados após o assassinato de 12 crianças na escola municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, confirmaram que o autor da chacina, o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, havia sido vítima de bullying quando estudava no local.

Em outros crimes desse tipo que aconteceram nos EUA, os autores dos tiros também se declaravam vítimas de bullying na infância e na adolescência. Mas só o bullying não explica os crimes. Transtornos de personalidade, distúrbios mentais ou surtos psicóticos (em que a pessoa perde o contato com a realidade ou a percebe de uma forma diferente) são os botões que disparam a ação final dos criminosos.

Por isso, além de investir em práticas em casa e na escola que diminuam a ocorrência do bullying, é importante que os jovens que tenham alterações de comportamento súbitas ou crônicas sejam estimulados a procurar uma avaliação e o acompanhamento de um psiquiatra ou de um serviço de saúde mental. E quais são as mudanças de comportamento mais comuns? Retração excessiva, aversão ao contato com outras pessoas, frases desconexas, risos imotivados, sensação ou ideia permanente de perseguição, agressividade desmedida, impulsividade incomum, semanas ou dias seguidos sem querer sair de casa e fases de desânimo alternadas com euforia excessiva, entre muitas outras. Enfim, alterações que chamam a atenção!

É fundamental evitar as violências físicas e morais que acontecem dentro e fora da escola, até porque elas atrapalham a formação das redes sociais e emocionais dos jovens. Quem sofre bullying pode carregar as cicatrizes para o resto da vida.

Mas também é muito importante que amigos, professores e parentes fiquem de olho aberto para as mudanças de comportamento que muita gente pode ter ao longo de sua vida.

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, maio de 2011.

Ser ou não ser (JOEL BIRMAN)

Revolução feminista, neoliberalismo e globalização deslocaram o lugar do jovem na sociedade atual



Na atualidade, a imagem da juventude está marcada ao mesmo tempo pela ambiguidade e pela incerteza. Digo ambiguidade pois se, de um lado, a juventude é sempre exaltada na contemporaneidade, cantada que é em prosa e verso pelas potencialidades existenciais que condensaria, por outro a condição jovem caracteriza-se por sua posição de suspensão no espaço social, que se materializa pela ausência de seu reconhecimento social e simbólico. Seria em decorrência disso que a incerteza é o que se delineia efetivamente como o futuro real para os jovens, em todos os quadrantes do mundo.

Como se pode articular essas diferentes versões da juventude na

contemporaneidade, numa narrativa que seja coerente e consistente?

É preciso destacar, antes de tudo, que a possibilidade de experimentação foi o que passou a caracterizar a condição da adolescência no Ocidente, desde o final do século 18, quando as idades da vida foram construídas em conjunção com a família nuclear burguesa, em decorrência da emergência histórica da biopolítica.

Nesse contexto, a adolescência foi delimitada como o tempo de passagem entre a infância e a idade adulta, na qual o jovem podia empreender experiências nos registros do amor e das escolhas profissionais, até que pudesse se inserir no mercado de trabalho e se casar, para reproduzir efetivamente as linhas de força da família nuclear burguesa.

Os romances de formação (*Bildung*), na tradição literária alemã, descreveram com fatura as sagas dos jovens na abertura da modernidade. Dentre eles é preciso evocar *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister* (Editora 34), de Goethe, que delineou com detalhes requintados o perfil da construção moderna da adolescência, sendo até mesmo sua narrativa paradigmática.

Desde os anos 1980, no entanto, essa figuração da adolescência entrou em franco processo de desconstrução, por diversas razões. Antes de mais nada, pela revolução feminista dos anos 1960 e 70, com a qual as mulheres foram em busca de outras formas sociais de existência, além da condição materna. Isso foi a condição de possibilidade concreta para a desmontagem da família nuclear burguesa.

Com efeito, as mulheres como mães eram as peças fundamentais para fazer funcionar esse modelo familiar, pela articulação que realizavam entre a gestão doméstica e as instituições médica e pedagógica, em nome do imperativo biopolítico, de produção da qualidade de vida da população.

Em seguida, porque o deslocamento das mulheres da posição exclusivamente materna foi o primeiro combate decisivo contra o patriarcado, que forjou nossa tradição desde a Antiguidade. Os posteriores movimentos gay e transexual vieram nos rastros do movimento feminista, inscrevendo-se nas linhas de fuga da crítica do patriarcado. Com isso, a problemática da autoridade foi efetivamente colocada na berlinda, devendo ser remanejada desde então.

Finalmente, a construção do modelo neoliberal da economia internacional, em conjunção com seu processo de globalização, teve o poder de incidir preferencialmente em dois segmentos da população, no que tange ao mercado de trabalho. De fato, foram os jovens e os trabalhadores da faixa etária dos 50 anos os segmentos sociais mais afetados pela voragem neoliberal. Com isso, se os primeiros passaram a se inserir mais tardiamente no dito mercado, os segundos passaram a ser descartados para ser substituídos por trabalhadores jovens e mais baratos, pela precariedade que foi então estabelecida no mercado de trabalho.

Foi em consequência desse processo que o tempo de duração da adolescência se alongou bastante, ficando então os jovens fora do espaço social formal e lançados perigosamente numa terra de ninguém. Assim, graças à ausência de inserção no mercado de trabalho, a juventude foi destituída de reconhecimento social e simbólico, prolongando-se efetivamente, não tendo mais qualquer limite tangível para seu término.

Despossuídos que foram de qualquer reconhecimento social e simbólico, aos jovens restaram apenas o corpo e a força física. É por devidamente a emergência e a multiplicação das formas de violência entre os jovens na contemporaneidade. Essa trilha que podemos interpretar devidamente a emergência e a multiplicação das formas de violência entre os jovens na contemporaneidade.

Esse processo ocorre não apenas no Brasil e na América Latina, mas também em escala internacional. Pode-se depreender aqui a constituição de uma cultura agonística na juventude de hoje.

Contudo, essa cultura de combate é apenas a face de uma problemática mais abrangente, na qual o verso é a presença aterrorizante do desamparo, que marca o campo da juventude na contemporaneidade, em que o medo do futuro e a insegurança do existir se perfilam efetivamente como espectros.

No entanto, é preciso evocar ainda que, se a violência e a delinquência sempre foram atribuídas às classes populares, construindo o ethos e o habitus delas em sua estratégia de sobrevivência, elas hoje também se fazem presentes nos segmentos jovens das classes médias e das elites. Vale dizer que, em consequência das novas condições precárias do mercado de trabalho, regulado pelo ideário neoliberal, as classes médias e as elites passaram a se defrontar com os mesmos impasses, nos registros do reconhecimento social e simbólico, que marcaram outrora apenas as classes populares.

Assim, a violência juvenil transformou-se em delinquência, inserindo-se efetivamente no registro da criminalidade. No Brasil, os jovens de classe média e das elites passaram a atacar gratuitamente certos segmentos sociais com violência. De mulheres pobres confundidas com prostitutas até homossexuais, passando pelos mendigos, a violência disseminou-se nas grandes metrópoles do país. Ao fazerem isso, no entanto, seus gestos delinquentes inscrevem-se numa lógica social precisa e rigorosa. Com efeito, tais segmentos sociais representam no imaginário desses jovens a decadência na hierarquia social, sendo pois os signos do que eles poderão ser efetivamente no futuro, na ausência do reconhecimento social e simbólico que os marca.

Ao lado disso, a cultura agonística manifesta-se ainda nos combates que se estabelecem entre jovens nas corridas noturnas de carros, assim como nas brigas frequentes que ocorrem nos bairros frequentados pela juventude nas grandes cidades. Foi ainda nesse contexto que se estabeleceu recentemente na tradição brasileira o assassinato de pais pelos filhos, demaneira inesperada e regular.

Finalmente, a cultura da força empreende-se regularmente em academias de ginástica, onde os jovens cultuam os músculos, não apenas para se preparar para os combates cotidianos da vida real, mas para forjar também um simulacro de força na ausência efetiva de potência, isto é, na ausência de reconhecimento social e simbólico, lançados que estão aqueles no desamparo. É nesse registro que se deve inscrever a disseminação do bullying na contemporaneidade. É preciso dizer, no que concerne a isso, que a provocação e a violência entre os jovens e crianças é uma prática social antiga. O que é novo, contudo, é a ausência de uma autoridade que possa funcionar como mediação no combate entre estes e aqueles, o que incrementou bastante a disseminação dessa prática de violência.

Ao lado disso, é preciso dizer ainda que, pela luta e pelo combate agonístico com os colegas considerados mais frágeis, os valentões preparam-se já para o futuro, para a selva do mundo neoliberal, restringindo desde cedo o campo da competição pelo estabelecimento da hierarquia entre os corpos, pela serialização da força existente entre eles. Não obstante tudo isso, a juventude é ainda glorificada como a representação do que seria o melhor dos mundos possíveis. A juventude seria então a condensação simbólica de todas as potencialidades existenciais. Contudo, se fazemos isso é porque não apenas queremos cultivar a aparência juvenil, por meio de cirurgias plásticas e da medicina estética, mas também porque o código de experimentação que caracterizou a adolescência de outrora se disseminou para a idade adulta e para a terceira idade. Constituiu-se assim uma efetiva adolescência sem fim na tradição ocidental, onde se busca pelo desejo a possibilidade de novos laços amorosos e novas modalidades de realização existencial.

Seria assim o imperativo de ser, custe o que custar, o que se impõe a nós como exigência ética na contemporaneidade de maneira incontornável, consubstanciado nas linhas de fuga do desejo e delineando a figura da adolescência infinita. Por isso mesmo, nas narrativas fundadoras da subjetividade contemporânea, é o mito de Hamlet (Shakespeare) que se impõe efetivamente, deslocando a figura de Édipo que dominou o imaginário ocidental na modernidade, disseminado que foi pela versão dele estabelecida pela psicanálise.

JOEL BIRMAN é psicanalista e professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista CULT, maio de 2011.**

Bye bye, Bin Laden (CONTARDO CALLIGARIS)

ESSE TÍTULO vai me valer alguns e-mails indignados pela falta de respeito por Bin Laden. Mas por que eu o respeitaria? Porque ele pôde decidir a hora da morte de milhares de vítimas casuais e de dezenas de coitados que ele mandou se explodir?

A modernidade ocidental é uma cultura que despreza a si mesma: onde deveríamos festejar nossa extrema liberdade e nossa leveza, lamentamos a ausência de normas absolutas e fustigamos nossa "leviandade". Cegos diante do fato de que a ausência de valores absolutos é um valor positivo de nossa cultura, idealizamos os extremistas, que matam por suas "ideias". Os assassinos podem fascinar alguns incautos: eles sim, levariam a vida a sério! De fato, levam a sério só a morte.

Enfim, alguém dirá que, seja como for, eu deveria respeitar Bin Laden pelas ideias que ele representa. Acontece que, para mim, ele nunca representou ideia alguma (religiosa ou não); apenas tirou sangue de um dos grandes dramas íntimos do homem contemporâneo. Como assim? Vou resumir ao essencial. Muitos se lembram do artigo que Samuel Huntington publicou em 1993, na revista "Foreign Affairs", e que virou livro, "O Choque de Civilizações" (Ponto de Leitura).

Huntington anunciava que, no mundo de amanhã, a fonte principal de conflito não seria nem econômica nem ideológica, mas cultural: "Os conflitos principais da política global acontecerão entre nações e grupos de

civilizações diferentes. O choque de civilizações dominará a política global". Depois do 11 de setembro de 2001, suas palavras pareceram proféticas: o conflito do novo século seria entre o fundamentalismo islâmico e o Ocidente.

Muitos criticaram Huntington afirmando que o divisor de água entre culturas não é suficientemente rigoroso para justificar os conflitos que ele previa. Por exemplo, as identidades, mesmo nas sociedades tradicionais, são complexas e conflitivas: uma mulher afegã de burca pode pertencer ao Taleban e, mesmo assim, desenvolver uma consciência feminina (se não feminista) que a aproxima das mulheres ocidentais. Além disso, as ideologias atravessam as fronteiras culturais, criando oposições mais complexas do que a oposição entre civilizações.

De fato, sempre houve conflitos entre culturas opostas, com vontade de se invadir mutuamente e de converter os outros ou, se eles não aceitarem, de exterminá-los. Mas, justamente, a simples oposição entre culturas leva às bombas - não aos homens-bomba. E é o homem-bomba que explica o terrorismo moderno. O homem-bomba (diferente do kamikaze japonês em 1944) não é um subterfúgio estratégico (tipo: é só com um sacrifício humano que a gente conseguiria colocar o explosivo na hora e no lugar certos). Homem-bomba é quem PRECISA se explodir junto com seus inimigos. Mas por quê?

Pois é, o homem-bomba não é um fanático que tenta matar inimigos de uma "civilização" diferente.

Ao contrário, o homem-bomba é filho da abertura moderna do mundo e das fronteiras, com seu corolário: a competição das culturas pelos corações e pelas mentes de todos e especialmente dos que viajam e migram. Quem migra de uma cultura tradicional para a modernidade ocidental fica quase sempre dramaticamente dividido entre a sedução do Ocidente e a culpa de estar traindo sua cultura de origem.

Dois pilotos do 11 de Setembro, na noite do dia 10, despediram-se da vida bebendo e brincando num "night club"; aparentemente, eles imaginavam o paraíso dos mártires, com sei lá quantas virgens, nos moldes de um "night club" da Nova Inglaterra. Quase certamente, eles se odiavam e nos odiavam por isso. Explodindo os inimigos, o homem-bomba tenta silenciar um mundo que o tenta e ao qual ele não sabe resistir. Explodindo-se, ele resolve o conflito do qual ele mais sofre: seu conflito interno.

Bin Laden não foi representante de nenhuma ideia ou cultura; foi apenas parasita de um conflito psíquico.

Enquanto terapeuta, tenho por ele um desprezo particular. Afinal, bem ou mal, eu passo meu dia tentando ajudar as pessoas a negociar e tolerar seus conflitos internos. Bin Laden dedicou sua vida à tarefa de tornar intolerável o conflito interno de migrantes e viajantes, para convencê-los a vestir um cinto de explosivos. Bye bye.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, maio de 2011.

SEXO & SAÚDE - O problema das drogas ganha novos atores (JAIR BOUER)

DUAS NOTÍCIAS sobre drogas publicadas na **Folha** na última semana merecem atenção especial aqui na coluna de hoje. É fundamental falar claramente sobre esse tema como maneira de trabalhar a prevenção do problema.

No campo das drogas ilícitas, o Denarc (Departamento Estadual de Investigações Sobre Narcóticos) de São Paulo anunciou a apreensão de 60 kg de uma droga conhecida como oxi, uma pedra feita a partir da pasta-base de cocaína, que passa por uma oxidação. O oxi é considerado mais potente, mais barato, mais letal e mais perigoso que o crack. Muita gente confunde as duas pedras, mas elas passam por processos químicos completamente distintos em sua manufatura.

Conhecida há mais tempo no norte do país (Amazônia, Acre) e nas regiões próximas às fronteiras com Bolívia, Peru e Colômbia, a "nova" droga parece estar migrando para outras áreas. Usada antes de maneira diluída na maconha, ela agora é fumada em cachimbos, no estado puro. Nos últimos anos, muitos adolescentes (inclusive de classe média) consumiram crack e enfrentam hoje os efeitos devastadores da droga. Com o oxi, o risco parece ser ainda maior.

Muita atenção com novidades oferecidas por amigos e conhecidos nas baladas. Para algumas drogas (crack e oxi incluídos), uma única experiência pode ser suficiente para desencadear um quadro de dependência. No campo das drogas lícitas, uma pesquisa revelou que quase 75% dos jovens que tomam o metilfenidato (uma anfetamina), a droga mais utilizada para tratar o déficit de atenção no Brasil, podem estar usando o remédio sem necessidade.

Na maior parte dos casos, o diagnóstico pode estar errado, e dificuldades de concentração podem estar sendo medicadas de maneira exagerada. Muito cuidado com os excessos! O remédio traz efeitos colaterais.

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, maio de 2011.

Mais tempo para as florestas (MARINA SILVA)

É EXTREMAMENTE PREOCUPANTE a forma como está sendo conduzido o debate em torno da atualização da principal lei que protege nossas florestas e nossa biodiversidade: o Código Florestal. O que tem pautado a ação dos que querem modificar a legislação às pressas parece limitar-se ao interesse imediato, que não leva em conta questões estratégicas, quando sabemos que essa discussão diz respeito à vida de todos nós: as florestas prestam um serviço inestimável de proteção, regulação climática e hídrica, essencial para nossa economia e para a produção agrícola e de energia.

As perdas florestais avançam assustadoramente em todo o mundo, inclusive no Brasil. Já perdemos 93%

da mata atlântica, quase metade do cerrado e da caatinga e quase 20% da Amazônia. Ao mesmo tempo, temos mais de 60 milhões de hectares de terras agrícolas que foram degradadas e estão abandonadas, como resultado de um modelo agrícola que precisa mudar. O cerne das mudanças deve ser o de melhorar a proteção das florestas que nos restam, de criar políticas de incentivo que promovam o desenvolvimento do setor agrícola e florestal, gerando emprego e renda em uma escala muito maior.

Deve ser o de discutir os ajustes necessários para que os produtores rurais possam superar os passivos ambientais e para que nossa agricultura dê um salto de qualidade e produtividade, com sustentabilidade. É a nossa riqueza natural que nos permite ser um dos campeões mundiais de produção agrícola. Não usar com sabedoria esses recursos é matar a galinha dos ovos de ouro. Quando discutimos o destino das florestas, estamos projetando o Brasil que queremos. Estamos definindo o papel que o país terá no mundo, o tipo de economia e qualidade ambiental que teremos. Por isso, é absurdo opor produtores rurais e ambientalistas, produção agrícola e meio ambiente.

Mas o absurdo existe e considero que é na política que está o nosso maior problema. É na qualidade do debate e na forma como ele está sendo conduzido na Câmara dos Deputados. Eivado de preconceitos e falsas alegações de que quem defende as florestas estaria a serviço de interesses internacionais, ou, pior, de que a preservação implicaria a diminuição da produção de alimentos e que, com isso, haveria aumento de preços. Isso nos faz lembrar dos momentos que antecederam a abolição da escravidão no país, quando parte dos produtores rurais bradava que sem os escravos o Brasil rural estaria falido e não haveria quem produzisse comida para nossas mesas.

Por isso, proponho que o Executivo assuma o protagonismo dessa discussão, empenhando-se em construir uma proposta bem estruturada, que atenda aos interesses de toda a sociedade, considerando o que dizem os cientistas brasileiros, com o fortalecimento da governança pública e a criação dos incentivos para o cumprimento da legislação ambiental. Proponho que a presidente Dilma faça um chamamento à classe política e à nação para que, nos próximos meses, discutamos uma política nacional para a gestão sustentável de nossas florestas e de nossos recursos naturais.

Para tanto, poderíamos adiar o prazo de averbação da reserva legal, previsto para 11 de junho, de forma que tenhamos um ambiente menos tensionado para o diálogo. Cabe ao governo a responsabilidade de colocar o país no caminho da sustentabilidade e impedir o desmonte da legislação ambiental.

Nos últimos 16 anos, atravessamos dois governos com muitas tentativas de mudanças na legislação. Nesse período, a sociedade impediu que houvesse um retrocesso. Agora, cabe a uma mulher a tarefa de promover o encontro e a mediação para a superação do impasse, para a construção de um caminho que integre e projete um futuro melhor para todos.

MARINA SILVA, professora de história, foi candidata à Presidência da República pelo PV em 2010, ministra do Meio Ambiente (2003-2008) e senadora pelo Acre (1995-2011). Site: <http://www.minhamarina.org.br>. **Folha de São Paulo, maio de 2011.**

Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas

Deputado quer repassar para a Câmara despesa do impresso, que chega a associar o homossexualismo à pedofilia. "Querem transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual", diz texto sobre material didático em elaboração - RODRIGO RÖTZSCH - DO RIO

Jair Bolsonaro mandou imprimir 50 mil cópias de um panfleto contra o plano nacional que defende os direitos dos gays. O deputado federal eleito pelo PP do Rio está distribuindo o material em residências e escolas do Estado. Um dos textos do impresso chega a associar o homossexualismo à pedofilia. Bolsonaro não revelou quanto gastou, mas já disse que pretende repassar a conta para os cofres públicos: fala em incluir a despesa em sua verba de gabinete e pedir reembolso da Câmara.

"EMBOSCADOS"

"Apresento alguns dos 180 itens deste que chamo Plano Nacional da Vergonha, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que ser gay ou lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira", diz o folheto na primeira de suas quatro páginas.

Segundo a leitura de Bolsonaro, que é capitão da reserva do Exército, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do governo cria de "cotas para professor gay", "batalhões policiais gays nos Estados", "Bolsa Gay" e "MST Gay".

Mas o principal alvo é o que o deputado chama de "kit gay", material didático antidiscriminação preparado pelo Ministério da Educação que será distribuído a escolas públicas. No material há filmes em que adolescentes descobrem que são gays. "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual. Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC, na verdade incentiva o homossexualismo nas escolas públicas do 1º grau e torna nossos filhos presas fáceis para pedófilos", diz o panfleto do deputado.

O MEC diz que o material ainda está sob análise, mas deve ser distribuído no segundo semestre somente em escolas do ensino médio, cujos alunos têm 14 anos ou mais. O uso será opcional.

"FUNDAMENTALISTAS"

O secretário-executivo da Secretaria de Direitos Humanos, André Lázaro, e o presidente da ABGLT, Toni Reis, são citados no panfleto como "defensores do fundamentalismo homossexual". Reis diz que, apesar da imunidade parlamentar, entrará com queixa-crime contra Bolsonaro, devido à afirmação de que ele estaria de casamento marcado com um homem casado com sua mãe.

Reis, cuja mãe já morreu, formalizou sua união estável anteontem. Seu parceiro jamais foi casado com ela, diz. Já Lázaro disse que o deputado "usa de má-fé" ao criticar o kit anti-homofobia, pois sabe que ele não será distribuído a crianças de seis anos. "O kit não tem conotação de estímulo a comportamentos." Lázaro descarta, porém, tomar medidas contra o deputado. "Nós, democratas, lutamos para que ele pudesse ter liberdade de opinar sobre os fatos, contrariamente à opinião dele, que defende a ditadura militar", afirmou.

Evangélicos tentam no Congresso limitar direitos dos gays

Bancada formada por religiosos afirma que STF feriu a Constituição ao reconhecer união civil homossexual. Após protestos do grupo, comissão do Senado adiou votação de texto que criminaliza a prática da homofobia. - GABRIELA GUERREIRO E LARISSA GUIMARÃES - DE BRASÍLIA (Folha de São Paulo, maio de 2011)

Numa ofensiva contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de reconhecer a união civil entre homossexuais, a bancada evangélica do Congresso se articula para aprovar propostas que limitam os direitos dos gays. Ontem, após protestos dos evangélicos, a Comissão de Direitos Humanos do Senado adiou a votação do projeto que criminaliza a homofobia. Os religiosos argumentam que a decisão do STF fere a Constituição, que reconhece a união civil homem-mulher.

Vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) disse que o grupo pretende apresentar projeto de decreto legislativo para anular a decisão do Supremo.

"Pelo texto, o Legislativo poderá sustar atos normativos do Judiciário quando for verificada sua incontestável inconstitucionalidade", afirmou Garotinho. Os evangélicos ainda querem apresentar projeto que sugere plebiscito a respeito. Advogados constitucionalistas afirmam que, mesmo com novas iniciativas do Congresso, a decisão do Supremo não pode ser anulada.

"O STF entendeu que a discriminação contra uniões homoafetivas viola cláusulas pétreas da Constituição", diz o advogado Eduardo Mendonça. "Se a decisão [do STF] for fundada em cláusulas pétreas, como os direitos e as garantias individuais, a alteração é impossível", afirma o advogado Cláudio de Souza. Organizador de uma marcha contra a criminalização da homofobia, o pastor Silas Malafaia diz que tem contado com "o apoio e o entusiasmo" de diversos deputados e senadores para o evento, marcado para 1º de junho, em frente ao Congresso. "É também uma resposta à decisão do STF. Temos de reagir", argumentou. Para o militante gay Toni Reis, as iniciativas religiosas não vão "prosperar" no Congresso. "É um grupo pequeno, ninguém vai embarcar."

TUMULTO

O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) e a senadora Marinor Brito (PSOL-PA) trocaram insultos no Senado após o adiamento da votação do projeto contra a homofobia. Relatora do projeto, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) concedia entrevista a emissoras de TV quando Bolsonaro se postou atrás da petista com panfletos "antigays" nas mãos, junto a outros deputados. Aos gritos, Marinor tentou tirar o grupo. Ela entrou com representação contra o deputado na Procuradoria do Senado.

A comissão adiou a votação do projeto a pedido de Marta, que quer buscar consenso. Os evangélicos são contra o projeto por temer que pastores possam ser punidos se condenarem a homossexualidade nas pregações. Marta disse que vai incluir um artigo que protegerá os cultos da criminalização.

Desnaturalização da heterossexualidade (LEANDRO COLLING)

O DIA DE COMBATE À HOMOFOBIA, 17 de maio, é uma boa data para repensarmos as estratégias que utilizamos para desconstruir os argumentos dos homofóbicos. As políticas de afirmação identitária, utilizadas para atacar as opressões contra LGBTTTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), negros e mulheres, para citar apenas alguns grupos, surtiram efeito e por causa delas podemos comemorar algumas conquistas. Mas, ao mesmo tempo, essas políticas são limitadas em alguns aspectos.

Além de afirmar as identidades dos segmentos que representamos, também precisamos problematizar as demais identidades. Por exemplo: LGBTTTs podem, se assim desejarem, problematizar a identidade dos heterossexuais, demonstrando o quanto ela também é uma construção, ou melhor, uma imposição sobre todos. Assim, em vez de pensarmos que as nossas identidades são naturais, no sentido de que nascemos com elas, iremos verificar que nenhuma identidade é natural, que todos resultamos de construções culturais. Dessa maneira, a "comunidade" LGBTTT passaria a falar não apenas de si e para si, mas interpelaria mais os heterossexuais, que vivem numa zona de conforto em relação às suas identidades sexuais e de gêneros (aliás, bem diversas entre si).

Para boa parte dos heterossexuais, apenas LGBTTTs têm uma sexualidade construída e problemática, e o que eles/as dizem não tem nada a ver com as suas vidas. É a inversão dessa lógica que falta fazermos para chamar os heterossexuais para o debate, para que eles percebam que não são tão normais quanto dizem ser. Ou seja: para combater a homofobia, precisamos denunciar o quanto a heterossexualidade não é uma entre as possíveis orientações sexuais que uma pessoa pode ter. Ela é a única orientação que todos devem ter. E nós não temos possibilidade de escolha, pois a heterossexualidade é compulsória.

Desde o momento da identificação do sexo do feto, ainda na barriga da mãe, todas as normas sexuais e de gêneros passam a operar sobre o futuro bebê. Ao menor sinal de que a criança não segue as normas, os responsáveis por vigiar os padrões que construímos historicamente, em especial a partir do final do século 18, agem com violência verbal e/ou física.

A violência homofóbica sofrida por LGBTTTs é a prova de que a heterossexualidade não é algo normal e/ou natural. Se assim o fosse, todos seríamos heterossexuais. Mas, como a vida nos mostra, nem todos seguem as normas. Para executar estratégias políticas que denunciem o quanto a heterossexualidade é compulsória, e de como ela produziu a heteronormatividade (que incide também sobre LGBTTTs que, mesmo não tendo práticas sexuais heterossexuais, se comportam como e aspiram o modelo de vida heterossexual), não podemos apostar apenas em marcos legais e institucionais.

Precisamos desenvolver, simultaneamente, estratégias que lidam mais diretamente com o campo da cultura, a exemplo de ações nas escolas, na mídia e nas artes.

O projeto Escola sem Homofobia, assim, não correria o risco de apenas interessar a professores/as e alunos/as LGBTTTs. Nesse processo, comunicadores e artistas também poderiam servir como excelentes sensibilizadores para que tenhamos uma sociedade que realmente respeita a diversidade. E a festa como uma das grandes riquezas da humanidade.

LEANDRO COLLING, professor da Universidade Federal da Bahia, é presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura e membro do Conselho Nacional LGBT. **Folha de São Paulo, maio de 2011.**

A PERGUNTA DA SEMANA

O MEC está certo em adotar o livro que gerou polêmica sobre o ensino do português?

SIM

O ensino e a escola estão abrindo espaço para as variações da língua. Se formos ao mesmo livro do qual retiraram a expressão "os livro", iremos encontrar também a autora defendendo a norma culta. Por que não mostraram isso? O que a autora Heloísa Ramos e todos os linguistas querem é legitimar o trabalho com as diversas construções e variações do português. Isso é um grande benefício para nossa sociedade e para nossos alunos.

SÍLVIO RAMIRO, professor de língua portuguesa (Belo Horizonte, MG)

NÃO

O livro defende que o português seja falado com graves erros gramaticais. A língua é também uma forma de organizar o pensamento. É fundamental para o posicionamento do sujeito no mundo. Se o livro propõe que é certo falar errado, está se lixando para a forma como a pessoa vai escrever. A história de norma culta, quando se trata de linguagem escrita ou falada, parece coisa de anarquismo, num país que precisa melhorar a qualidade da educação.

DALVA TEODORESCU, São Paulo, SP. **Folha de São Paulo, maio de 2011.**

Falsa questão (LÍVIA PEROZIM)



Parte da imprensa divulga que obra de Língua Portuguesa comprada pelo MEC "ensina a falar errado". Mas não é bem assim. Por Livia Perozim. Foto: Olga Vlahou

Mais uma vez um livro didático foi alvo de polêmica. Uma notícia divulgada pelo portal IG, por meio do blog Poder On Line, afirmou: o MEC comprou e distribuiu um livro que "ensina a falar errado". Em jornais, emissoras de tevê e meios eletrônicos o livro, seus autores e o próprio MEC foram crucificados. Colunistas renomados esbravejaram. É um livro "criminoso", atestou Clóvis Rossi, na *Folha de S. Paulo*. Dora Kramer, no *Estadão* de terça-feira, aproveitou para atacar Lula: "Tal deformação tem origem na plena aceitação do uso impróprio do idioma por parte do ex-presidente Lula, cujos erros de português se tornaram inimputáveis, por supostamente simbolizarem a mobilidade social brasileira." Poderíamos nos perguntar o que Glorinha Kalil pensa do assunto, mas vamos nos ater aos fatos.

Prof. Lucas Rocha

O livro em questão é o *Por Uma Vida Melhor* e faz parte da coleção Viver, Aprender, organizada pela Ação Educativa, uma ONG que há 16 anos promove debates e atua em projeto de melhoria educação e políticas para a juventude. Foi distribuído para 4.236 escolas e é destinado, frise, para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – mais para frente ficará claro o porquê. Seus autores são Heloísa Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto. Os três, professores de língua portuguesa, autores de livros didáticos e estudiosos do tema variação linguística.

A polêmica midiática partiu da reprodução de trechos como: “Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar os livros?’. Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico”. Reproduzidos assim, descolados de um contexto, parece mesmo que a orientação era mandar às favas a língua portuguesa. Mas não é bem isso. Faltou uma leitura mais atenta, ou, pior, faltou ler a obra. O capítulo em questão, ao menos (clique aqui para ler).

Tanto é que foram repercutidas as mesmas poucas frases, retiradas de 1 dos 16 capítulos do livro. Embora o título seja auto-explicativo, *Escrever é diferente de falar*, vale reproduzir a proposta descrita na introdução: “Neste capítulo, vamos exercitar algumas características da linguagem escrita. Além disso, vamos estudar uma variedade da língua portuguesa: a norma culta. Para entender o que ela é e a sua importância, é preciso conhecer alguns conceitos.” Os trechos pescados pela imprensa estavam no tópico: “A concordância das palavras”. Ali, discute-se a existência de variedades do português falado que admitem que o primeiro termo de um grupo nominal indique se a frase é singular ou plural. O exemplo: “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.” Em seguida, reescreve-se a frase na norma culta: “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados”.

Ou seja, os autores do livro mostram aos alunos do EJA, adultos que já carregam uma bagagem cultural construída pela vivência e por suas experiências educativas, que este modo de falar é correto linguisticamente, por se fazer comunicar, mas não é aceito gramaticalmente. Explica-se: a linguística é uma ciência em busca de conhecimentos sobre a língua. A gramática não é científica, é um conjunto de normas. É, portanto, uma parte importante, mas não representa todo o saber da língua.

A confusão está, em parte, no fato de se pretender apartar a teoria linguística do ensino da língua, como se a escola devesse parar no tempo e não deixar entrar nenhum avanço científico relativo à língua materna. “Isso sim é uma irresponsabilidade, um crime”, devolve Cláudio Bazzoni, um dos autores do livro.

Não se fala aqui de uma ciência inventada ontem. Com base em estudos antigos, os linguistas mostram que a língua é um sistema complexo, muito maior do que um conjunto de normas, que muda pela história e é determinada por práticas sociais. Sírio Possenti, professor do departamento de linguística da Unicamp, explica: “Para um linguista, o conceito de certo e errado não tem sentido. Seria como um botânico achar que uma planta está errada. Para ele, a questão é quais são as regras em cada caso”. Posto que as noções de certo e errado têm origem na sociedade, não na estrutura da língua, ele completa: “É certo o que uma comunidade considera certo. E essa avaliação muda historicamente. Um exemplo: a passiva antiga do português se fazia com *de*: ‘será de mim mui bem servida’. Está na Carta de Caminha. Hoje, se faz com *por*.”

A sociedade, no caso, os jornalistas – até mais que os normatistas – condenaram um tipo de conteúdo, a variação linguística, que faz parte há mais de quinze anos dos livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado, avaliados e aprovados pelo MEC. Estão, portanto, mal informados. Como ressalta o professor da Universidade de Brasília Marcos Bagno, em artigo publicado no site de *Carta Capital*: “Nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua... Defender o respeito à variedade linguística dos estudantes não significa que não cabe à escola introduzi-los ao mundo da cultura letrada e aos discursos que ela aciona. Cabe à escola ensinar aos alunos o que eles não sabem! Parece óbvio, mas é preciso repetir isso a todo momento”.

Pelo visto, nem tudo que parece é óbvio. Possenti resume bem o imbróglio: “Bastaria que se aceitasse que as línguas não são uniformes, o que é um fato notório, bastaria as pessoas se ouvirem”. Fica aí a dica para quem, como o jornalista Alexandre Garcia, em comentário irado sobre o livro que “ensina a falar errado”, começou a frase com “Quando eu TAVA na escola”...

Lívia Perozim é jornalista. Revista Carta na Escola, maio de 2011.

POLÊMICA OU IGNORÂNCIA? DISCUSSÃO SOBRE LIVRO DIDÁTICO SÓ REVELA IGNORÂNCIA DA GRANDE IMPRENSA (MARCOS BAGNO)

Para surpresa de ninguém, a coisa se repetiu. A grande imprensa brasileira mais uma vez exibiu sua ampla e larga ignorância a respeito do que se faz hoje no mundo acadêmico e no universo da educação no campo do ensino de língua. Jornalistas desinformados abrem um livro didático, leem metade de meia página e saem falando coisas que depõem sempre muito mais contra eles mesmos do que eles mesmos pensam (se é que pensam nisso, prepotentemente convencidos que são, quase todos, de que detêm o absoluto poder da informação).

Polêmica? Por que polêmica, meus senhores e minhas senhoras? Já faz mais de quinze anos que os livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado e avaliados e aprovados pelo Ministério da Educação abordam o tema da variação linguística e do seu tratamento em sala de aula. Não é coisa de petista, fiquem tranquilas senhoras comentaristas políticas da televisão brasileira e seus colegas explanadores do óbvio.

Já no governo FHC, sob a gestão do ministro Paulo Renato, os livros didáticos de português avaliados pelo MEC começavam a abordar os fenômenos da variação linguística, o caráter inevitavelmente heterogêneo de

qualquer língua viva falada no mundo, a mudança irreprimível que transformou, tem transformado, transforma e transformará qualquer idioma usado por uma comunidade humana. Somente com uma abordagem assim as alunas e os alunos provenientes das chamadas "classes populares" poderão se reconhecer no material didático e não se sentir alvo de zombaria e preconceito. E, é claro, com a chegada ao magistério de docentes provenientes cada vez mais dessas mesmas "classes populares", esses mesmos profissionais entenderão que seu modo de falar, e o de seus aprendizes, não é feio, nem errado, nem tosco, é apenas uma língua diferente daquela – devidamente fossilizada e conservada em formol – que a tradição normativa tenta preservar a ferro e fogo, principalmente nos últimos tempos, com a chegada aos novos meios de comunicação de pseudo especialistas que, amparados em tecnologias inovadoras, tentam vender um peixe gramatiquero para lá de podre.

Enquanto não se reconhecer a especificidade do português brasileiro dentro do conjunto de línguas derivadas do português quinhentista transplantados para as colônias, enquanto não se reconhecer que o português brasileiro é uma língua em si, com gramática própria, diferente da do português europeu, teremos de conviver com essas situações no mínimo patéticas. A principal característica dos discursos marcadamente ideologizados (sejam eles da direita ou da esquerda) é a impossibilidade de ver as coisas em perspectiva contínua, em redes complexas de elementos que se cruzam e entrecruzam, em ciclos constantes. Nesses discursos só existe o preto e o branco, o masculino e o feminino, o mocinho e o bandido, o certo e o errado e por aí vai.

Darwin nunca disse em nenhum lugar de seus escritos que "o homem vem do macaco". Ele disse, sim, que humanos e demais primatas deviam ter se originado de um ancestral comum. Mas essa visão mais sofisticada não interessava ao fundamentalismo religioso que precisava de um lema distorcido como "o homem vem do macaco" para empreender sua campanha obscurantista, que permanece em voga até hoje (inclusive no discurso da candidata azul disfarçada de verde à presidência da República no ano passado).

Da mesma forma, nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua. O que esses profissionais vêm tentando fazer as pessoas entenderem é que defender uma coisa não significa automaticamente combater a outra. Defender o respeito à variedade linguística dos estudantes não significa que não cabe à escola introduzi-los ao mundo da cultura letrada e aos discursos que ela aciona. Cabe à escola ensinar aos alunos o que eles não sabem! Parece óbvio, mas é preciso repetir isso a todo momento.

Não é preciso ensinar nenhum brasileiro a dizer "isso é para mim tomar?", porque essa regra gramatical (sim, caros leigos, é uma regra gramatical) já faz parte da língua materna de 99% dos nossos compatriotas. O que é preciso ensinar é a forma "isso é para eu tomar?", porque ela não faz parte da gramática da maioria dos falantes de português brasileiro, mas por ainda servir de arame farpado entre os que falam "certo" e os que falam "errado", é dever da escola apresentar essa outra regra aos alunos, de modo que eles – se julgarem pertinente, adequado e necessário – possam vir a usá-la TAMBÉM. O problema da ideologia purista é esse também. Seus defensores não conseguem admitir que tanto faz dizer assisti o filme quanto assisti ao filme, que a palavra óculos pode ser usada tanto no singular (o óculos, como dizem 101% dos brasileiros) quanto no plural (os óculos, como dizem dois ou três gatos pingados).

O mais divertido (para mim, pelo menos, talvez por um pouco de masoquismo) é ver os mesmos defensores da suposta "língua certa", no exato momento em que defendem, empregar regras linguísticas que a tradição normativa que eles acham que defendem rejeitaria imediatamente. Pois ontem, vendo o Jornal das Dez, da GloboNews, ouvi da boca do sr. Carlos Monforte essa deliciosa pergunta: "Como é que fica então as concordâncias?". Ora, sr. Monforte, eu lhe devolvo a pergunta: "E as concordâncias, como é que ficam então?"

MARCOS BAGNO é colunista mensal da Revista Caros Amigos. Este artigo está na edição de maio de 2011.

O que discutir sobre o polêmico livro? (PASQUALE CIPRO NETO)

EM 1988, eleita prefeita de São Paulo, a professora Luiza Erundina nomeou Paulo Freire secretário da Educação do município. Antes de assumir, o consagrado educador disse mais ou menos isto: "A criança terá uma escola na qual a sua linguagem seja respeitada (...). Uma escola em que a criança aprenda a sintaxe dominante, mas sem desprezo pela sua (...). Precisamos respeitar a sua sintaxe mostrando que sua linguagem é bonita e gostosa, às vezes é mais bonita que a minha. E, mostrando tudo isso, dizer a ele: "Mas para tua própria vida tu precisas dizer a gente chegou em vez de dizer a gente chegamos". Isto é diferente, a abordagem é diferente. É assim que queremos trabalhar, com abertura, mas dizendo a verdade".

A declaração de Freire causou barulho semelhante ao que causou (e ainda causa) o livro "Por uma Vida Melhor", em que se mostram fatos relativos às variações linguísticas. Nele, dá-se como exemplo de norma popular a frase "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado". Dado o exemplo, explica-se isto: "O fato de haver a palavra os (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente". O livro prossegue: "Reescrevendo a frase no padrão culto da língua, teremos: "Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados". Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro'?" Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico".

Há uma certa contradição na explicação, já que na frase popular a forma verbal ("estão") está no plural. Nessa variedade, o que se usa é "tá". O caso aborda no livro é tecnicamente chamado de "plural redundante".

Para o linguista e acadêmico da Academia Brasileira de Letras Evanildo Bechara, no entanto, a orientação dos PCNs foi um "erro de visão". "Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social", diz Bechara.

Anteontem, a ABL divulgou nota oficial criticando o livro e o MEC. Marcos Bagno, autor do livro "Preconceito Linguístico", discorda. "Discutir preconceito linguístico na escola é fundamental para que alunos que vêm de classes menos favorecidas não se sintam reprimidos ou amedrontados", diz. "A atitude normal da escola sempre foi zombar da fala dos alunos. Esse debate é fundamental para criar um ambiente mais acolhedor."

Bagno critica os meios de comunicação por terem criado o que ele chama de falsa polêmica. "A discussão sobre preconceito linguístico ocupa apenas 2% do tempo de sala de aula. Nos outros 98%, o que se faz é ensinar as normas cultas de prestígio." Ele argumenta também que a língua é dinâmica. "Há 50 anos, dizer que alguém 'poderia se mudar' era crime bárbaro, pois o certo seria poder-se-ia. Hoje, no entanto, quase todos os manuais de redação de jornais orientam a evitar a mesóclise."

Folha de São Paulo, junho 2011.

É positivo o projeto de Código Florestal aprovado pela Câmara, que será votado pelo Senado? NÃO

A mentira repetida (JOSÉ SARNEY FILHO)

A APROVAÇÃO DA EMENDA substitutiva do relator Aldo Rebelo para o novo Código Florestal, na noite de 24 de maio de 2011, representa um dos maiores equívocos já cometidos pela Câmara dos Deputados, com repercussões que, mantido o retrocesso, devem afetar várias gerações, pois, ao contrário da mentira repetida pelos defensores da proposta, o texto aponta, sim, na direção do aumento do desmatamento.

Já tínhamos o péssimo exemplo da liberação da soja transgênica da Monsanto por medida provisória; agora, com a aprovação das mudanças no Código Florestal, fica a sensação de impunidade. Basta um olhar mais apurado para perceber que, além da farra da anistia para quem desafiou a lei e desmatou onde não era permitido, a fatídica proposta abre graves brechas na legislação para uso indevido de áreas que deveriam, à luz do interesse nacional, ser protegidas.

O artigo 3º, inciso III, por exemplo, ao definir o conceito de área rural consolidada, estende o regime de pousio para todas as propriedades, sem regra de temporalidade. Assim, áreas em regeneração na mata atlântica e na Amazônia serão consideradas como consolidadas e, portanto, disponíveis para uso agropastoril! O mesmo artigo exclui as veredas e os manguezais como áreas de preservação permanente (APP). Desconhecer a importância biológica desses ecossistemas é um erro inaceitável em termos de proteção ambiental.

O artigo 8º estende o uso de APP para atividades agrossilvipastoris, cujo impacto no desmatamento será imediato, regularizando, inclusive, aquilo que antes era irregular. Ademais, da maneira como foi redigido, não fica claro quem será responsável por autorizar a supressão de vegetação em APP. Em tese, qualquer órgão integrante das três esferas de poder poderá fazê-lo, o que, além de não recomendável, é preocupante, uma vez que sabidamente a grande maioria dos municípios não conta com estrutura técnica e material adequadas para esse fim.

Outro erro primário ou pura má-fé: as atividades de pastoreio extensivo e atividades agrossilvipastoris em topos de morros e encostas ocupadas até 2008 serão permitidas (arts. 10 e 12). É potencializar os efeitos negativos sobre a água e sobre o solo, principalmente as erosões e deslizamentos, estes últimos responsáveis por recentes tragédias que abalaram o país. O produtor que tem até quatro módulos fiscais - e neste caso um produtor pode ter várias propriedades de quatro módulos - fica, na prática, isento da recuperação da reserva legal (RL), independentemente da adesão aos programas de regularização ambiental (art. 13).

Ao flexibilizar as formas de compensação da RL (art. 38), a proposta incentiva novos desmatamentos, ao permitir que o produtor compense em outra região a devastação feita na sua propriedade, tendo ainda 20 anos como prazo para fazê-lo. No artigo 58, os estímulos ao desmatamento continuam. Antes, havia um embargo obrigatório da área desmatada ilegalmente. Agora, ele é optativo e, a depender da decisão, o agressor ambiental poderá fazer uso da área até que se tenha um desfecho do caso.

O texto aprovado na Câmara é um convite ao desmatamento do que resta dos nossos biomas e um prêmio para quem agiu na ilegalidade. É preciso corrigir os equívocos. Caso contrário, o Brasil poderá perder uma bandeira que faz diferença em um mundo cada vez mais dependente dos recursos naturais e do equilíbrio ambiental. Apostar no retrocesso ambiental como estratégia comercial para o agronegócio brasileiro é um erro que custará caro.

JOSÉ SARNEY FILHO é deputado federal pelo PV-MA, líder da bancada do Partido Verde na Câmara e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista. Foi ministro do Meio Ambiente (governo FHC). **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

É positivo o projeto de Código Florestal aprovado pela Câmara, que será votado pelo Senado? SIM

Entre conflitos e interesses (PAULO PIAU)

MEIO AMBIENTE é uma matéria absolutamente nova no contexto global. A primeira conferência mundial promovida pela ONU se deu na Suécia, em 1972. Para o Brasil, o grande despertar foi com a Rio-92, já com a Constituição Federal de 1988 trazendo o meio ambiente como direito fundamental.

Embora o início da legislação do país seja em 1934, a mudança de paradigma no seu cumprimento culmina com o decreto presidencial nº 6.514, de julho de 2008, regulamentando a lei nº 9.605, editada em 1998, e com forte atuação do Ministério Público.

Os conflitos foram inevitáveis, pois uma legislação ambiental criada nos gabinetes de Brasília, sem a participação efetiva da sociedade e do Congresso, só poderia resultar na rebeldia de seu cumprimento pelos valorosos brasileiros que, em 511 anos, entraram pelos biomas brasileiros, incentivados pelos governos da época e promovendo o desenvolvimento do interior desse gigante território nacional.

Diante de tantas ocorrências, TACs (termos de ajustamento de conduta), multas, prisões e uma enorme instabilidade e insegurança jurídica no campo brasileiro, o então presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer criou em 2009 a Comissão Especial do Código Florestal, cujo debate foi travado em 20 Estados brasileiros, com 70 audiências públicas. O resultado foi a aprovação de um relatório equilibrado, relatado pelo grande brasileiro Aldo Rebelo.

O grande conflito na votação do novo Código Florestal se dá entre aqueles que só querem preservar o meio ambiente e aqueles que perceberam que por trás dessa questão está em jogo a expulsão de 1 milhão de pequenos agricultores do meio rural, sobretudo aqueles localizados às margens dos rios, e a retirada de produção de 83 milhões de hectares, reduzindo a oferta de alimentos e aumentando o preço do alimento do trabalhador brasileiro.

Outra questão em jogo é o interesse dos países ricos na riqueza da Amazônia e na possibilidade futura de o Brasil competir com eles na produção de alimentos e energia. Após a nova legislação entrar em vigor, os brasileiros contarão com um marco regulatório mais adequado para o setor produtivo e para preservar e conservar os 500 milhões de hectares de vegetação nativa, capazes de manter a nossa rica biodiversidade. Caberá às futuras gerações decidir sobre um novo modelo de desenvolvimento sustentável; cabe a nós, hoje, promover a educação ambiental, a conscientização sobre sua interatividade. Isso além de estimular a parceria com instrumentos de apoio e de incentivo aos produtores rurais, deixando para trás o velho instrumento de "comando e controle". Punição e multa serão necessárias apenas para os maus brasileiros que continuarem apostando na corrupção e na impunidade!

Esse conflito sobre o Código Florestal deixará como saldo o fortalecimento do Parlamento brasileiro, da democracia e do sentimento de soberania nacional, elementos fundamentais de uma nação forte e desenvolvida.

PAULO PIAU, engenheiro agrônomo, é deputado federal pelo PMDB-MG. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

Floresta, para que floresta? (DAL MARCONDES)

UM REPÓRTER ANDA pelas ruas de São Paulo com microfone em punho. Para um transeunte qualquer, um moço apressado, de gravata e com o notebook nas costas, e lança a pergunta: "Você sabe em que bioma você vive?" A resposta tem uma lógica cristalina: "Na cidade". Como ele. Milhões de pessoas que vivem em São Paulo não sabem que a região onde a cidade fincou suas raízes é, na verdade, um pedaço do bioma da Mata Atlântica.

Da grande floresta encontrada pelos descobridores em 1500, e que cobria 15% do território brasileiro, com mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados, restaram apenas 102 mil quilômetros quadrados, ou cerca de 7% da área original. Assim como a Mata Atlântica foi quase toda arrancada da paisagem, outros biomas brasileiros também estão em risco pelo avanço da ocupação humana. É por isso que o País precisa de um Código Florestal, um conjunto de leis que garanta a preservação de áreas florestais e de biomas importantes para garantir a qualidade ambiental não apenas nas áreas rurais, mas também nas cidades, que de tão cinzentas e poluídas já dão a impressão de ser um corpo estranho, deslocado da natureza.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, no século XVI, seu principal interesse foi explorar uma árvore especial, de cujo caule sai uma seiva de cor rubra e que era usada para tingir a roupa dos cardeais.

Histórico das Leis

O pau-brasil foi o primeiro eixo de exploração econômica das florestas. Durante três séculos ele foi superexplorado e quase chegou à extinção nas matas costeiras. Este cenário levou à criação da primeira legislação para coibir o uso abusivo dos recursos florestais. Em 30 de janeiro de 1802, foi baixado o Alvará de Regimento das Minas e Estabelecimentos Metálicos, o qual exigia ordem escrita da Administração das Matas e Bosques para a venda de madeiras e lenhas por particulares, ou para se fazer queimadas. Em 1825 uma nova lei passou a exigir licenças para o corte do pau-brasil, de perobas e de tapinhoãs, dando ênfase a madeiras utilizadas na construção. E, de 1843 a 1858, foram criadas leis relacionando as espécies florestais que não poderiam ser exploradas sem consentimento do Estado, neste caso a Coroa Brasileira. Nasce, então, o termo "madeira de lei" para as espécies florestais mais nobres do Brasil.

Uma tentativa de consolidar as leis, normas e costumes relacionados às florestas foi feita em 1934, ainda durante o Estado Novo, quando foi aprovado o Decreto n.º 23.793, já conhecido como Código Florestal, que a história conta que não deu muito certo e entrou para os rol das “leis que não pegaram” no Brasil. Em 1965, já na vigência de uma nova ditadura no País, foi montado um Novo Código Florestal, que explicitava o valor intrínseco das florestas e vegetações nativas, não importando seu valor comercial. Durante mais de quatro décadas essas foram as leis que definiram a relação entre o setor produtivo do agronegócio e as fronteiras florestais.

Este Novo Código foi além de tratar de espécies florestais: definiu o território da Amazônia Legal: “... estados do Acre, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e regiões ao norte do paralelo 13º S, dos estados do Tocantins e de Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do estado do Maranhão”. Esta foi, também, a legislação que, a partir da década de 1980, passou por importantes ajustes. De 1981 é a legislação que regulamentou as Áreas de Preservação Ambiental (APA), classificada para o uso direto dos recursos naturais, assim como as florestas nacionais, reservas extrativistas e as reservas de fauna, onde são permitidas a ocupação e exploração dos recursos naturais. Em 1989 foi finalmente qualificada a legislação sobre Área de Preservação Permanente (APP) – áreas de topo de morro e encostas com mais de 45 graus de inclinação, assim como as áreas de matas ciliares de rios, nascentes, lagos e outros cursos d’água – já presente no Código de 1965, mas que ainda carecia de regulamentação. E a partir de 1998 foi regulamentada a Reserva Legal, que estabelece uma área em cada propriedade rural que deve ser preservada e seu desmatamento é considerado crime. Juntamente com o capítulo de Meio Ambiente da Constituição de 1988, essas leis se tornaram as principais garantias de preservação de biodiversidade florestal no País.

Mudar, para que mudar?

As alterações ocorridas na legislação florestal nas últimas décadas são o principal alvo das críticas feitas pelos representantes do agronegócio em relação ao Código. Praticamente sempre existiram tensões entre ruralistas e ambientalistas a favor ou contra mudanças. No entanto, esse debate se acirrou a partir de 2009, quando a Câmara Federal passou a trabalhar sobre o assunto e indicou o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) para ser relator da Comissão Especial sobre o tema. Nacionalista, Rebelo alegou em seu relatório, entregue aos deputados em junho de 2010, que há “pressões de entidades ambientalistas estrangeiras para impedir o desenvolvimento do Brasil em contraposição à expansão da agricultura e da infraestrutura do País”.

Rebelo alertou para a necessidade de ponderar sobre os interesses envolvidos na manutenção da atual legislação, que segundo seu relatório, “preserva mais os interesses econômicos de estrangeiros do que do Brasil”, e cita o exemplo da proibição da exportação de produtos florestais e ambientais, que segundo ele poderiam gerar riquezas ao País, mas que estão sendo embargados para a geração de renda no exterior por sua substituição por insumos estrangeiros. Já boa parte dos ambientalistas brasileiros critica a voracidade com que empresários do agronegócio avançam sobre as florestas para a implantação de pecuária e lavoura. “Hoje são 200 milhões de bois no Brasil e 40% disso está na Amazônia. Em 20 anos, 75% de um rebanho estimado em 300 milhões estará naquela região”, diz João Meirelles, pesquisador do Instituto Peabiru e especialista em desenvolvimento da Amazônia.

A proposta defendida por Rebelo prevê a flexibilização das regras de preservação a partir de análises de cada propriedade e do tipo de ocupação consolidada. Essas análises deveriam contemplar a viabilidade econômica, ou não, para a recomposição das áreas de reservas obrigatórias, dando espaço para o não cumprimento da atual legislação. Para as Áreas de Preservação Permanente, Rebelo sugere que as restrições de uso sejam mantidas de acordo com o regime atual, salvo aquelas de atividade consolidada, que serão alteradas após o Zoneamento Ecológico-Econômico promovido na esfera de cada estado, obedecidas as exigências de estudos técnicos específicos.

Conflito de interesses

Um dos grandes embates foi a definição dos limites para a preservação de matas ciliares às margens de rios, lagos e outros cursos d’água. Inicialmente propunha-se a redução de 30 metros de largura para essas matas, para 10 metros ou menos. No final esta metragem foi ampliada na proposta de novo Código Florestal, oscilando, dependendo da largura dos rios, de 15 a 30 metros. “A alteração pretende reduzir o prejuízo aos pequenos proprietários em cujos lotes há presença de cursos d’água de pequena largura”, argumenta Aldo Rebelo.

A disputa por um novo Código Florestal tem nas organizações da sociedade civil alguns bastiões contra a flexibilização excessiva das regras. Do lado dos ruralistas, a senadora Katia Abreu (DEM-TO) tornou-se a voz em defesa da expansão do agronegócio. Para ela, o Brasil não pode limitar sua produção agrícola sob pena de não conseguir oferecer alimentos na quantidade necessária à sua população. Argumento considerado falso por outros especialistas. O economista polonês Ignacy Sachs, que estuda o desenvolvimento da América Latina, diz que o Brasil pode ser uma “potência da bioeconomia” sem desmatar mais. Ele defende um zoneamento econômico-ecológico de forma a destinar produtivamente os milhares de hectares já desmatados e hoje abandonados. “O Brasil é um dos países- mais propícios à produção de biomassas. Isso tem de ser aproveitado como uma vantagem competitiva e não como desculpa para a destruição da biodiversidade que possibilita esse potencial”, diz Sachs.

Ainda em agosto de 2010, antes, portanto, das eleições, durante o lançamento do Movimento Empresarial pela Proteção e Uso Sustentável da Biodiversidade, em São Paulo, a ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, disse que pretendia elaborar uma nova proposta de alteração do Código Florestal. A ministra acredita que há

radicalizações dos dois lados, tanto dos ruralistas como dos ambientalistas, e que é preciso buscar um meio termo, conciliar os interesses da sociedade e, também, viabilizar as metas defendidas pelo Brasil nas conferências de Copenhague (Dinamarca), onde ficaram estabelecidos os limites de emissão de gases estufa, e de Nagoya (Japão), onde foram acordados compromissos em relação à preservação da biodiversidade.

No momento em que o Brasil ganha uma nova legislação florestal, o importante é que as disputas se encerrem com compromissos claros por parte de ruralistas, governo e ambientalistas de que o novo Código Florestal seja cumprido.

DAL MARCONDES é jornalista, diretor da Envolverde, passou por diversas redações da grande mídia paulista, como Agência Estado, Gazeta Mercantil, Revistas Isto É e Exame. Desde 1998 dedica-se a cobertura de temas relacionados ao meio ambiente, educação, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental empresarial. Recebeu por duas vezes o Prêmio Ethos de Jornalismo e é reconhecido como um "Jornalista Amigo da Infância" pela agência ANDI. **Revista Carta na Escola, junho de 2011.**

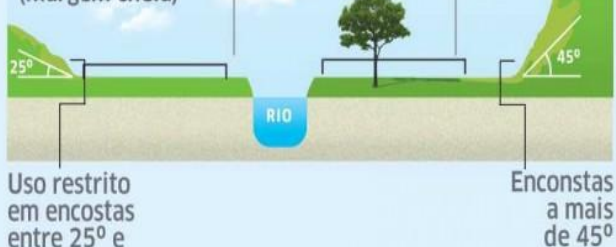
Como é hoje

Reserva legal



APPs

30 metros em cada margem de rio, contados a partir do leito maior (margem cheia)



Compensação

Se um fazendeiro desmatou além do que poderia por lei, ele pode compensar comprando floresta em outra propriedade, desde que na mesma zona (microbacia)

Soma de áreas de APPs e reserva legal

É admitida em alguns casos: por exemplo, um fazendeiro que tenha 80% de sua reserva legal preservada na Amazônia não precisa excluir as APPs da conta

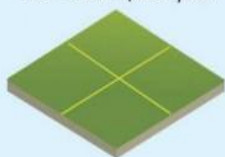
Redução da reserva legal

Pode cair para 50% na Amazônia, exclusivamente para fins de recuperação, nas áreas de floresta indicadas pelo Zoneamento Ecológico-econômico

O que propõe a reforma

Reserva legal

Imóveis de até 4 módulos fiscais ficarão isentos de reserva legal para fins de recomposição



O governo não concorda, pois isto pode estimular desmatamentos em propriedades maiores; há também o temor de que fazendas sejam fracionadas para escapar à regulação

APPs

30 metros para rios de até 10 metros de largura, com redução em 50% para fins de recuperação



Drogas e gravatas (CONTARDO CALLIGARIS)

NA TERÇA, 14 de junho, a **Folha** publicou, na Primeira Página, as imagens de um homem de paletó e gravata que comprava e fumava um cachimbo de crack, numa rua do centro de São Paulo. No último domingo, Suzana Singer, ombudsman do jornal, em sua coluna, perguntou: "Por que a **Folha** decidiu expor dessa forma um suposto viciado?". A Secretaria de Redação respondeu: "A política do jornal vinha sendo não resguardar a identidade dos usuários de crack em locais públicos. Não vimos motivo para alterarmos o padrão porque a personagem, desta vez, vestia paletó e gravata".

Em suma, a reportagem queria mostrar que "o fenômeno do crack não se confunde com a pobreza e não atinge apenas moradores de rua". A reportagem notava, aliás, que, entre os "usuários eventuais, que vão à região para fumar uma pedra", há até "senhores com cerca de 60 anos vestindo terno".

De repente, dei-me conta de que, ao longo dos anos, vi dezenas de fotografias de drogados errando pela cracolândia, mostrados sem disfarce, mas não tenho memória de seus rostos. É como se eles não fossem indivíduos - apenas genéricos "noias", como eles são chamados pelas ideias paranoicas que os acometem. No entanto, o engravatado da foto de terça-feira era diferente: ele era reconhecível, singular - talvez porque sua aparência deixava supor que ele não tivesse se transformado (ainda?) num noia.

O crack é hoje o protótipo da droga que leva rapidamente à perdição. Será que a foto do engravatado mostra que existem usuários de crack que não se tornam noias? Será que é possível um uso lúdico do crack? Não sei dizer, mas, ao ler as memórias de Bill Clegg, "Retrato de um Viciado Quando Jovem" (Cia. das Letras), qualquer leitor pode sentir quase na pele a prepotência com a qual a fissura se instala ao centro da vida de um usuário de crack, por mais engravatado que seja.

O texto é comovedor, pela ingenuidade do viciado e de nós, leitores, que, como o viciado, inevitavelmente, a cada vez, acreditamos que ele voltará à sua vida depois de só mais um cachimbo. Comovedor e também exasperante: como é que o cara não consegue se controlar e conciliar sua vida amorosa e profissional com uma tragada de vez em quando? "Segura tua onda, rapaz", a gente fica a fim de gritar.

Trivialidade: a virulência da fissura, assim como a natureza da dependência, é diferente para cada droga. Engravatado à parte, o crack transforma quase imediatamente seus consumidores em adictos, enquanto há pessoas que, durante a vida toda, fumam só um cigarro ou um baseado por semana. Outra trivialidade: talvez tão importante quanto as qualidades específicas de cada droga seja o fato de que, por alguma diferença de personalidade e disposição, há usuários que se perdem na toxicomania e outros que parecem nunca correr esse risco.

A clínica com adolescentes me ensinou isto: em geral, quem se vicia não é tanto quem acha sua vida dolorosa ou injusta, mas quem a acha chata, ou seja, quem não consegue se interessar por sua própria vida. É possível se drogar porque a vida já é uma festa, e, quem sabe, com mais uma bola, ela se torne mais alegre. Essa conduta é sempre menos nociva da que consiste em drogar-se pela incapacidade de achar graça na vida que se tem. Quem se droga porque acha a vida chata tende a trocar a vida pela droga.

Nos últimos dias, fala-se muito da descriminalização da maconha. Estreou "Quebrando o Tabu", de Fernando Grostein; houve a intervenção de Fernando Henrique Cardoso (que é, aliás, âncora do filme de Grostein), e houve a liberação das marchas da maconha pelo STF. Vários leitores pediram que expressasse minha opinião. Aqui vai: concordo com o projeto de descriminalizar o consumo de maconha, mas discordo de quem afirma que qualquer uso de maconha seria inócuo. Nos adolescentes, por exemplo, um consumo diário e intenso (solitário, já de manhã) é frequentemente o sinal de uma depressão que é MUITO difícil vencer, uma vez que ela se instala.

Entendo que alguém, mofando num tédio mortal (e inexplicado), chegue à conclusão de que a vida sem maconha é uma droga. Mas, infelizmente, em regra, a droga aprofunda o vazio que ela é chamada a compensar ou corrigir. Ou seja, talvez a vida sem maconha seja uma droga, mas a maconha sem vida também é.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, junho de 2011.

Maconha, além do tabu (RONALDO R. LARANJEIRA e ANA CECILIA P. ROSELLI MARQUES)

VIVE-SE HÁ PELO MENOS dez anos no Brasil "duas ondas" perigosas: a do aumento do consumo de todas as drogas de abuso, principalmente em jovens adultos, e um forte debate para um abrandamento ainda maior das leis em relação à maconha. Como os atores são poucos, a solução para o aumento do consumo e o aprofundamento do debate não têm sucesso, pois não atingem todas as dimensões do fenômeno.

Os dois fatores podem agravar a situação, preceder o abrandamento para consumo de outras drogas e confundir ainda mais a população. Depois disso, só mesmo a legalização, e aí o número de usuários vai aumentar, uma porcentagem significativa deles se tornará usuário pesado e, para aumentar o número deles, muito será investido. O debate é simplório e produz um glamour sobre o uso recreacional, seguindo a mesma metodologia da indústria do álcool, cuja comunicação ambivalente mostra que a cerveja não faz mal, é natural, basta usar moderadamente; além do mais, é medicinal.

Mais parece uma campanha de marketing com personalidades, passeatas, filmes e várias inserções na mídia, visando lançar mais um produto, mas que não é um produto qualquer e que pode, sim, trazer prejuízos. De um lado, expandem-se apenas os direitos individuais, de outro, publica-se, por meio da neurociência, a

imprevisibilidade dos efeitos dessas drogas, cujo impacto vai além do indivíduo, atingindo toda a sociedade, e questiona-se o direito da maioria da população de não usar drogas.

Os argumentos para que não se abrande ainda mais a lei das drogas e muito menos se almeje a legalização são muitos. O fenômeno das drogas é complexo, assim como a solução; portanto, as etapas para entender o fenômeno, atualizar-se sobre suas implicações e preparar a sociedade para mudar seus pensamentos e comportamentos ainda estão muito longe de acontecer.

Todas as drogas psicotrópicas alteram a capacidade de decidir; assim, os jovens, que já não possuem essa função mental plena, decidirão ainda menos preparados. Já existem drogas lícitas que favorecem o uso das demais, não é preciso disponibilizar nenhuma outra. As complicações do uso são agudas e crônicas, com interfaces como a violência, a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada.

As doenças mentais e de comportamento, as doenças cardiovasculares, pulmonares, os cânceres, além das malformações congênitas, são frequentes. Sem prevenção, sem tratamento adequado e disponível, diante da diversidade cultural do país, a política deveria ser desenhada para cada droga, para cada região. Uma política para a maconha, que no Brasil já tem no mercado, há muito tempo, cigarros mesclados com cocaína, para produzir maior impacto no "freguês", deveria ser baseada em evidências e ter a mesma importância que as demais. É preciso lembrar que a economia das drogas é uma das três maiores economias do planeta. Enfim, debater é preciso, de forma equilibrada e permanente, com todos os atores disponíveis: políticos, pesquisadores, o usuário e seus familiares, além de outros representantes da sociedade civil. Fundamentalmente, com foco em um modelo de proteção para crianças e adolescentes brasileiros, pelo direito à prevenção de drogas; se o problema já estiver instalado, pelo direito a um bom tratamento. Legalizar, nem pensar!

RONALDO RAMOS LARANJEIRA é professor titular de psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador do Instituto Nacional de Políticas sobre Álcool e Drogas (Inpad/CNPq). **ANA CECILIA PETTA ROSELLI MARQUES**, doutora pela Unifesp, é pesquisadora do Inpad/CNPq. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

Não é preciso ser diferente para ser gay (ALEXANDRE VIDAL PORTO)

OS HOMOSSEXUAIS podem se tornar invisíveis. É só saberem dissimular ou mentir. Quando a primeira Parada Gay de São Paulo surgiu, um de seus objetivos era, justamente, dar visibilidade à parcela da comunidade LGBT que queria afirmar sua existência e entabular um diálogo com a sociedade.

O viés era político. O slogan da parada, "Somos muitos e estamos em todas as profissões", equivalia a uma apresentação. Os manifestantes queriam mostrar quem eram e o que faziam. Reclamavam participação no processo jurídico-social e pediam proteção contra o preconceito e a discriminação. Eram 2.000 pessoas, e o ano era 1997.

Desde sua primeira edição, no entanto, o aspecto político do evento foi cedendo espaço ao carnavalesco. A Parada Gay de São Paulo transformou-se em uma grande festa. A maior de seu gênero no mundo. Atrai número de pessoas equivalente à população do Uruguai.

Movimenta centenas de milhões de reais. A expectativa é de que traga mais de 400 mil turistas à cidade. Explica-se o fenômeno da carnavalização da Parada com o argumento de que os gays são "divertidos". A utilização desse estereótipo, contudo, contribui para mascarar a irresponsabilidade cívica e a alienação política de parte da comunidade LGBT. Carnavalizar é fácil e agradável, mas é contraproducente. O estilo exagerado que alguns participantes preferem adotar é legítimo e respeitável. Mas presta um desserviço para o avanço dos direitos à igualdade. O caráter festivo e a irreverência tiveram valor simbólico em um tempo em que a rejeição social contra a homossexualidade era incontornável. Acontece que as coisas mudaram.

Os milhões de pessoas que comparecerão ao evento na avenida Paulista deveriam ter presente a responsabilidade cívica de conquistar corações e mentes para a sua causa. O aspecto político da Parada exige certa sobriedade, ao menos em respeito às vítimas cotidianas da homofobia, no Brasil e no mundo. Hoje, o peso do discurso político tem de ser maior que a vontade de dançar.

A aceitação da homossexualidade pela opinião pública está vinculada à convivência com pessoas abertamente gays. Mostrar-se é importante. Nessa batalha, é mais estratégico exibir a semelhança. É mais difícil para o mundo identificar-se com o ultrajante. Não se trata de exibir a orientação sexual, mas de garantir o direito pleno à liberdade de exercê-la. Associar o conceito da homossexualidade à transgressão e ao excesso pode ter valor estético, mas tem efeito negativo sobre o ritmo do processo político.

Para gente que cresceu com uma escala de valores antagônica aos direitos humanos dos LGBT, o comportamento escandaloso exibido tradicionalmente nas paradas equivale à retórica raivosa de um Jair Bolsonaro. O papel da Parada é mostrar que os homossexuais são seres humanos comuns, que têm direito a proteção e respeito, como qualquer outro cidadão. Ninguém precisa ser diferente para ser gay. Não é necessário transformar-se na caricatura de si mesmo.

ALEXANDRE VIDAL PORTO, mestre em direito pela Universidade Harvard (EUA), é diplomata de carreira e escritor. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

Drogas, o que fazer? (LUIZ ALBERTO CHAVES DE OLIVEIRA e ELOISA DE SOUSA ARRUDA)

UM DOS TEMAS MAIS POLÊMICOS da atualidade e cercado de muitos mitos e preconceitos é, sem dúvida, a questão do uso e abuso das drogas. Controvérsias sempre presentes em qualquer fato que se levante: um dos mais recentes foi o óxi, apresentado como droga nova, mais maléfica e barata que o crack; ficamos sem saber como se chega a conclusões tão finais e definitivas.

Muitos personagens, cheios de boas intenções e sabedorias adquiridas, trazem soluções para problemas complexos derivados do uso de substâncias psicoativas, como prevenção nas escolas ou tratamento de moradores em situação de rua da cracolândia. Ocorrem discussões sobre os modelos de tratamento involuntário ou sobre descriminalizações, sem que se aponte com precisão e isenção onde se obteve o resultado ou em que cultura e situação foi conseguida a evidência.

É certo que precisamos ampliar o debate, levar informações precisas e atualizadas aos chamados formadores de opinião, aos Parlamentos, aos chefes de Executivo e à população em geral para obtermos o que todos queremos: um mundo com menos violência, mais saúde e oportunidades; em que as drogas, lícitas ou ilícitas, sejam encaradas com menos emoção e com maior visão de realidade.

Pesquisas e ações em muitos países devem servir de orientação para que consigamos romper com essas situações paralisantes ou geradoras de soluções equivocadas. As evidências científicas relatadas na literatura internacional apontam, de forma clara, para a implantação de políticas públicas amplas, consequentes e continuadas, que conseguirão minimizar o problema e ajudar muitos dependentes químicos a conseguir tratamento e recuperação, bem como instalar programas de prevenção.

No Estado e na cidade de São Paulo, há um conjunto de ações que principiam a mostrar caminhos concretos para uma implantação de políticas públicas sobre drogas. Isso inclui a ampliação de ambulatórios especializados, leitos para tratamento de casos mais graves, empresas públicas com programas de prevenção e tratamento, medidas para reduzir o tabagismo, repressão ao tráfico, ações como o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e o departamento de prevenção do Denarc e ações integradas no centro de São Paulo com os moradores em situação de rua.

Uma atitude que deve gerar resultados, a curto e médio prazo, é a implantação, na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, de uma Coordenadoria de Políticas Públicas sobre Drogas, órgão que nasce como ideia vinda do Conselho Estadual sobre Drogas. Essa é uma proposta de instância executiva para articular ações e programas dispersos, propor novas atitudes, garantir informações por meio de estudos e pesquisas, buscar recursos para a execução de atividades, inclusive de formação de profissionais especializados das diversas áreas de atuação: psicologia, assistência social, sociologia, antropologia, medicina, enfermagem, educação e direito.

Vale lembrar que a questão das drogas é um problema de todos nós, e não somente de um setor da sociedade; além disso, a busca e a execução dos atos resolutivos será conseguida tratando o problema como multifacetado que ele é! Vamos aplicar o já sabido, buscar novas alternativas de conduta, repetir modelos já testados e aprovados, mas sempre com abertura de diálogo sereno, respeitoso e que busque o consenso da sociedade.

LUIZ ALBERTO CHAVES DE OLIVEIRA é coordenador de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo. **ELOISA DE SOUSA ARRUDA** é secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

Lucas Rocha